

Caderno de Resumos



XVIII

ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE

Desafios Climáticos e Sustentabilidade para a Economia Catarinense

REALIZAÇÃO



Ciências
Econômicas
Unochapecó



APOIO



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

XVIII ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
Desafios Climáticos e Sustentabilidade para a Economia Catarinense

CADERNO DE RESUMOS

Comissão Organizadora:

Rossandra Oliveira Maciel de Bitencourt (Presidente - APEC)
Fábio Farias de Moraes (CIASC/FURB)
Tatiane Aparecida Viegas Vargas (FURB)
Max Richard Coelho Verginio (UNESC)
Alícia Cechin (UNOCHAPECO)

Comissão Científica:

Andrezza Piekas - Unochapecó
Caroline Conteratto - Unochapecó
Douglas Nodari - Unochapecó
Mauricio Leite - Unochapecó
Hellen de Sá - UFPR
Marianne Zwilling Stampe - UDESC
Fábio Pádua dos Santos - UFSC
Leonardo Dias Nunes - UFABC
Ariana Cericatto da Silva - Unioeste
Robinson Neto - Unochapecó
Wallace Pereira - UFPA
Danieli Cristina de Souza Muzeka - UNESC
Taíse Mattei - UFSM
Angélica Massuquetti - UFPel
Bruna Furlanetto - Unochapecó
Alicia Cechin - Unochapecó
Sandra Mara de Alencar Schiavi - UEM
Tatiane Mattei - Unochapecó
Ana Paula Menezes Pereira - EDESC
Danielle Evelyn de Carvalho - CEDEPLAR/UFMG
Victor Henrique Lana Pinto - UFV
Ana Aparecida Moraes de Oliveira - PPGDS Unesc / UNEMAT
João Victor Moré Ramos - Geografia UDESC

Realização:

Diretoria da Associação de Pesquisadores em Economia Catarinense (APEC)
<https://www.apec.org.br/>
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
<https://uno.edu.br/>

Apoio:

FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Edital de Chamada Pública FAPESC N.º 036/2025 - PROEVENTOS 2026 - Fase I)
<https://fapesc.sc.gov.br/>

Contato: apec@apec.org.br

Chapecó-SC, 2026

ECONOMIA DO CRIME: A influência das variáveis socioeconômicas na ocorrência de homicídios nos estados brasileiros

*Julia Mates Lorenzatto (UNOCHAPECÓ) - julia.lorenzatto@unochapeco.edu.br
Tatiane Salete Mattei (UNOCHAPECÓ) - tatiane.mattei@unochapeco.edu.br
[ORCID: 0000-0003-1652-0695](https://orcid.org/0000-0003-1652-0695)*

Os homicídios constituem um dos principais desafios sociais do Brasil. A violência, além de afetar diretamente as vítimas, também compromete o capital humano, reduz o rendimento das empresas, afasta investidores e fragiliza as instituições, o que prejudica o desenvolvimento e aprofunda as desigualdades, gerando impactos indiretos que atingem toda a sociedade. O objetivo deste trabalho é analisar a influência das variáveis socioeconômicas na ocorrência de homicídios nos estados brasileiros entre 2015 e 2024. A metodologia baseou-se em dados secundários e na aplicação de um modelo de regressão com dados em painel. A variável de interesse a ser explicada é taxa de homicídios por 1.000 habitantes e como variáveis explicativas foi incluído Desenvolvimento e desigualdade, educação, fatores demográficos, gasto público, mercado de trabalho e renda. Através da análise descritiva dos dados se observa forte disparidade regional, com Norte e Nordeste apresentando as maiores taxas de homicídios, enquanto Sul, Sudeste e Centro-Oeste registraram os menores índices. Os principais resultados do modelo evidenciam que o IDH apresenta efeito negativo e estatisticamente significativo, indicando que maior desenvolvimento reduz a taxa de homicídios. A média de anos de estudo também reduz a criminalidade, corroborando a Teoria do Capital Humano. A taxa de desemprego exerce efeito positivo e significativo, sugerindo que a piora nas condições do mercado de trabalho eleva a violência. A renda per capita apresentou relação não linear: em níveis mais baixos, eleva a taxa de homicídios, mas em patamares mais altos o efeito se reverte, indicado pelo termo quadrático. Em conjunto, os resultados reforçam que fatores socioeconômicos estruturais desempenham papel central na explicação da dinâmica dos homicídios nos estados brasileiros.

Palavras-Chaves: Economia do crime, Regressão, Homicídios, Educação, Desemprego

A COMUNICAÇÃO COMO VETOR DE ENGAJAMENTO EM ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

*Giovana Beatriz Pietrzacka (Universidade Regional de Santa Catarina) - gpietrzacka@furb.br
[ORCID: 0009-0000-2476-3035](https://orcid.org/0009-0000-2476-3035)
Clóvis Reis (Universidade Regional de Santa Catarina) - clovis@furb.br
[ORCID: 0000-0002-8131-9229](https://orcid.org/0000-0002-8131-9229)*

Os ecossistemas de inovação desempenham papel estratégico no desenvolvimento econômico regional, especialmente em contextos marcados por desafios socioambientais e pela necessidade de transição para modelos mais sustentáveis. O estado de Santa Catarina destaca-se nesse cenário por apresentar elevada densidade institucional, com a presença de 15 centros de inovação implantados e distribuídos em regiões economicamente estratégicas, estruturados a partir da chamada quádrupla hélice, unindo universidades, poder público, terceiro setor e comunidade em geral, para ações voltadas ao desenvolvimento tecnológico e territorial. O primeiro centro de inovação foi inaugurado em 2016 e agora, e, desde 2025, o governo do estado articula a implantação de mais outros nove espaços com as mesmas características e funcionalidades. No entanto, apesar do aumento do número de unidade pelo estado de Santa Catarina, persistem desafios relacionados à articulação entre atores, ao engajamento de stakeholders e à integração de iniciativas, aspectos que impactam diretamente a capacidade de resposta a demandas como, por exemplo, ações voltadas aspectos inerentes a cidades inteligentes e sustentáveis. Nesse contexto, a comunicação assume função estratégica ao influenciar fluxos de informação, processos decisórios, construção de confiança e práticas de governança colaborativa entre os diferentes atores envolvidos. Estudos neste sentido são ainda limitados, por isso esta pesquisa tem como objetivo analisar de que forma práticas comunicacionais influenciam o engajamento e a articulação entre estes atores dos centros de inovação do Estado de Santa Catarina, considerando sua contribuição para iniciativas de cidades inteligentes e para o desenvolvimento sustentável regional. Ao dialogar diretamente com temas sobre sustentabilidade e desenvolvimento econômico, a pesquisa pretende oferecer subsídios teóricos e práticos para formulação de estratégias institucionais alinhadas aos desafios da economia catarinense.

Palavras-Chaves: desenvolvimento regional, sustentabilidade, comunicação, ecossistemas de inovação, santa catarina

A CONSOLIDAÇÃO DO DÓLAR E OS DESAFIOS PROPOSTOS PELA ASCENSÃO DA MOEDA CHINESA NO CENÁRIO MACROECONÔMICO.

*Maria Fernanda Thibes Zanetti (Unochapecó) - nanda.thibes.zanetti@gmail.com
ORCID: [0009000553624305](https://orcid.org/0009000553624305)*

*Robinson Mattos Neto (Unochapecó) - robinsonm.neto@unochapeco.edu.br
ORCID: [0000-0002-3754-1797](https://orcid.org/0000-0002-3754-1797)*

O presente artigo tem como objetivo examinar em que medida o processo de internacionalização do yuan (RMB) contribui para o enfraquecimento da hegemonia do dólar (USD) no sistema financeiro internacional, tomando como base analítica a Teoria da Estabilidade Hegemônica, desenvolvida por Gilpin. Para isso, adotou-se uma abordagem metodológica de caráter descritivo e quantitativo, fundamentada na análise de dados secundários disponibilizados pelo Banco Mundial, abrangendo o período de 2000 a 2024, que permite fazer um estudo histórico e traz a importância da continuação da análise destes dados. Foram consideradas variáveis econômicas, financeiras, militares e tecnológicas relevantes para compreender o posicionamento relativo de China e Estados Unidos no cenário global. Os resultados obtidos indicam que, embora os Estados Unidos

ainda preservem um elevado nível de estabilidade econômica e continuem exercendo predominância no âmbito monetário internacional, a China tem apresentado um crescimento robusto e contínuo ao longo das últimas décadas. Esse desempenho é sustentado por fatores como a expansão de sua base industrial, o fortalecimento progressivo de seu mercado de capitais e avanços significativos no campo tecnológico, elementos que, em conjunto, têm ampliado a presença e a influência internacional do yuan. Entretanto, a análise evidencia que esse avanço, apesar de relevante, ainda não configura uma substituição efetiva do dólar como principal moeda do sistema financeiro internacional. Em vez disso, observa-se a emergência de um processo gradual de transformação, que aponta para a consolidação de uma estrutura mais multipolar, na qual outras economias também passam a desempenhar papéis cada vez mais significativos, ressaltando a importância das potências na economia global.

Palavras-Chaves: hegemonia, dólar, yuan.

A CONSTITUIÇÃO DO CAPITAL EM SANTA CATARINA: UMA LEITURA A PARTIR DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA

Daniel Rodrigo Strelow (UNIDAVI) - danielstrelow@unidavi.edu.br
Ivo Marcos Theis (FURB) - theis@furb.br
Luciana Butzke (FURB) - lbutzke@furb.br
Tatiane Thaís Lasta (UNIDAVI) - tatiane.lasta@unidavi.edu.br

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de desenvolvimento de Santa Catarina a partir da categoria de acumulação primitiva, buscando evidenciar os mecanismos históricos que estiveram na base da constituição originária do capital no território. A partir de uma abordagem de natureza bibliográfica, mobilizam-se contribuições clássicas e contemporâneas sobre a formação econômica brasileira e catarinense, tendo como eixo interpretativo a noção de acumulação primitiva, entendida não como um evento histórico isolado, mas como um processo contínuo de expropriação, violência e mercantilização da vida. Problematizam-se ainda as leituras convencionais sobre o desenvolvimento catarinense, frequentemente associadas a trajetórias harmônicas de colonização europeia, trabalho produtivo e empreendedorismo. Em contraposição, argumenta-se que a formação socioeconômica do estado esteve profundamente marcada por mecanismos de expropriação territorial, exploração das pessoas e espoliação da natureza. Neste sentido, destacam-se três dimensões fundamentais. Em primeiro lugar, a expropriação das populações originárias, acompanhada de violência sistemática, constituiu condição indispensável para a ocupação e reorganização do território. Em segundo lugar, a transformação das relações de trabalho, por meio da mercantilização da força de trabalho, possibilitou a constituição de uma população formalmente livre, porém despossuída e disponível à exploração. Em terceiro lugar, a apropriação privada da natureza e sua articulação com o surgimento das atividades industriais, tendo no conflito do Contestado uma expressão emblemática da intensificação desses processos. A análise realizada indica que o desenvolvimento de Santa Catarina não pode ser compreendido como um processo linear ou espontâneo, mas como parte de uma dinâmica mais ampla de constituição e expansão do capital, assentada em relações sociais desiguais e contraditórias. Ao evidenciar esses elementos, contribui para uma leitura crítica do desenvolvimento regional, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de

aprofundamento das formas de resistência social que emergem no território, capazes de anunciar não alternativas de desenvolvimento, mas alternativas ao desenvolvimento.

Palavras-Chaves: Acumulação primitiva, Desenvolvimento Regional, Santa Catarina

A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO TERRITÓRIO E O MITO DO COLONIZADOR NO ALTO VALE DO ITAJAÍ

Tatiane Aparecida Viega Vargas (Universidade de Blumenau) - tvargas@furb.br

O presente texto propõe apresentar uma análise da construção simbólica do território no Alto Vale do Itajaí, em Santa Catarina, com ênfase na produção e reprodução do mito do colonizador europeu como agente central da formação regional. Parte-se do pressuposto de que a constituição do território não se restringe a processos materiais, mas envolve dimensões simbólicas e discursivas que contribuem para a legitimação de determinadas narrativas históricas. Metodologicamente, a pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e bibliográfica, com base em estudos sobre formação regional e desenvolvimento socioeconômico. Teoricamente, o trabalho articula o conceito de campo simbólico, de Pierre Bourdieu, e a noção de territorialidade, de Rogério Haesbaert, a fim de compreender como determinadas representações são produzidas, legitimadas e naturalizadas. Os resultados indicam que a narrativa do colonizador como “desbravador” atua como mecanismo simbólico de ocultamento de conflitos, desigualdades e processos de expropriação, contribuindo para a consolidação de uma identidade regional homogênea e pouco problematizada. Conclui-se que a desconstrução dessas narrativas é fundamental para uma compreensão crítica do desenvolvimento regional no Vale do Itajaí.

Palavras-Chaves: Território, Representação simbólica, Colonização, Desenvolvimento Regional, Alto Vale do Itajaí

A Construção Tributária na Província de Santa Catarina, Século XIX

Camila Scacchetti (Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade de São Paulo) - camila.scacchetti@ufsc.br

Em que medida a construção econômica de determinada região é capaz de influenciar a sua construção fiscal e sua capacidade de arrecadação tributária? Almejando responder estas perguntas, a presente pesquisa promoveu uma investigação minuciosa sobre a realidade econômica e fiscal de Santa Catarina no transcorrer do século XIX. Fontes primárias disponíveis no Arquivo Público de Santa Catarina foram consultadas, bem como relatórios dos Presidentes de Província. Constatou-se que a pouca representatividade econômica de Santa Catarina no cenário nacional e internacional, tendo a farinha de mandioca como principal produto de comercialização, foi determinante para a escassa arrecadação fiscal observada no período.

Palavras-Chaves: História Fiscal, Brasil Império, Província de Santa Catarina

A DISPUTA FEDERATIVA PELA BIOECONOMIA: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DO PL 4958/2023 E O CONFLITO DE INTERESSES ENTRE AS ZONAS FRANCAS DE BELÉM E MANAUS

JOSÉ ALVES SAMPAIO FILHO (UNOCHAPECÓ) - jasampaiofilho@yahoo.com.br
ARLENE ANELIA RENK (UNOCHAPECÓ) - arlene@unochapeco.edu.br

O artigo analisa a disputa federativa instaurada no Congresso Nacional em torno do desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia Legal, tendo como eixo central o Projeto de Lei nº 4958/2023, de autoria da Deputada Federal Elcione Barbalho, que propõe a criação da Zona Franca da Bioeconomia (ZFB) em Belém, no Estado do Pará. A tensão jurídico-institucional e política decorrente dessa proposta coloca em campos opostos os interesses dos Estados do Pará e do Amazonas, revelando uma disputa que transcende a dimensão econômica para alcançar o protagonismo político na condução da agenda ambiental e tecnológica do século XXI. O conflito central reside no fato de que a criação de um novo polo de incentivos fiscais em Belém é percebida pelo Amazonas como uma ameaça direta ao modelo consolidado da Zona Franca de Manaus (ZFM), historicamente hegemônica no desenvolvimento regional incentivado da Amazônia. O embate evidencia fragilidades do pacto federativo brasileiro em mediar interesses divergentes quando estados vizinhos competem por recursos, investimentos e liderança em um setor econômico emergente. O objetivo geral é analisar a origem e a trajetória do PL 4958/2023 no Congresso Nacional, investigando como a proposta desencadeou esse conflito de interesses. Os objetivos específicos são: identificar os motivos que alicerçam a redação do projeto; levantar os interesses das bancadas amazonense e paraense; verificar a coerência do PL com as estratégias federais de bioeconomia; e identificar como a COP 30 foi utilizada como argumento central para legitimar a proposta paraense. A metodologia é qualitativa e descritivo-analítica, com base em pesquisa bibliográfica e documental, abrangendo legislação, documentos parlamentares, artigos acadêmicos e publicações oficiais. O artigo conceitua a bioeconomia sob uma perspectiva brasileira e amazônica, superando visões puramente tecnocêntricas para adotar um modelo que valoriza a sociobiodiversidade e os conhecimentos tradicionais, conforme o Decreto nº 12.044/2024. Detalha o conteúdo normativo do PL 4958/2023, que prevê isenções fiscais significativas — II, IPI, PIS/PASEP e COFINS — para empresas que operem com recursos biológicos renováveis na Região Metropolitana de Belém. A estratégia paraense vincula-se à COP 30, apresentando a ZFB como legado concreto do evento e instrumento de modernização econômica regional com foco na "floresta em pé". Em contrapartida, a bancada amazonense utiliza argumentos de "canibalização" de investimentos e isonomia federativa para proteger a ZFM, cujos principais produtos faturam cerca de 95 bilhões de reais anuais. Enquanto o Pará projeta a geração de 6,5 milhões de empregos com 13 cadeias produtivas locais, o Amazonas lança seu próprio Plano Estadual de Bioeconomia e Política de Transição Energética. O artigo contextualiza ainda iniciativas como o PLP 150/2022 e o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio) como possíveis instrumentos de harmonização dessas tensões. A conclusão aponta que o conflito manifesta-se nos níveis econômico, político e jurídico, e que o sistema político brasileiro tende à competição predatória entre os estados. O desfecho do PL 4958/2023 e a implementação de uma governança integrada via PNDBio e PLP 150/2022 serão

determinantes para transformar o impasse em estratégia coordenada de desenvolvimento sustentável para toda a Amazônia Legal.

Palavras-Chaves: Bioeconomia, Zona Franca, Federalismo, Desenvolvimento Regional, Amazônia Legal.

A ELETRIFICAÇÃO NO OESTE DE SANTA CATARINA

Fabio Farias de Moraes (CIASC/FURB) - fariasdemoraes@gmail.com

A eletrificação no Oeste de Santa Catarina desenvolveu-se de forma mais tardia em relação ao litoral e ao norte do estado. O processo inicial, classificado como uma eletrificação claudicante, teve como principais catalisadores a atividade madeireira e a ação de companhias colonizadoras. Nas décadas de 1930 e 1940, o suprimento dependia de um mosaico de pequenos sistemas isolados, utilizando geradores térmicos (movidos a lenha ou diesel) ou pequenas hidrelétricas de baixa capacidade. Entre os pioneiros estavam serrarias e indústrias, que visavam o autoabastecimento antes de fornecer o excedente para iluminação pública e residencial. A transição para a eletrificação planejada ocorreu com a criação da Celesc em 1955. Através de subsidiárias como a Vidéluz (Videira) e a CIAOESTE (Concórdia), a estatal passou a coordenar a expansão regional. Um marco fundamental foi a entrada em operação da Usina Hidrelétrica Celso Ramos (1963), em Faxinal dos Guedes, que permitiu o fornecimento de energia em grosso para diversos municípios. Simultaneamente, a construção de grandes linhas de transmissão, como o eixo Tubarão-Lages-Joaçaba, integrou o Oeste ao sistema elétrico estadual. Uma característica singular da região foi a forte atuação de cooperativas de eletrificação rural e a permanência de áreas fora da concessão da Celesc, como a atendida pela Iguazu Energia em Xanxerê. A universalização completa do acesso foi atingida gradualmente, sendo consolidada por programas como o Luz para Todos (2003), que superou os desafios geográficos dos minifúndios produtivos para eletrificar as áreas rurais mais remotas. Atualmente, o Oeste está plenamente integrado ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Palavras-Chaves: Eletrificação, Oeste catarinense, História Econômica

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO MECANISMO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ NO CONTEXTO DA ECONOMIA DA INOVAÇÃO

Mariane Pereira Filomeno (Universidade Federal do Paraná) - mariane.filomeno@ufpr.br

[ORCID: 0009-0005-7870-3739](#)

Ricardo Lobato Torres (Universidade Federal do Paraná) - ricardotorres@ufpr.br

[ORCID: 0000-0002-2439-4775](#)

A extensão universitária representa um componente estratégico da atuação das universidades públicas, articulando ensino, pesquisa e interação com a sociedade. Este estudo investiga os padrões econômicos de alocação de recursos, incentivos e alcance das ações de extensão da Universidade Federal do Paraná (UFPR), considerando os pressupostos da economia da inovação e do modelo da Hélice Tripla, que enfatiza a interação entre universidade, governo e setor produtivo. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, baseada na análise de dados institucionais sobre atividades de extensão, participantes, bolsas e beneficiários, permitindo identificar padrões, comparações e regularidades em relação a referenciais nacionais. Os dados foram obtidos por meio de relatórios oficiais da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) e do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), abrangendo diferentes modalidades de extensão, como programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços. A análise revelou padrões claros para cada dimensão do problema de pesquisa: no que se refere à alocação de recursos, o padrão identificado indica ênfase na mobilização de recursos humanos, evidenciada pela dedicação expressiva de horas por estudante, docente e técnico administrativo envolvido; quanto aos incentivos, observa-se que as bolsas de extensão representam o principal mecanismo utilizado para estimular a participação estudantil e fortalecer o engajamento nos projetos; em relação ao alcance das ações, o principal indicador é a quantidade de beneficiários (atingidos), que reflete a efetividade da extensão em impactar diferentes segmentos da sociedade. A comparação com indicadores nacionais sugere que a UFPR mantém elevado engajamento dos envolvidos e significativo impacto social, configurando um modelo institucional de extensão caracterizado por forte comprometimento dos agentes e ampla cobertura de beneficiários. Os resultados reforçam a relevância da extensão universitária como instrumento de inovação, aprendizado interativo e desenvolvimento regional, evidenciando como a mobilização de recursos humanos, os incentivos financeiros e a abrangência das ações contribuem para o fortalecimento do capital humano e a difusão do conhecimento técnico-científico. Em síntese, a pesquisa oferece subsídios quantitativos e comparativos para avaliação de políticas de inovação, evidenciando a extensão universitária como mecanismo eficaz de impacto social e econômico sustentável.

Palavras-Chaves: Extensão universitária, Economia da inovação, Hélice Tripla

A INFLUÊNCIA DOS DERIVATIVOS NO DESEMPENHO DE EMPRESAS DO AGRONEGÓCIO LISTADAS EM BOLSA DE VALORES NO PERÍODO DE 2018 A 2024

AMANDA RICARTE PEDO (UNIOESTE) - amanda.pedo@unioeste.br
Ariana Cericatto da Silva (UNIOESTE) - arianacericatto@gmail.com
[ORCID: 0000-0002-4737-3600](https://orcid.org/0000-0002-4737-3600)

O agronegócio constitui um dos pilares da economia brasileira, respondendo por parcela significativa do produto interno bruto e das exportações nacionais, mas enfrenta elevada volatilidade nos preços das *commodities*, riscos climáticos e pressões regulatórias. Nesse contexto, instrumentos financeiros como contratos futuros, opções e contratos a termo são utilizados para mitigar riscos e assegurar maior previsibilidade das receitas e dos custos com métodos. Dessa forma, o principal objetivo dessa pesquisa foi analisar a relação entre o uso de *hedge* e a volatilidade das demonstrações financeiras de empresas

do agronegócio listadas em bolsa de valores do Brasil. Especificamente, foi proposto simular os resultados financeiros isolando o impacto dos derivativos para comparar o cenário real (com proteção) *versus* um cenário hipotético (sem proteção), avaliando se a estratégia contribuiu efetivamente para a estabilidade dos lucros. O estudo se classifica como quantitativo e descritivo, com abordagem documental. Baseou-se nas demonstrações financeiras para realizar a análise do uso de estratégias de *hedge* em empresas do agronegócio listadas na bolsa de valores do Brasil, que realizaram operações de proteção de *commodities* entre 2018 e 2024. Os resultados evidenciam que as empresas que adotam estratégias de *hedge* alcançam maior estabilidade em seus indicadores financeiros, mesmo em períodos de elevada volatilidade nos mercados internacionais e domésticos. Os achados buscam indicar caminhos sustentáveis para que as companhias preservem suas operações e margens de lucro, garantindo saúde financeira e continuidade das atividades, pois tal prática possui relevante valor social, ao contribuir para a preservação de empregos e para o bem-estar coletivo. Portanto, os resultados confirmam que o *hedge* desempenha papel fundamental na governança corporativa das empresas do agronegócio, ao mitigar riscos financeiros e ampliar a previsibilidade das operações. Embora envolva custos e complexidade regulatória, sua adoção contribui para a estabilidade operacional, para a sustentabilidade econômica e para o fortalecimento da confiança de investidores e *stakeholders*.

Palavras-Chaves: Derivativos, Volatilidade, Sustentabilidade Financeira

A MULTIFUNCIONALIDADE DA FLORESTA E OS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS PARA A ECONOMIA CATARINENSE: DA INVISIBILIDADE AO POTENCIAL DA MATA ATLÂNTICA

Roberto Carlos Grillo Ragagnin (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - ragagningr@gmail.com

ORCID: [0009-0009-6696-0841](https://orcid.org/0009-0009-6696-0841)

Max Richard Coelho Verginio (CEDUP Abílio Paulo) - 670789@profe.sed.sc.gov.br

ORCID: [0000-0002-5235-2687](https://orcid.org/0000-0002-5235-2687)

Dimas de Oliveira Estevam (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - doe@unesc.net

ORCID: [0000-0002-8116-2209](https://orcid.org/0000-0002-8116-2209)

A Mata Atlântica em Santa Catarina deve ser reconcebida não como entrave, mas como infraestrutura natural essencial e ativo estratégico para o desenvolvimento sustentável do estado. Diante desse cenário, o presente estudo parte do seguinte problemática: em que medida o reconhecimento da multifuncionalidade da Mata Atlântica e a valoração dos serviços ecossistêmicos podem reconfigurar sua posição nas estratégias de desenvolvimento econômico catarinense? O resumo analisa o papel dos serviços ecossistêmicos da Mata Atlântica para a economia do sul catarinense, evidenciando seu potencial estratégico para o desenvolvimento territorial. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa baseada em revisão da literatura nacional e internacional sobre serviços ecossistêmicos, multifuncionalidade da paisagem e economia ambiental, complementada por análise documental de legislações e políticas públicas. Com base na classificação internacional de serviços ecossistêmicos e no debate sobre desenvolvimento territorial sustentável, a pesquisa evidencia que a Mata Atlântica presta serviços fundamentais à economia do sul catarinense: regulação hídrica para indústria e

abastecimento, regulação climática e polinização para agricultura, estoque de carbono, além de produtos florestais não-madeireiros (juçara, erva-mate, pinhão) e turismo de base natural. Instrumentos como ICMS Ecológico e PSA existem, mas carecem de ampliação e integração a políticas estruturantes, enquanto a ausência de valoração sistemática subestima o bioma nos processos decisórios. Conclui-se que superar essa invisibilidade exige reconhecer a floresta como infraestrutura natural estratégica, institucionalizando mecanismos de PSA, fortalecendo cadeias da sociobiodiversidade e incorporando educação ambiental crítica, consolidando a multifuncionalidade da Mata Atlântica como ativo para o desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-Chaves: Mata Atlântica, Serviços Ecossistêmicos, Economia Catarinense, Produtos Florestais Não-Madeireiros, Pagamento por Serviços Ambientais, Desenvolvimento Territorial Sustentável

A RELAÇÃO ENTRE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO VALE DO ITAJAÍ NO PERÍODO ENTRE 1970 E 2022

Everton Darolt (Universidade de Blumenau) - everton@furb.br
Clóvis Reis (Universidade de Blumenau) - clovis@furb.br

RESUMO EXPANDIDO

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico de Santa Catarina, entre 1970 e 2022, pode ser compreendido como resultado da articulação entre capital local, ação estatal e transformações estruturais do capitalismo nacional e global. (Michels, 2001). Os estudos evidenciam que esse processo ocorreu de forma seletiva, privilegiando regiões com maior capacidade de inserção produtiva e articulação institucional, como o Vale do Itajaí. Historicamente, essa região consolidou-se como um dos principais polos econômicos do estado, sustentada pela industrialização precoce, pela diversificação produtiva e pela presença de um empresariado regional dinâmico, articulado a redes institucionais e políticas. (Renaux Hering, 1987). Ao longo do tempo, esse padrão de desenvolvimento foi reforçado por políticas públicas de planejamento, crédito e infraestrutura, especialmente entre as décadas de 1970 e 1980, sendo posteriormente reconfigurado pela abertura econômica e pela reestruturação produtiva dos anos 1990, e novamente impulsionado nas primeiras décadas do século XXI, ainda que sob crescente seletividade territorial. (Goularti Filho, 2025).

Apesar dos avanços na compreensão da formação econômica catarinense, observa-se uma lacuna analítica na articulação entre desenvolvimento econômico e representação política regional. O presente estudo busca suprir esta demanda. Parte-se da premissa de que o desenvolvimento regional não se restringe à esfera produtiva, mas também se manifesta na capacidade de determinados territórios estruturarem e reproduzirem interesses políticos, influenciando a distribuição do poder institucional. Assim, este estudo busca responder à seguinte questão: em que medida a trajetória do desenvolvimento econômico

do Vale do Itajaí se reflete na sua representação política em Santa Catarina, considerando o número dos deputados estaduais eleitos entre 1970 e 2022.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento regional, Território, Representação política, Santa Catarina, Vale do Itajaí

A TECNOLOGIA NO AGRONEGÓCIO: O USO DE DRONES NA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO OESTE CATARINENSE

Matheus Martini Dula (UNOCHAPECÓ) - matheusmartini@unochapeco.edu.br
ALICIA CECHIN (UNOCHAPECÓ) - alicia_cechin@hotmail.com

O agronegócio brasileiro, responsável por 23,2% do PIB nacional em 2024, consolidou-se como pilar econômico, impulsionado por inovações tecnológicas, entre as quais se destacam os drones na agricultura de precisão. Este estudo teve como objetivo analisar as percepções de agricultores e profissionais do setor agropecuário quanto às aplicações práticas dos drones no Oeste catarinense, identificando benefícios econômicos e ambientais, bem como os principais desafios à sua adoção. A pesquisa foi aplicada entre julho e outubro de 2025, por meio de questionário estruturado. Os resultados mostram que 56,4% já utilizam drones, principalmente para mapeamento aéreo, monitoramento de lavouras, pulverização localizada e análise de imagens. Os impactos percebidos são majoritariamente positivos: 79,7% apontam aumento de produtividade, 84,3% relatam redução de custos e 83,1% observam ganhos ambientais, como menor desperdício e uso otimizado de insumos. Entre as dificuldades, destacam-se o alto custo de aquisição (73,5%), a falta de capacitação técnica (32,5%) e o desconhecimento da legislação (47%), fatores que limitam o acesso, sobretudo para pequenos e médios produtores. Ainda assim, 64,1% pretendem investir na tecnologia, indicando potencial de expansão. Conclui-se que os drones promovem ganhos significativos em eficiência, sustentabilidade e gestão, consolidando-se como instrumento essencial da transformação digital do agronegócio, embora sua difusão dependa de políticas públicas de incentivo e capacitação.

Palavras-Chaves: agricultura de precisão, sustentabilidade, inovação tecnológica, oeste catarinense

A TRIBUTAÇÃO SELETIVA NA LC 214/2025: O MODELO DE INCIDÊNCIA SOBRE O ÁLCOOL E AS LIÇÕES APRENDIDAS COM A EXPERIÊNCIA DINAMARQUESA

JÚLIA TAMARA BECKER TAPARELLO (UNOCHAPECÓ) - juliat.becker@hotmail.com
LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE (UNOCHAPECÓ) - stobe@unochapeco.edu.br

O presente artigo analisa a implementação do Imposto Seletivo (IS), introduzido pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentado pela Lei Complementar nº

214/2025, com foco específico na sua incidência sobre bebidas alcoólicas. Sob a perspectiva da economia do setor público, o tributo é concebido como instrumento de intervenção estatal destinado à correção de falhas de mercado decorrentes das externalidades negativas associadas ao consumo de bens de demérito. O problema central da pesquisa reside na tensão entre a finalidade extrafiscal de proteção à saúde pública e a potencial predominância de uma lógica arrecadatória, especialmente diante da relativa inelasticidade da demanda por álcool. O objetivo do estudo consiste em analisar criticamente o modelo de incidência do Imposto Seletivo, avaliando sua capacidade de promover alterações comportamentais efetivas no consumo. A metodologia adotada é qualitativa, de abordagem dedutiva, com base em pesquisa bibliográfica e documental, aliada ao uso do Direito Comparado, a partir da experiência do *Fat Tax* dinamarquês. Os resultados indicam que a elevação da carga tributária, quando dissociada de políticas públicas complementares e de mecanismos eficazes de fiscalização, pode não produzir a redução esperada no consumo, favorecendo, ao contrário, fenômenos como regressividade, informalidade e deslocamento transfronteiriço da demanda. Conclui-se que a forma de incidência do tributo e a ausência de vinculação direta da arrecadação à mitigação dos danos sociais evidenciam o risco de desvio de finalidade, no qual a extrafiscalidade passa a operar como instrumento de reforço fiscal, em detrimento da eficiência da política pública e da efetiva proteção à saúde coletiva.

Palavras-Chaves: Imposto Seletivo, Economia do Setor Público, Bebidas Alcoólicas

ACESSO AO CRÉDITO RURAL E AOS PROGRAMAS DE SEGURIDADE DO PROAGRO E PROAGRO MAIS ENTRE PRODUTORES DE ALHO E CEBOLA DE SANTA CATARINA

Lillian Bastian (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Centro de Socioeconomia e Desenvolvimento Rural) - lillianbastian@epagri.sc.gov.br

[ORCID:](#) [0000-0002-2290-5922](https://orcid.org/0000-0002-2290-5922)

Alexandre Luis Giehl (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Centro de Socioeconomia e Desenvolvimento Rural) - alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

[ORCID:](#) [0000-0002-3897-7007](https://orcid.org/0000-0002-3897-7007)

Lilian de Pellegrini Elias (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Centro de Socioeconomia e Desenvolvimento Rural) - lilianelias@epagri.sc.gov.br

[ORCID:](#) [0000-0001-8549-4182](https://orcid.org/0000-0001-8549-4182)

Jurandi Teodoro Gugel (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Diretoria de Desenvolvimento Institucional) - jurandigugel@epagri.sc.gov.br

[ORCID:](#) [0009-0002-4919-3942](https://orcid.org/0009-0002-4919-3942)

O estado de Santa Catarina produz uma ampla variedade de produtos agropecuários. Dois destes produtos são a cebola e o alho que são produzidos, principalmente, por agricultores familiares. Por serem atividades que dependem de condições climáticas, foram criadas políticas de crédito rural e seguro agropecuário. Neste artigo a intenção é verificar em que medida os principais programas de crédito rural e de seguro agropecuário foram executados, no período de 2020 a 2024, para os produtos alho e cebola. Os dados usados na investigação são da Matriz de Dados do Crédito Rural sobre os quais foi aplicada

estatística descritiva e foram elaborados gráficos. Os resultados apontam para uma expansão em contratações de crédito, seguros e sinistralidades para a cebola. Ao contrário, o alho tem demonstrado uma diminuição significativa na aquisição de crédito e contratação de seguros. O alho reduziu a porcentagem de contratos cobertos com seguro ao longo da série, ao passo que a cebola tem mantido as proporções de cobertura dos contratos. Por outro lado, as comunicações de ocorrências de perdas, para a cebola, foram em magnitudes muito superiores àquelas do alho. Essa cultura é suscetível a intempéries climáticas e as condições climatológicas do estado não são as mais propícias para o seu cultivo. No entanto, as ocorrências de sinistralidades têm sido recorrentes, mesmo quando as safras são em volumes consideráveis, indicando que há necessidade de um maior rigor no momento da avaliação das comunicações de ocorrências de perdas. Futuras investigações poderão indicar quais são as razões da diminuição na proporção de contratos de crédito rural para o alho cobertas pelo seguro e poderão trazer maiores explicações sobre as causas da sinistralidade dos contratos de crédito da cebola.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar, Crédito Rural, Seguro Agropecuário, Sinistros.

ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO BANCO DO BRASIL S.A NO FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO: ESTUDO DE CASO DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS DE SANTA CATARINA

Marcos Egidio Costa (Universidade Federal De Santa Catarina) - marcosegidio1984@gmail.com

[ORCID: 0009-0005-1233-722X](#)

Silvio Antonio Ferraz Cario (Universidade Federal De Santa Catarina) - fecario@yahoo.com.br

[ORCID: 0000-0002-7839-7680](#)

O presente trabalho objetiva investigar o padrão de financiamento das prefeituras catarinenses e como configura-se a atuação do Banco do Brasil (BB) neste ecossistema. Agrega-se a esse objetivo, apontar as estratégias adotadas pelo banco no mercado de crédito destinado aos entes subnacionais e as prefeituras. Para tanto, foram utilizados dois procedimentos metodológicos. Primeiro, recorreu-se a fonte de dados secundários em relatórios e documentos ligados ao setor financeiro nacional. E, segundo, recorreu-se a fonte de dados primários, com aplicação de roteiro de questões as prefeituras municipais selecionadas e a diretoria de planejamento do BB. Em termos de resultado, as informações obtidas junto aos municípios catarinenses selecionados apontaram demanda por mais recursos para investimento como uma realidade latente de todos os Entes públicos, sendo o setor de maior carência de investimentos a área de transportes e mobilidade, independente do porte. No entanto, apesar desta necessidade, a maior demanda e inclinação por operações de crédito provém dos municípios maiores, o que influencia diretamente no padrão de financiamento destes municípios, sendo comprovado desta forma que a necessidade de um município por crédito aumenta na medida que a sua população cresce. Na análise estatística-descritiva realizada, o BB figurou, no período de 2002 a 2023 entre os três maiores bancos do país, e dependendo do critério escolhido, figura-se na liderança nacional. Em relação a análise do discurso institucional do BB, verificou-se que a convergência entre as demandas dos municípios catarinenses e as

estratégias do banco acontece dentro de uma lógica concorrencial, sobre regras de mercado e sem subsídios diretos, onde, apesar disto, os números da carteira Setor Público têm se destacado ano após ano, com o banco assumindo o protagonismo no setor, demonstrando o acerto da estratégia.

Palavras-Chaves: Banco do Brasil, financiamento ao setor público, municípios catarinenses

AS MICROFINANÇAS E O PAPEL DOS AGENTES DE CRÉDITO NO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO (PMPO) NO BRASIL (2006-2024)

Valdir Alvim (UFSC) - valdir.alvim@ufsc.br
Ramon Marcos Lima (UFSC) - ramontahh@gmail.com

O objeto de análise deste artigo é o papel dos Agentes de Crédito nas atividades de gestão econômico-financeira das operações de crédito, exercendo funções de consultoria especializada aos projetos das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no Brasil. A investigação busca analisar o papel desempenhado pelos Agentes nas políticas de concessão de microcrédito no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). As políticas de microcrédito atuaram como ferramentas essenciais ao desenvolvimento das operações de microcrédito orientadas para o setor da produção, com reflexos positivos na economia real e expansão do sistema bancário-financeiro brasileiro. A leitura dos indicadores socioeconômicos permite observar o microcrédito no contexto das políticas de crédito tradicionais, realizadas por grandes e pequenas instituições financeiras. Em seus aspectos sociopolíticos, permite distinguir a ampliação da oferta de crédito das microfinanças, fortalecendo o papel dos Agentes de Crédito no sistema financeiro nacional. A problemática da pesquisa refletia os aspectos negativos que dificultavam a aprovação de operações com microcrédito, condicionados pela falta de mediação e transparência nos procedimentos, além de impedir a plena eficácia das políticas e programas de microfinanças anteriores. Destaca-se a relevância da Lei Complementar nº 123/2006 como ponto de partida definidor da importância estratégica do trabalho dos Agentes de Crédito no PNMPO. A pesquisa bibliográfica buscou um conjunto de abordagens teóricas sobre a evolução histórica e consolidação das políticas de microcrédito para MPEs. A metodologia da pesquisa abordou as condições que contribuíram significativamente para a superação dos desafios estruturais e operacionais a partir do trabalho realizado pelos Agentes de Crédito. Neste caso, ao desburocratizar a concessão de crédito para atividades produtivas de microempreendedores, se permite, de forma mais equitativa, a criação de empregos e melhorias na distribuição da renda gerada. Considera-se as diferenças qualitativas das políticas de microcrédito com o PNMPO, o que resultou no fortalecimento dos vínculos com os microempreendedores.

Os resultados demonstram as necessidades ampliação das políticas de microcrédito no financiamento das MPEs, pois representam cerca de 99% dos empreendimentos brasileiros e contribuído significativamente na elevação do Produto Interno Bruto (PIB), na sustentabilidade do desenvolvimento produtivo local e na criação das condições de crescimento do comércio regional e nacional.

Palavras-Chaves: Agentes de Crédito, Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), Educação Financeira.

ASPECTOS ATUAIS E ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A GERAÇÃO HIDRELÉTRICA DE PEQUENO PORTE NO OESTE DE SANTA CATARINA

Ana Clara Vieira Blanger (Instituto Federal de Santa Catarina) - anaclaravieira.blanger@gmail.com

Felipe Galli (Instituto Federal de Santa Catarina) - felipegalli404@gmail.com

Fernando da Rosa (Instituto Federal de Santa Catarina) - fernandoalvesdarosa95@gmail.com

William Eduardo Guedes (Instituto Federal de Santa Catarina) - wguedess87@gmail.com

Maycon Fritzen (Instituto Federal de Santa Catarina) - maycon.fritzen@ifsc.edu.br

O presente estudo tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre as condições atuais da geração hidrelétrica de pequeno porte na região Oeste de Santa Catarina e um panorama das pesquisas acadêmicas que abordam aspectos relativos às pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e centrais de geração hidrelétrica (CGHs) com recorte territorial na região. Para tanto, a pesquisa exploratória foi desenvolvida com as etapas de levantamento de dados quantitativos estatísticos em plataformas institucionais, tabulação dos dados, produção de mapas e análise dos dados em paralelo a uma revisão narrativa para composição do estado do conhecimento. Na atualidade, localizam-se no Oeste Catarinense 126 empreendimentos de geração, sendo 45 pequenas centrais hidrelétricas (PCH) e 81 centrais de geração hidrelétrica (CGH). A maior parte das unidades de geração hidrelétrica de pequeno porte localizadas no Oeste de Santa Catarina possui potência instalada de até 10 MW, sendo que apenas seis PCHs ultrapassam os 20 MW. Mesmo com uma quantidade considerável de empreendimentos, boa parte deles instalados nas últimas duas décadas, identifica-se uma falta de análises que avaliem profundamente as transformações socioambientais resultantes do processo de instalação, operação e expansão da quantidade de empreendimentos nas bacias hidrográficas regionais. Em grande medida, os estudos que abordam a geração hidrelétrica de pequeno porte versam sobre aspectos técnicos e jurídicos relacionados aos empreendimentos ou, abordam os impactos ambientais de cada empreendimento de geração de energia de forma isolada. Estudos sistemáticos que analisam a relação entre a geração hidrelétrica de pequeno porte e o desenvolvimento regional ainda são incipientes em nível regional, o que revela uma lacuna no debate sobre os impactos sistemáticos da concentração de empreendimentos de geração hidrelétrica e o território. Nessas condições, conclui-se que a geração hidrelétrica de pequeno porte continua em expansão na região, considerando a capacidade instalada e a quantidade de empreendimentos, de no entanto, essa expansão não é acompanhada por uma análise crítica e fundamentada dos impactos sobre o território de forma sistemática, nem abordam as novas e complexas relações de poder que acompanham a modernização do território.

Palavras-Chaves: Hidrelétricas, Oeste Catarinense, Impactos Territoriais.

ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTRATÉGIAS DE ACESSO A MERCADOS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA

*Gabriela de Ávila Nunes (Universidade Federal de Santa Catarina) -
faculdadedeeconomiagabriela@gmail.com*

*Jean dos Santos (Universidade Federal de Santa Catarina) -
jeanfrederico1995@gmail.com*

O presente estudo analisa o papel do associativismo e do cooperativismo como estratégias de fortalecimento do abastecimento alimentar e do desenvolvimento regional em Santa Catarina, com foco na inserção da agricultura familiar em diferentes mercados. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de abordagem descritivo-analítica, fundamentada em revisão bibliográfica e análise de dados secundários provenientes de fontes institucionais, como o Sistema OCESC, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e programas públicos, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A análise buscou articular os referenciais teóricos com evidências empíricas, considerando o contexto territorial catarinense. Os resultados evidenciam que as formas coletivas de organização desempenham papel central na superação das limitações estruturais da agricultura familiar, especialmente no que se refere ao acesso a mercados, à redução de custos de transação, à ampliação da escala produtiva e ao fortalecimento do poder de negociação dos agricultores. Observa-se, ainda, que o cooperativismo contribui significativamente para a dinamização econômica dos territórios, promovendo geração de renda, inclusão produtiva e fortalecimento das economias locais, além de apresentar crescente atuação em iniciativas alinhadas ao desenvolvimento sustentável. Entretanto, a análise também revela desafios importantes, como a desigualdade territorial na distribuição das cooperativas, limitações relacionadas à governança e à gestão, bem como a dependência de políticas públicas, cuja instabilidade pode comprometer a continuidade das estratégias de comercialização. Conclui-se que o associativismo e o cooperativismo constituem instrumentos fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar e para a construção de sistemas agroalimentares mais resilientes, embora sua efetividade dependa da articulação entre capacidade organizativa, políticas públicas e condições institucionais.

Palavras-Chaves: Agricultura Familiar, Associativismo, Cooperativismo, Mercados

AUTONOMIA FISCAL E DEPENDÊNCIA FINANCEIRA: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DAS CAPITAIS BRASILEIRAS (2015-2024)

*Gustavo Schiphorst (Universidade do Estado de Santa Catarina) -
gusshi972@gmail.com*

[ORCID: 0009-0005-8501-9070](#)

*Felipe César Marques (Universidade do Estado de Santa Catarina) -
felipe.marques@udesc.br*

[ORCID: 0000-0003-2452-8283](#)

O ordenamento do federalismo fiscal brasileiro, institucionalizado pela Constituição Federal de 1988, buscou a descentralização administrativa e o fortalecimento da autonomia municipal; contudo, consolidou um persistente desequilíbrio vertical que concentra a arrecadação tributária na esfera da União. Esse cenário impõe aos entes subnacionais uma dependência das transferências intergovernamentais, fenômeno que resulta na relativização da autonomia financeira e na instauração de uma subordinação fática. O presente estudo investiga o paradoxo da autonomia fiscal nas capitais brasileiras, com o objetivo de mensurar o nível de dependência financeira desses entes no decênio 2015-2024. A metodologia fundamenta-se em uma abordagem quantitativa e documental, abrangendo as 26 capitais federadas, com a exclusão do Distrito Federal devido à sua natureza jurídica híbrida. A coleta de dados secundários foi realizada via Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), com foco no Anexo 03 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO). A dependência foi operacionalizada mediante o cálculo de indicadores financeiros que aferem o peso relativo das Transferências Correntes e das Receitas Tributárias Próprias frente à Receita Corrente Líquida (RCL). Para verificar a relação linear entre o nível de transferência inicial e o crescimento da arrecadação própria, aplicou-se o Coeficiente de Correlação de Pearson (r), utilizando valores deflacionados pelo IPCA de 2024. Os resultados evidenciam um cenário de tutela fiscal, com uma média nacional de transferências de 56,59% e uma participação média da receita tributária própria de apenas 33,19%. A análise longitudinal revelou acentuado desequilíbrio horizontal, destacando a vulnerabilidade das capitais das regiões Norte e Nordeste, como Macapá (AP) e Boa Vista (RR), onde os níveis de dependência aproximam-se de 80%. Identificou-se, ainda, um ponto de inflexão em 2020, quando a dependência financeira foi exacerbada por repasses emergenciais decorrentes da pandemia de COVID-19. Ademais, a aplicação do Coeficiente de Correlação de Pearson ($r=0,64075$) demonstrou uma correlação positiva forte entre a dependência inicial e o crescimento percentual da arrecadação local no período. Conclui-se que o esforço arrecadatório incremental das capitais inicialmente mais dependentes não foi suficiente para alterar a estrutura de dependência financeira, uma vez que o crescimento das receitas locais ocorreu de forma concomitante ao aumento dos repasses. O estudo ratifica a existência de um paradoxo fiscal, no qual a autonomia prevista constitucionalmente é mitigada por uma dependência econômica que limita a soberania orçamentária dos gestores locais. A pesquisa sugere que a verdadeira emancipação das capitais requer o enfrentamento do custo político da arrecadação e uma reconfiguração da pirâmide tributária nacional que priorize a retenção local da riqueza gerada no território.

Palavras-Chaves: Federalismo fiscal, Descentralização fiscal, Autonomia fiscal, Transferências intergovernamentais, Capitais brasileiras

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FEIRAS MUNICIPAIS DE NEGÓCIOS: O CASO DA EXPOBEL 2026 EM FRANCISCO BELTRÃO (PR)

Daniel Calheiros dos Santos (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ)

-

calheirosdaniel68@gmail.com

[ORCID:](#)

[0009-0008-8231-5263](#)

Luciano Mello (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ) -

Luciano.mello@unioeste.br

[ORCID: 0009-0008-4635-2876](https://orcid.org/0009-0008-4635-2876)

Este artigo analisa a Expobel, realizada em Francisco Beltrão (PR), tomando-a como expressão das feiras municipais de agronegócio e como dispositivo de articulação econômica, difusão tecnológica e intermediação financeira. Metodologicamente, o texto combina revisão bibliográfica, exame do questionário aplicado em campo e sistematização da planilha com registros de diálogos guiados realizadas na edição de 2026 da feira. O instrumento contemplou questões dirigidas a empresas do setor agropecuário e a cooperativas de crédito, abordando expectativas de expansão do agronegócio, inovações, metas comerciais, público atendido, ticket médio, origem territorial dos clientes e papel do financiamento rural na tecnificação do campo, como a utilização de drones e insumos agrícolas. Os dados tabulados concentram sobretudo empresas concessionárias de máquinas e tecnologia agrícola, permitindo evidenciar quatro movimentos: abrangência regional supramunicipal dos negócios; coexistência de públicos de diferentes portes; centralidade de demonstrações e prospecções como estratégia comercial; e relevância de mecanismos financeiros como consórcio, banco de fábrica, banco próprio e crédito vinculado ao BNDES. Conclui-se que a Expobel ultrapassa a condição de evento local e se afirma como mediação territorial entre indústria, produtores, serviços e crédito, reforçando a centralidade regional de Francisco Beltrão.

Palavras-Chaves: Economia industrial, da ciência, tecnologia e inovação

CAIXA ECONÔMICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA E A FORMAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO ESTATAL CATARINENSE (1968-1979)

Alcides Goularti Filho (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - alcides@unesc.net

[ORCID: 0000-0002-0808-4486](https://orcid.org/0000-0002-0808-4486)

Este artigo analisa a trajetória da Caixa Econômica do Estado de Santa Catarina (CEESC) de sua criação, em 1968, até sua dissolução, em 1979. Inicialmente concebida como autarquia, a CEESC foi aprovada pelo Executivo estadual e operou vinculada à Secretaria da Fazenda até 1975, com atuação restrita a Florianópolis. Entre 1975 e 1978, transformou-se em empresa de economia mista, expandindo seus serviços e abrindo agências em diversas cidades catarinenses. Em 1979, por determinação do Banco Central do Brasil, a CEESC foi separada do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e dissolvida. O artigo apresenta essa trajetória em quatro tópicos, acompanhados de um panorama inicial e considerações finais.

Palavras-Chaves: banco estadual, estatização, economia catarinense

Caracterização, dinâmica e transformações da ovinocultura de corte em Santa Catarina

Alexandre Luís Giehl (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) - alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

[ORCID: 0000-0002-3897-7007](https://orcid.org/0000-0002-3897-7007)

Victor Roberto da Silva (Universidade Federal de Santa Catarina) - victorrobotos98@gmail.com

O artigo caracteriza e analisa a cadeia produtiva da carne ovina em Santa Catarina, abordando essencialmente a produção primária, o abate e a industrialização. A pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, utilizou dados do Censo Agropecuário (2017), da Pesquisa Pecuária Municipal (1974-2024) e do Sistema de Gestão da Defesa Agropecuária Catarinense (2013-2025). Os resultados indicam que a ovinocultura catarinense está presente em 12,1 mil estabelecimentos, dos quais 65,5% são de agricultura familiar, conferindo relevância social à atividade. O rebanho estadual cresceu 87,9% entre 1974 e 2024, superando a média nacional (15,8%), embora oscilações na série histórica sugiram fragilidades na consolidação da atividade. Observou-se mudança no perfil produtivo, com declínio da participação de ovinos tosquiados (de 52,8% em 1974 para 19,2% em 2024) e fortalecimento da aptidão para corte, alinhada à tendência nacional. A produção destinada ao abate inspecionado cresceu 333,0% entre 2013 e 2025, mas representa apenas 8,5% do rebanho. Em grande medida, esse cenário deve-se ao abate não inspecionado, cuja produção estimada é de 1,92 mil toneladas anuais, montante 3,3 vezes superior à produção inspecionada originada de animais criados em Santa Catarina. A cadeia apresenta elevada concentração: 2,6% dos produtores respondem por 73,7% dos animais abatidos em estabelecimentos inspecionados, e dois frigoríficos concentram 72,4% dos abates estaduais. Os fluxos interestaduais revelam que 54,5% dos ovinos abatidos em Santa Catarina são oriundos de outros estados, participação que cresceu muito depois de 2018, mas recuou a partir de 2024. A recente implementação de políticas públicas direcionadas ao setor, sinalizam movimentos de apoio institucional, sendo recomendada a realização de estudos para investigar a contribuição das mesmas para as transformações observadas na atividade. O estudo evidencia desafios estruturais como a desarticulação da cadeia, a informalidade prevalecente, a concentração produtiva e agroindustrial e a carência de dados sistemáticos sobre a atividade. Conclui-se que a ovinocultura catarinense possui potencial de desenvolvimento ancorado em sua capilaridade social e em mercados consumidores em expansão, mas sua consolidação depende de ações coordenadas que considerem a heterogeneidade dos produtores e promovam a integração competitiva e sustentável da cadeia produtiva.

Palavras-Chaves: Ovinocultura, Ovinos, Carne ovina, Cadeia produtiva

CESTA BÁSICA EM CAÇADOR/SC (2022–2024): VARIAÇÃO DE PREÇOS, SAZONALIDADE E EFEITOS SOBRE O PODER DE COMPRA

Lauren Andrade dos Santos (Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe) - rlau01359@gmail.com

Leandro Hupalo (Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe) - leandrohupalo.lh@gmail.com

[ORCID: 0000-0002-8914-577X](https://orcid.org/0000-0002-8914-577X)

Emerson Cardoso Marques (Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe) -

emerson.cardoso@uniarp.edu.br

[ORCID:](#)

[0000-0001-7452-7399](#)

Ricardo Peretti (Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe) - ricardo.peretti@uniarp.edu.br

[ORCID: 0009-0007-3889-3405](#)

O presente trabalho tem como objetivo analisar a variação do custo da cesta básica no município de Caçador/SC entre os anos de 2022 e 2024, identificando tendências, sazonalidades e os impactos dessa variação sobre o poder de compra da população local. A metodologia adotada foi quantitativa e descritiva, com base em dados da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos (DIEESE) e de órgãos oficiais como o IBGE e o IPEA. Os resultados demonstram oscilações significativas nos preços dos alimentos essenciais, especialmente em função de fatores econômicos, sociais, políticos e climáticos. Observou-se que os produtos que mais aumentaram no período analisado foram o arroz, a batata e o feijão, com forte influência de eventos climáticos e custos produtivos. A análise também revelou que as famílias de baixa renda destinam uma parcela substancial de sua renda à alimentação, enquanto as classes mais altas sentem menor impacto percentual. Conclui-se que as variações no custo da cesta básica refletem desigualdades socioeconômicas persistentes e a necessidade de políticas públicas que assegurem o direito à alimentação adequada e à segurança alimentar.

Palavras-Chaves: Cesta básica, Inflação, Poder de compra, Segurança alimentar

CIRCULAÇÃO, TRANSPORTES E LOGÍSTICA: IMPASSES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA

João Henrique Zoehler Lemos (Universidade Federal de Santa Catarina) - joaozoehler@gmail.com

[ORCID:](#)

[0000-0003-3305-1624](#)

Márcio Rogério Silveira (Universidade Federal de Santa Catarina) - labcit.gedri.cfh@contato.ufsc.br

[ORCID: 0000-0002-4451-0358](#)

Este trabalho tem como objetivo analisar as condições de circulação, transportes e logística em Santa Catarina, destacando como os gargalos infraestruturais e as dinâmicas de investimento afetam a integração regional e a competitividade territorial. A pesquisa conclui que o estado atingiu um nível de saturação de seu modelo dependente do modal rodoviário, responsável por 80% da movimentação de cargas, o que sobrecarrega eixos como a BR-101 e elevou os custos logísticos industriais em 75% entre 2017 e 2022. Evidencia-se uma dinamização geoeconômica desigual, em que os investimentos se concentram na faixa litorânea, enquanto o Oeste e o Planalto enfrentam esvaziamento econômico e carência de uma malha ferroviária efetiva. O estudo ressalta que a manutenção da competitividade territorial hoje apregoada pelo Estado e por grupos empresariais, em uma perspectiva de longo prazo, exige a superação do enfraquecido planejamento. É urgente então a execução de projetos voltados à intermodalidade e de desenvolvimento das redes de transportes existentes, tendo como foco a integração territorial regional.

Palavras-Chaves: COMPETITIVIDADE TERRITORIAL, INTEGRAÇÃO, INFRAESTRUTURAS, FLUIDEZ

CODESC (1975 – 2011): TRAJETÓRIA E DESENVOLVIMENTO ORIENTADO

Nicolas Silveira de Araujo (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - nicolas.araujo@unesc.net

[ORCID: 0009000082446759](#)

Alcides Goularti Filho (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - alcides@unesc.net

[ORCID: 0000-0002-0808-4486](#)

Esta pesquisa tem como objeto a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Codesc, sociedade de economia mista criada no ano de 1975, com efetiva constituição em 1976, atuando até o ano de sua dissolução em 2011, o que culminou na desativação da empresa. O objetivo da pesquisa é descrever a trajetória da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Codesc, caracterizando as empresas controladas pela companhia, ao longo dos períodos, e os fatores relacionados ao desenvolvimento do estado de Santa Catarina. A pesquisa é um projeto em andamento e tem caráter qualitativo. Serão utilizados os relatórios anuais da administração da Codesc como principal fonte de dados, publicados no diário oficial de Santa Catarina, nos anos de 1976 até 2011, partindo do decreto constituinte da companhia, assim como as atas das assembleias ordinárias e extraordinárias, bem como qualquer material oficial relevante. Desta forma, a análise documental dos relatórios da empresa busca identificar os projetos desenvolvidos, as áreas de atuação e as justificativas para as políticas implementadas, estabelecendo assim, os principais padrões e resultados alcançados. A presente pesquisa é um ramo de um estudo maior, que pretende analisar as empresas estatais de Santa Catarina. Gestada e nascida do ventre da ditadura militar, é com o DECRETO No. 06, de 19 de janeiro de 1976 que é constituída a Codesc e seu sistema. Estruturada sob a forma de sociedade por ações, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, com sede e foro na cidade de Florianópolis, jurisdição no território de Santa Catarina e duração por tempo indeterminado. São fixados sete objetivos competentes à companhia de desenvolvimento, sendo eles: Adquirir e administrar participações e controles societários; Administrar bens de qualquer natureza; Executar política de desenvolvimento do Estado de Santa Catarina; Integrar a ação estadual com os Municípios e a União; Estimular a expansão das potencialidades do estado catarinense; Coordenar as atividades das empresas que compõem o “Sistema CODESC”, e; Orientar a aplicação de recursos das empresas que tenha participações. As empresas que compõem o “Sistema CODESC” são as unidades executivas, sendo estas, financeiras, mobiliárias e de seguro, como por exemplo, o Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC. Os primeiros anos de atuação da companhia visavam, na política financeira do Estado, a maximização de suas disponibilidades, ajustando os fluxos de aplicações financeiras, em conformidade com as várias políticas econômicas. Para realização dos objetivos e manutenção dos níveis de disponibilidade monetária, a companhia ganha acesso a crédito especial, e até mesmo, empréstimo externo. O alargamento financeiro promovido, começa a encontrar limites com o início da década de 1980, reduções consecutivas em participações acionárias estendem-se até o fim dos anos 1990. Os anos 2000 marcam o último período de ação da Codesc, as operações de loterias no estado representam o

suspiro final da companhia, que ao perder seu controle entre 2006 e 2007, não tem qualquer possibilidade de continuar. Em 2011 as atividades operacionais são encerradas, por decreto a Codesc é extinta. Sua liquidação ocorre em 2017.

Palavras-Chaves: Codesc, Desenvolvimento, Santa Catarina

COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE ALTA INTENSIDADE TECNOLÓGICA: UMA ANÁLISE EMPÍRICA (2007-2023)

Francieli L. W. Vargas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA) - francieli.wachholz@acad.ufsm.br

[ORCID:](#) [0009-0006-4917-9242](https://orcid.org/0009-0006-4917-9242)

DANIEL ARRUDA CORONEL (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA) - daniel.coronel@uol.com.br

[ORCID:](#) [0000-0003-0264-6502](https://orcid.org/0000-0003-0264-6502)

Este trabalho tem como objetivo mensurar a evolução das exportações dos setores de alta intensidade tecnológica da economia brasileira no período de 2007 a 2023. A metodologia tem caráter exploratório e explicativo sendo utilizado os indicadores de comércio internacional, os quais são fundamentais para a compreensão da evolução das exportações dos setores de alta intensidade tecnológica, saber os Índices de Vantagem Comparativa Revelada (IVCR) e Orientação Regional (IOR). Os resultados indiram que o Brasil apresenta vantagens comparativas reveladas para os Estados Unidos e Argentina. O resultado do IOR demonstrou que as exportações estão orientadas para os mercados dos Estados Unidos em todo o período analisado, já em relação a Argentina apenas de 2012 a 2019.

Palavras-Chaves: Exportações de alta intensidade tecnológica, Vantagens Comparativas Reveladas, Orientação Regional

COMUNICAÇÃO PÚBLICA DE DESTINOS TURÍSTICOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: PROPOSIÇÃO DE MATRIZ DE AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL APLICADA AO MUNICÍPIO DE BOMBINHAS, SANTA CATARINA - BRASIL

Valdésio Benevenuto (FURB/UEDESC) - vbenevenuto@furb.br

Clóvis Reis (FURB) - clovis@furb.br

Yanet María Reimondo Barrios (FURB) - ybarrios@furb.br

Palavras-Chaves: Desenvolvimento sustentável, Comunicação pública, Destinos turísticos, Bombinhas, Santa Catarina.

DATAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS CICLOS ECONÔMICOS DE SANTA CATARINA

*Wagner Oliveira Monteiro (ALESC) - wagner.monteiro@alesc.sc.gov.br
[ORCID: 0000-0002-5286-1406](https://orcid.org/0000-0002-5286-1406)*

Este artigo propõe uma cronologia dos ciclos econômicos de Santa Catarina, empregando métodos distintos de datação aplicados ao Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR-SC) do Banco Central do Brasil no período de 2003 a 2025. Os métodos incluem o algoritmo não-paramétrico de Bry-Boschan (BBQ), filtros de extração de ciclo (Hodrick-Prescott, Baxter-King, Christiano-Fitzgerald, Butterworth), o filtro de Hamilton, a decomposição de Beveridge-Nelson e o modelo de Markov-Switching com dois regimes. A comparação entre métodos é conduzida por meio do índice de concordância de Harding e Pagan com teste de significância estatística, testes de assimetria de Sichel, testes de dependência de duração, análise de correlação cruzada em janelas móveis entre os ciclos estadual e nacional, e métricas de amplitude e perda acumulada das recessões. Os resultados identificam três episódios recessivos consensuais (2008–2009, 2014–2016 e 2020) com concordância entre cinco dos sete métodos e a cronologia do CODACE. A recessão de 2014–2016 se destaca como a mais severa, com amplitude de $-7,8\%$ e perda acumulada de 47 pontos-trimestre. O ciclo catarinense apresenta simetria estatística e dependência positiva de duração. A correlação cruzada em janelas móveis entre Santa Catarina e o Brasil é elevada e sem defasagem sistemática. Uma análise estrutural complementar revela que a sincronização se concentra no setor industrial, refletindo o peso industrial acima da média nacional que caracteriza a economia catarinense. A decomposição entre componentes nacional e idiossincrático indica que 78% da variância cíclica é explicada pelo ciclo nacional, restando um componente idiossincrático associado predominantemente ao setor de serviços. O artigo contribui para a literatura de ciclos regionais brasileiros ao oferecer uma cronologia validada por múltiplos métodos, ao testar formalmente a significância da concordância e ao integrar análise estrutural setorial com decomposição de variância em um arcabouço unificado.

Palavras-Chaves: ciclos econômicos regionais, datação de ciclos, sincronização cíclica, IBCR-SC, SC

DEPENDÊNCIA RODOVIÁRIA E TRANSMISSÃO ASSIMÉTRICA DE PREÇOS: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO DIESEL NA INFLAÇÃO DE ALIMENTOS EM SANTA CATARINA

Guilherme Floriano Keschner (Universidade Federal Fronteira Sul - Campus Chapecó)
- gui.keschner@gmail.com

[ORCID: 0009-0001-4047-6789](https://orcid.org/0009-0001-4047-6789)

O presente artigo tem como objetivo principal analisar as limitações históricas e estruturais da matriz de transportes do estado de Santa Catarina, investigando de que maneira a profunda e exclusiva dependência do modal rodoviário impacta a dinâmica da inflação de alimentos e compromete a segurança monetária da sociedade. A pesquisa resgata a origem desse severo gargalo logístico, demonstrando que o modelo de desenvolvimento catarinense fundamentado na pequena produção mercantil e na policultura voltada ao autossuprimento diferiu substancialmente das regiões mais modernizadas do século XIX. Ao contrário dos polos produtivos centralizados e impulsionados pela economia agroexportadora cafeeira de São Paulo e do Rio de Janeiro, Santa Catarina não gerava o volume massivo de exportação necessário para justificar financeiramente a estruturação de extensas malhas ferroviárias. Essa inviabilidade econômica original e a fragmentação produtiva condenaram a eficiência logística do estado, tornando a sua vigorosa agroindústria, situada predominantemente na região Oeste, refém das rodovias para a conexão com os portos e os grandes centros consumidores. Para mensurar empiricamente o impacto contemporâneo dessa vulnerabilidade estrutural, o estudo adotou uma abordagem empírico-analítica e quantitativa, examinando a série histórica de preços do óleo diesel e o custo da cesta básica catarinense no período compreendido entre janeiro de 2016 e o ano de 2025. A metodologia estruturou-se na análise de séries temporais, utilizando dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Epagri/Cepa, com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atuando como variável de controle. A fundamentação teórica mobilizou os conceitos de baixa elasticidade-preço da demanda no setor de transportes e o fenômeno da transmissão assimétrica de preços. O tratamento dos dados englobou a análise da variação trimestral e a conversão dos valores nominais em números-índice para avaliar a dinâmica de co-movimento. Os resultados evidenciaram forte sincronia de volatilidade e comprovaram a ocorrência empírica da assimetria: choques de alta no mercado de combustível são repassados de forma rápida aos alimentos, mas apresentam acentuada rigidez descendente em momentos de retração. A aplicação de um modelo de regressão polinomial revelou uma correlação estatística altamente robusta, expressa por um Coeficiente de Determinação (R^2) de 0,9186, indicando que aproximadamente 92% da instabilidade inflacionária nos preços da alimentação regional pode ser explicada pelas oscilações do diesel. Conclui-se que a exclusividade rodoviária impõe um ônus sistêmico, traduzido em um profundo custo social que atinge tanto o orçamento familiar quanto o setor produtivo. Dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) atestam que, no setor estratégico da indústria de alimentos, os custos logísticos chegam a absorver 14% do lucro bruto empresarial. Assim, evidencia-se que a diversificação da matriz de transportes configura-se como uma exigência inadiável para assegurar a eficiência alocativa, a competitividade e a segurança econômica estadual.

Palavras-Chaves: petróleo, Inflação, Logística

**DETERMINANTES MACROECONÔMICOS DO SPREAD BANCÁRIO
NO BRASIL: ANÁLISE PARA OS ANOS DE 2012 ATÉ 2024**

Douglas Abtibol dos Santos (Universidade Federal de Santa Maria) - douglas.abtibol@acad.ufsm.br

[ORCID: 0009-0009-5383-9065](#)

Maria Luiza De Marco (Universidade Federal de Santa Maria) - maria.marco@acad.ufsm.br

Cezar Augusto Pereira dos Santos (Universidade Federal de Santa Maria) - cezar.santos@ufsm.br

[ORCID: 0000-0003-2979-605X](#)

O presente estudo teve como objetivo investigar os determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil entre os anos de 2012 e 2024. A análise parte de uma revisão teórica e empírica da literatura nacional e internacional, abordando os conceitos de spread ex-ante e ex-post, além de suas interações com variáveis como a taxa Selic, produção industrial, taxa de câmbio e inadimplência. A pesquisa utiliza dados mensais do BCB e do IBGE, aplicando um modelo de Regressão Linear Múltipla do tipo Log-Lin com base no método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Os resultados do modelo econométrico indicaram que a taxa Selic, a inadimplência e a taxa de câmbio possuem relação positiva e estatisticamente significativa com o spread bancário, enquanto a produção industrial demonstrou relação negativa e baixa significância. A análise gráfica evidenciou a forte sensibilidade do spread ao ciclo econômico, com aumentos em períodos de crise e retrações moderadas em fases de estabilidade, além da persistência de spreads elevados no crédito livre para pessoa física. Entre as limitações do estudo, destacam-se o uso do MQO, que pode não captar totalmente os efeitos dinâmicos ou de longo prazo, e a adoção da produção industrial como proxy da atividade econômica, o que pode não refletir adequadamente o comportamento da economia como um todo. O trabalho propõe a adoção de políticas que favoreçam a redução estrutural da taxa básica de juros, o estímulo à concorrência no setor bancário, o fortalecimento de mecanismos de garantia e a ampliação da educação financeira, como formas de mitigar os elevados spreads e ampliar o acesso ao crédito no país.

Palavras-Chaves: Spread Bancário, Determinantes Macroeconômicos, Mínimos Quadrados Ordinários (MQO)

DIFUSÃO, TIPOLOGIA E FLEXIBILIDADE DAS REGRAS FISCAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ECONOMIAS AVANÇADAS E EMERGENTES

Filipe Eich (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - filipe.eich@gmail.com

[ORCID: 0009-0001-0090-227X](#)

Eliane Araujo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - elianedearaujo@gmail.com

[ORCID: 0000-0001-5104-2508](#)

O ensaio analisa a difusão, tipologia e flexibilidade das regras fiscais em economias avançadas e emergentes, destacando que esse processo ocorreu de forma desigual e não sincronizada ao longo do tempo. Inicialmente adotadas por países desenvolvidos, as regras fiscais foram incorporadas posteriormente por economias emergentes, especialmente a partir dos anos 2000, refletindo diferenças institucionais, estruturais e de

acesso a financiamento internacional. A partir do Fiscal Rules Dataset do FMI, o estudo classifica as regras fiscais em quatro tipos principais: regras de dívida, de equilíbrio orçamentário, de gasto e de receita. Observa-se que, embora as regras de equilíbrio orçamentário sejam as mais difundidas em ambos os grupos, economias emergentes apresentam maior incidência relativa de regras de dívida, enquanto economias avançadas tendem a combinar múltiplos instrumentos, muitas vezes articulados a arranjos supranacionais, como na União Europeia. A análise também evidencia que a flexibilidade dos arcabouços fiscais evoluiu de forma distinta entre os grupos. Após a crise de 2008, economias avançadas passaram a incorporar mais mecanismos de adaptação, como cláusulas de escape, permitindo maior capacidade anticíclica. Em contraste, economias emergentes mantêm, em média, regras mais rígidas, em função de restrições financeiras e maior vulnerabilidade a choques externos. Do ponto de vista regional, identificam-se padrões heterogêneos: a Europa apresenta regimes mais complexos e flexíveis, enquanto regiões como África, Ásia e Oriente Médio exibem menor flexibilidade. O estudo conclui que a difusão das regras fiscais reflete desigualdades estruturais do sistema internacional, reforçando a necessidade de avançar na análise de seus efeitos associados a outros indicadores, como investimento público e capacidade de resposta macroeconômica.

Palavras-Chaves: Regras fiscais, Política Fiscal, Economia internacional, Economias Emergentes

DINÂMICA GEOECONÔMICA NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE CHAPECÓ (2013-2023): DA PRODUÇÃO À ESPACIALIZAÇÃO DA RIQUEZA

*Eduardo von Dentz (UFC) - eduardo.von@ufc.br
[ORCID: 0000-0002-0280-1149](https://orcid.org/0000-0002-0280-1149)*

*Ederson Nascimento (UFFS) - ederson.nascimento@uffs.edu.br
[ORCID: 0000-0002-3697-5200](https://orcid.org/0000-0002-3697-5200)*

A dinâmica geoeconômica da Região Intermediária de Chapecó (RIC), em Santa Catarina, é marcada por uma formação socioespacial vinculada à pequena produção mercantil e ao desenvolvimento de complexos agroindustriais de carnes e grãos. Entre 2004 e 2024, produtos como leite, suínos, bovinos, trigo e soja apresentaram crescimento expressivo em volume com o uso intensivo de tecnologias, embora sejam acompanhados pela concentração e centralização da produção, reduzindo paulatinamente o número de produtores na região. Os agronegócios serviram de base para acumulação de capital que, a partir dos anos 2000, transbordou para novos setores produtivos, os quais passaram a dinamizar ainda mais a economia da região. Esse fenômeno criou economias de aglomeração dinâmicas com especialidades e diversificação produtivas, as quais servem de base para impulsionar o crescimento de Chapecó, que centraliza os serviços e atividades mais complexas da região. Por outro lado, foram analisados os dados do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB per capita dos municípios da região utilizando o deflacionamento dos dados de 2023 em relação a 2013, a fim de verificar se ocorreu crescimento real desses indicadores e como eles estão distribuídos espacialmente nos municípios da região. O objetivo do artigo é investigar se ocorreu crescimento econômico e da renda per capita nos municípios da RIC entre 2013 e 2023, a partir do deflacionamento dos dados. Os resultados apontam que o crescimento real do PIB e da

renda média não ocorreu em todos os municípios, sendo que alguns apresentaram decréscimo econômico e também da renda média, confirmando-se um panorama bastante heterogêneo na região. O mapeamento demonstra que muitos municípios considerados ricos não estão entre os que mais cresceram em termos de PIB e também não necessariamente são aqueles que apresentam crescimento de PIB per capita mais elevado. A maioria dos municípios, com os dados deflacionados, encontraram-se em estagnação ou decréscimo econômico e de renda média no período 2013-2023. Assim, é importante que as gestões públicas municipais se valham desses indicadores para melhor analisar as disparidades intrarregionais, a fim de propiciar políticas públicas que melhorem as condições para o setor produtivo se desenvolver e melhorem as condições para o aumento da qualidade de vida da população.

Palavras-Chaves: Dinâmica geoeconômica, Setores produtivos, Crescimento real, Desigualdade intrarregional, Região Intermediária de Chapecó

DINÂMICA INDUSTRIAL E O CRESCIMENTO ECONÔMICO EM SÃO LOURENÇO DO OESTE (SC)

Luciano Francisco Lima de Mello (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - luciano.mello@unioeste.br

ORCID: [0009-0008-4635-2876](https://orcid.org/0009-0008-4635-2876)

Marlon Clovis Medeiros (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) - marlonmedeiros@hotmail.com

ORCID: [0000-0002-4648-6662](https://orcid.org/0000-0002-4648-6662)

Este artigo analisa a centralidade econômica de São Lourenço do Oeste/SC no período recente, articulando a evolução de indicadores econômicos, produtivos e territoriais à reestruturação industrial do município. Partindo de uma leitura geográfica do desenvolvimento regional, sustenta-se que a ascensão lourenciana não decorre apenas do crescimento absoluto do PIB, mas da consolidação de funções urbanas e produtivas vinculadas, sobretudo, à indústria e aos serviços. Metodologicamente, o estudo mobiliza dados do IBGE e do MDIC/ComexStat, além de referências bibliográficas da geografia econômica e da economia política, para examinar o comportamento do PIB, do PIB per capita, da estrutura produtiva e dos fluxos de comércio exterior entre 2010 e 2025. Os resultados indicam que, entre 2015 e 2023, o município ampliou significativamente sua participação relativa nas escalas regional e estadual, reforçando uma centralidade sub-regional economicamente ativa. Esse movimento foi intensificado a partir da incorporação da Parati pela Kellogg's, em 2016, e pelos investimentos subsequentes no parque fabril e nas infraestruturas urbanas. Ao mesmo tempo, a elevação das importações de máquinas, equipamentos e materiais elétricos revela maior integração a circuitos ampliados de produção, enquanto a pauta exportadora centrada na indústria alimentícia confirma uma inserção especializada na divisão territorial do trabalho. Além disso, a análise evidencia que a expansão municipal foi acompanhada por melhorias infraestruturais, reforço dos serviços urbanos e maior capacidade de polarização regional.

Palavras-Chaves: Oeste catarinense, Região de divisa, Economia

DINÂMICA POPULACIONAL E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO INTERMEDIÁRIA DE CHAPECÓ, SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO RECENTE (2010-2025)

Ederson Nascimento (Universidade Federal da Fronteira Sul) - ederson.nascimento@uffs.edu.br

[ORCID: 0000-0002-3697-5200](#)

Eduardo von Dentz (Universidade Federal do Ceará) - eduardovondentz@hotmail.com

[ORCID: 0000-0002-0280-1149](#)

A dinâmica espacial da população é um importante elemento de análise do território, uma vez que reflete as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas nas cidades, nas regiões e mesmo no país. Em âmbito regional, o processo de urbanização possui grande influência sobre a distribuição da população, ao redefinir a divisão territorial do trabalho e as especializações produtivas entre campo e cidade e entre os centros urbanos, condicionando os fluxos migratórios e redirecionando as concentrações demográficas. Esta situação é verificada na chamada Região Intermediária de Chapecó (RIC), no oeste de Santa Catarina. A região, cuja estrutura produtiva é assentada em um complexo agroindustrial, tem apresentado intensa urbanização no contexto da modernização do campo, expansão da industrialização e diversificação de atividades econômicas em algumas cidades, afetando, por seu turno, a distribuição espacial da população a partir das migrações. Em tal contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica espacial da população nos municípios da RIC no período entre 2010 e 2025, na esteira do processo de urbanização. A metodologia da pesquisa contemplou: levantamento bibliográfico; levantamento de dados provenientes dos censos demográficos de 2010 e 2022, e das estimativas populacionais de 2025, junto ao IBGE; sistematização dos dados e elaboração de mapas temáticos, e; análise dos dados em correlação com a bibliografia levantada. Como indicadores de resultados, a pesquisa caracteriza a distribuição espacial dos quantitativos populacionais municipais segundo população absoluta, taxas de urbanização e componente migratória. O estudo evidencia o avanço da urbanização na região, materializada, entre outros elementos: pela elevação geral das taxas de urbanização; pelo crescimento populacional nos municípios com PIB mais elevados e com economias baseadas em atividades urbanas, e; pela dinâmica migratória (interna à região e inter-regional), cujos fluxos se direcionam prioritariamente às cidades maiores e economicamente mais dinâmicas.

Palavras-Chaves: Dinâmica populacional, , urbanização, , economia regional, , migrações, , Região Intermediária de Chapecó

DINAMISMO ECONÔMICO DE SANTA CATARINA E SUAS RELAÇÕES ECONÔMICAS COM NAÇÕES DO CONTINENTE AFRICANO

Ousmane Diao (Universidade Estadual do Oeste do Paraná Unioeste- Fb) - ousmanediao@id.uff.br

[ORCID: 0009-0004-6797-9425](#)

Luciano Francisco Lima de Mello (Universidade Estadual do Oeste do Paraná -

UNIOESTE)

[ORCID: 0009000846352876](https://orcid.org/0009000846352876)

-

luciano.mello@unioeste.br

Este artigo analisa o dinamismo econômico de Santa Catarina a partir de suas relações comerciais com o continente africano, com ênfase em alguns dos principais destinos das exportações catarinenses em 2024. Parte-se do pressuposto de que a inserção internacional de economias subnacionais não pode ser reduzida ao aumento quantitativo dos fluxos de comércio, devendo ser compreendida no interior das transformações do capitalismo, da expansão do meio técnico-científico-informacional e da reorganização contemporânea das infraestruturas logísticas. Metodologicamente, o trabalho combina revisão bibliográfica da geografia, econômica, economia política e desenvolvimento econômico com levantamento de dados secundários do MDIC e consulta a materiais institucionais. Os resultados indicam que Santa Catarina apresenta elevada capacidade de articulação aos circuitos globais de circulação, sustentada por sua base industrial diversificada, por sua rede portuária e pela densidade logística de seu território. Contudo, os vínculos com a África mostram-se seletivos, num conjunto restrito de países, como África do Sul, Angola, Egito, Líbia, Gana, Costa do Marfim, Senegal e Djibuti, que ocupam posições estratégicas na geoeconomia do continente e nas novas rotas de circulação e investimento internacional. Argumenta-se que tais relações se fortalecem em um contexto de reordenamento das conexões no Sul Global, no qual iniciativas de infraestrutura e logística, a exemplo da Belt and Road Initiative, ampliam a conectividade de portos, corredores e plataformas regionais. Ao mesmo tempo, a pauta exportadora catarinense para esses mercados permanece fortemente associada a bens alimentícios e agroindustriais, o que revela tanto oportunidades de ampliação do intercâmbio quanto limites impostos pela divisão internacional do trabalho.

Palavras-Chaves: Economia, Relações internacionais, Territórios subnacionais, Santa Catarina, Africa.

ECONOMIAS EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO NA LITERATURA SOBRE REGRAS FISCAIS: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Filipe Eich (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - filipe.eich@gmail.com

[ORCID: 0009-0001-0090-227X](https://orcid.org/0009-0001-0090-227X)

Eliane Araujo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - elianedearaujo@gmail.com

[ORCID: 0000-0001-5104-2508](https://orcid.org/0000-0001-5104-2508)

O artigo analisa a evolução da literatura econômica sobre regras fiscais, com ênfase nas economias emergentes e em desenvolvimento, por meio de uma abordagem bibliométrica combinada com análise qualitativa. Partindo da difusão dessas regras desde os anos 1990, o estudo destaca que, embora tenham se expandido globalmente, alcançando mais de 120 países, persistem debates relevantes sobre seus efeitos, desenho e combinações especialmente após a flexibilização observada durante a pandemia de Covid-19. A análise bibliométrica, baseada em 1.077 artigos extraídos das bases *Scopus* e *Web of Science*, revela forte crescimento da produção científica ao longo do tempo, especialmente após crises econômicas globais. Contudo, apenas cerca de 21% dos estudos abordam

diretamente economias emergentes, indicando sua sub-representação na literatura. Observa-se também forte concentração geográfica da produção em países avançados, especialmente Estados Unidos e Europa Ocidental, tanto em termos de autores quanto de instituições e redes de coautoria. Na etapa qualitativa, os estudos sobre economias emergentes evidenciam padrões recorrentes, como a predominância de políticas fiscais pró-cíclicas, a relevância da dependência de *commodities* e a centralidade das fragilidades institucionais na efetividade das regras fiscais. Os resultados mostram divergências quanto ao impacto dessas regras: enquanto alguns estudos apontam seu papel estabilizador, outros indicam efeitos negativos sobre crescimento e emprego quando excessivamente rígidas. Por fim, o artigo identifica importantes lacunas na literatura para o grupo de economias emergentes, incluindo baixa atenção a temas distributivos, análises subnacionais e supranacionais, e a ausência de recortes específicos para este grupo de economias em estudos comparativos. Conclui-se que, apesar do avanço do campo, há uma agenda aberta de pesquisa, especialmente relevante para aprimorar o desenho de políticas e regras fiscais nesses países.

Palavras-Chaves: Regras Fiscais, Análise Bibliométrica, Economia Internacional, Economias Emergentes

ECOS DO VIGOR CHINÊS NO BRASIL E EM SANTA CATARINA: COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Hoyêdo Nunes Lins (UFSC) - hoyedo.lins@ufsc.br
[ORCID: 0000-0001-7438-2951](https://orcid.org/0000-0001-7438-2951)

A proeminência mundial da China é um destacado traço da atualidade. Anunciados ou pressentidos desde a década de 1990, o robustecimento e a projeção do país asiático fazem pensar em progressão continuada, com números superlativos quer se trate de taxas de crescimento do produto da economia ou do comércio externo. Igualmente salientes são os investimentos extra fronteiras. Diferentes países e regiões emergem como destinatários dos respectivos fluxos, que se materializam de forma variada e com reflexos importantes. Estes repercutem nos territórios onde incidem e na própria China, pois os resultados, entre outros, da produção (como em agricultura) e da extração (como de minérios vários) são importantes e estratégicos para atividades naquele território nacional. Este estudo focaliza a projeção chinesa no Brasil, com interesse maior em Santa Catarina, recortando-se para observação questões de comércio e investimentos, as informações sobre as quais, todavia, apresentam disponibilidade assimétrica: para o comércio há bases de dados oficiais e de fácil acesso, mas o mesmo não ocorre com os investimentos. O estudo mostra uma forte e progressiva participação chinesa no comércio externo de Brasil e de Santa Catarina na segunda década deste século, com crescimento da proporção estadual no comércio brasileiro com a China. As pautas são contrastadas nas exportações e importações: sobretudo *commodities* nas vendas brasileiras, e produtos com alto valor agregado nas correspondentes compras, abrangendo insumos industriais para processos produtivos em solo catarinense. Em investimentos, o Brasil canaliza frações importantes das inversões chinesas no mundo, em setores como energia, metais e petróleo, ocorrendo diversificação no período mais recente. Já Santa Catarina pouco aparece como destino, os anúncios mais relevantes referindo-se a áreas como logística e energia. Ações promotoras do estado catarinense junto a investidores chineses mostrar-se-iam estratégicas.

Palavras-Chaves: Brasil e Santa Catarina, China, Comércio, Investimentos

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E CIDADANIA: UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO ENTRE ESCOLA, UNIVERSIDADE E GOVERNO EM CRICIÚMA/SC

Renata Angelis Jamaro Fiorentin (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - renatajamardoadvogados@gmail.com

[ORCID:](#) [0009-0005-9461-5472](#)

Sílvio Parodi Oliveira Camilo (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - parodi@unesc.net

[ORCID:](#) [0000-0001-5917-1283](#)

A ausência de formação financeira nos anos iniciais do ensino fundamental contribui para o endividamento das famílias, para a vulnerabilidade econômica e para a reprodução de desigualdades sociais. Souza relata (2021, p. 17) “O que falta na imensa maioria das famílias é educação financeira”. A pesquisa tem como objetivo geral analisar as normativas/legislações/iniciativas e as percepções de agentes institucionais (escola, universidade e governo) sobre a educação financeira no ensino fundamental, a fim de estruturar diretrizes e estratégias integradas para a implementação de ações formativas nesse campo no Município de Criciúma. Já os objetivos específicos são identificar legislações, normas e iniciativas institucionais em nível Federal, Estadual (SC) e Municípios da AMREC sobre a educação financeira no ensino; avaliar percepções e experiências dos agentes escola-universidade-governo, por seus representantes, acerca da educação financeira na escola; estruturar diretrizes e estratégias para agentes escola-universidade-governo acerca da implementação de programa, disciplina, cursos, palestras de educação financeira. Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender as normativas existentes e os discursos institucionais que orientam (ou não) a prática da educação financeira nas escolas, bem como pela urgência de estruturar um modelo de ação que una esforços entre escola, universidade e governo. O método científico abordado no trabalho é o dedutivo, apresentando abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos a pesquisa é descritiva e exploratória. Com relação às estratégias da pesquisa são mediante levantamento por revisão sistemática e documental. A análise documental terá como foco legislações e normativas em níveis federal, estadual e municípios da AMREC, buscando identificar a presença, ausência ou direcionamento da temática da educação financeira no contexto escolar. Por sua vez, as técnicas da pesquisa a serem empregadas compreendem a análise de conteúdo, de políticas públicas, normas e legislações em níveis Federal, Estadual e Municípios da AMREC sobre a Educação Financeira no ensino. Sob o âmbito qualitativo serão aplicadas entrevistas semiestruturadas com representantes dos três agentes, escolas da rede pública municipal de Criciúma selecionadas (E.M.E.B. Dionízio Milioli; E.M.E.B. Ângelo De Luca e E.M.E.B. Rubens de Arruda Ramos), Universidade (UNESC) e Governo (Secretaria da Educação de Criciúma e Secretaria do Estado de Santa Catarina). Os resultados evidenciam que, embora existam diretrizes nacionais e estaduais para o ensino de educação financeira, sua efetivação ainda é fragmentada e dependente de iniciativas isoladas. Identifica-se a necessidade de formação continuada de professores, de integração institucional e de curricularização da educação financeira de forma contextualizada e cidadã. A proposta elaborada pela pesquisa busca consolidar uma política pública educacional sustentável, capaz de fortalecer a autonomia dos estudantes,

promover a cidadania financeira e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local. Conclui-se que a educação financeira nas escolas deve ser compreendida não apenas como um instrumento técnico de gestão de recursos, mas como um processo formativo emancipatório, que favorece o exercício consciente da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e responsável economicamente.

Palavras-Chaves: Educação financeira, Cidadania, Escola, Universidade, Governo

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO YOUTUBE COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE SABERES: UMA ANÁLISE DO CANAL DE THIAGO NIGRO

Bernardo de Bastiani Haefliger (UFSM - Palmeira das Missões) - Bernardo.haefliger@gmail.com

*Taise Fátima Mattei (UFSM - Palmeira das Missões) - taise.mattei@ufsm.br
ORCID: [0000-0003-3899-375X](https://orcid.org/0000-0003-3899-375X)*

*Tatiane Salete Mattei (UNOCHAPECÓ) - tatiane.mattei@unochapeco.edu.br
ORCID: [0000-0003-1652-0695](https://orcid.org/0000-0003-1652-0695)*

Nos últimos anos, as plataformas digitais, em especial o YouTube, passaram a desempenhar um papel significativo na disseminação de informações sobre finanças pessoais e investimentos. Este artigo analisa o conhecimento financeiro veiculado no canal “O Primo Rico” de Thiago Nigro no YouTube, bem como analisa os temas abordados e discute suas contribuições e limitações para a difusão de conhecimentos financeiros ao público. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa de caráter qualitativo e descritivo, baseada na análise de conteúdo de 60 vídeos publicados entre maio e setembro de 2025. Foram observados aspectos como temas abordados, linguagem utilizada, fontes de informação, recursos audiovisuais e presença de conteúdos educativos ou promocionais. Os conteúdos analisados abordam temas relacionados ao mercado financeiro, como taxa Selic, inflação, investimentos em ações, fundos imobiliários, renda fixa e diversificação de portfólio, frequentemente associados à análise de cenários macroeconômicos. Verificou-se que parte significativa das explicações apresenta coerência com a literatura econômica e com dados de instituições oficiais, como Banco Central e B3. O youtuber usa linguagem simples e acessível, dá ênfase na aplicação prática dos investimentos, na produção audiovisual profissional, na comunicação direta e interativa que busca engajar e aproximar a audiência do cotidiano do investidor. Isso é importante, pois possui potencial educativo relevante ao aproximar o público de temas financeiros. Entretanto, também foram identificados limites importantes, como simplificação excessiva de conceitos econômicos, ausência de explicações detalhadas para termos técnicos, eventuais inconsistências em dados apresentados. O estudo contribui para o debate sobre educação financeira, importante para a tomada de decisão dos agentes, sobre comunicação econômica e o papel das mídias digitais na formação do comportamento econômico dos indivíduos.

Palavras-Chaves: Finanças, Investimentos, YouTube, Educação

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E O ALCANCE DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À PESSOA IDOSA: A REPRIVATIZAÇÃO DA VELHICE NOS MUNICÍPIOS DA AMREC (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CARBONÍFERA)

*ROSSANDRA OLIVEIRA MACIEL DE BITENCOURT (Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense) - rossandra.maciel@yahoo.com.br
Dimas Oliveira Estevam (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - doe@unesc.net*

O envelhecimento populacional é um fenômeno global que, no Brasil, apresenta-se de forma acelerada e heterogênea, demandando respostas estruturadas das políticas públicas. O presente estudo tem como objetivo geral analisar o processo de envelhecimento populacional e o alcance da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) junto à população idosa residente nos municípios que integram a Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), em Santa Catarina. A metodologia caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, pautada em um levantamento de dados oficiais quantitativos. A base de dados compreende o Censo Demográfico de 2010 e 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Censo de 2023 do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), permitindo uma análise comparativa intermunicipal e consistência estatística sobre o recorte geográfico. Os principais resultados demonstram que o envelhecimento na AMREC é superior à média nacional; enquanto o número de idosos no Brasil cresceu 57% entre 2010 e 2022, na região o aumento foi de 88%, saltando de 9% para 16% da população total (mais de 71 mil pessoas). O estudo identifica uma predominância feminina (56%) e um crescimento expressivo da quarta idade (80 anos ou mais). No âmbito da proteção social, verificou-se que, embora todos os municípios ofertem o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), apenas quatro garantem atendimento domiciliar e somente nove disponibilizam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) específico para idosos. Na Proteção Social Especial, a carência é ainda maior: apenas três municípios possuem serviços de média complexidade para este público e apenas um dispõe de Centro-Dia. Ademais, constatou-se que em 67% dos municípios não existem Conselhos Municipais da Pessoa Idosa, o que fragiliza a fiscalização e a participação social. Conclui-se que as lacunas na implementação da PNAS na AMREC resultam em um processo de "reprivatização da velhice", no qual a responsabilidade pelo cuidado é transferida do Estado para as famílias. A insuficiência de serviços e de suporte financeiro tripartite compromete a efetividade dos direitos previstos no Estatuto do Idoso, evidenciando a urgência de fortalecer a rede de assistência para garantir um envelhecimento digno e autônomo na região.

Palavras-Chaves: Envelhecimento Populacional, Política Nacional de Assistência Social, Associação dos Municípios da Região Carbonífera.

ESPECIALIZAÇÃO EXPORTADORA E DEPENDÊNCIA DE INSUMOS: O CASO DE CAÇADOR/SC NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR

Leandro Hupalo (Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe) - leandrohupalo.lh@gmail.com

[ORCID: 0000-0002-8914-577X](#)

Julia Paz de Freitas (Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe) - juliapdfreitas@gmail.com

Emerson Cardoso Marques (Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe) - emerson.cardoso@uniarp.edu.br

[ORCID: 0000-0001-7452-7399](#)

Juciele Marta Baldissarelli (Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe) - juciele.marta@uniarp.edu.br

[ORCID: 0000-0003-2021-9547](#)

O estudo analisou o comércio exterior do município de Caçador, Santa Catarina, entre 2015 e 2024, buscando compreender como as exportações e importações impactam a economia local. O objetivo foi identificar os principais parceiros comerciais, os produtos de maior relevância e o grau de abertura econômica do município. A pesquisa caracterizou-se como quantitativa, aplicada e descritiva, utilizando dados secundários provenientes do sistema Comex Stat, do IBGE e do Ipeadata. As informações foram tratadas em planilhas eletrônicas e analisadas por meio de indicadores de valor, volume e grau de abertura econômica. Os resultados mostraram que Caçador apresenta forte especialização nos setores de madeira e móveis, com destaque para exportações voltadas a países desenvolvidos, como Estados Unidos, China e Itália. As importações, por sua vez, concentram-se em insumos industriais, especialmente cobre e polímeros, essenciais para a modernização do parque fabril. O grau médio de abertura econômica foi de 51%, evidenciando a expressiva integração do município ao comércio internacional. Conclui-se que o comércio exterior é um vetor de desenvolvimento econômico para Caçador, promovendo competitividade, diversificação produtiva e geração de renda, embora ainda existam desafios relacionados à dependência de insumos externos e à necessidade de inovação tecnológica contínua.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento regional, Competitividade industrial, Cadeias globais de valor

ESTUDO DAS VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM O PREÇO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO DE TIJOLO NO BRASIL

Gabriel Facco da Silva (UNOCHAPECÓ) - gabrielfaccodasilva@gmail.com

Tatiane Salete Mattei (UNOCHAPECÓ) - Tatiane.mattei@unochapeco.edu.br

[ORCID: 0000-0003-1652-0695](#)

Em um cenário de crescimento constante no número de investidores na bolsa de valores, os Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) tornam-se uma opção atrativa de acesso ao mercado imobiliário com baixo custo de aquisição. O presente trabalho tem por objetivo compreender e identificar os principais fatores que influenciam o preço das cotas dos FIIs, concentrando-se na classe de fundos de “tijolo”. Para isso, foi aplicado um modelo de regressão de dados em painel com efeitos fixos, utilizando dados mensais de 16 fundos imobiliários no período de agosto de 2020 a maio de 2025. Para explicar o preço das

cotas, os indicadores analisados incluíram a taxa de vacância, número de cotistas, patrimônio líquido, liquidez média diária, *dividend yield* patrimonial, número de imóveis e área bruta locável. Os resultados revelaram que todas as variáveis são estatisticamente significativas para explicar a precificação dos FIIs de tijolo, considerando um grau de 99% de confiança. O aumento no número de cotistas, na liquidez média diária, no *dividend yield* e no número de imóveis teve efeito positivo na valorização das cotas dos FIIs, indicando que fundos com alta liquidez, crescimento no número de investidores, maior retorno mensal e uma quantidade superior de imóveis no portfólio são mais demandados no mercado. Concluiu-se que a oscilação desses ativos é influenciada por fatores específicos dos fundos, mas pode também refletir as expectativas econômicas que afetam todo o mercado de renda variável. A pesquisa contribui para o processo de tomada de decisão de investidores e para a compreensão dos principais determinantes do preço dos fundos imobiliários de tijolo.

Palavras-Chaves: Fundos de investimento imobiliário, setor imobiliário, renda variável, mercado financeiro

EVOLUÇÃO DA SAFRA 2024/25 E MERCADO DA BANANICULTURA EM SANTA CATARINA

Rogério Goulart-Junior (*Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina* - EPAGRI) - rgoulartjr@gmail.com
[ORCID: 0000-0002-4200-9500](https://orcid.org/0000-0002-4200-9500)

A safra 2024/2025 de banana em Santa Catarina foi caracterizada por forte oscilação de preços ao longo do período, refletindo impactos climáticos, variações na oferta e ajustes no comércio externo. O ciclo iniciou com valorização pontual no segundo semestre de 2024, influenciada por restrições produtivas, mas evoluiu para um cenário de aumento expressivo da oferta e pressão generalizada sobre os preços no primeiro semestre de 2025. A dinâmica entre produção, qualidade da fruta e desempenho das exportações foi determinante para o comportamento do mercado. Entre setembro e dezembro de 2024, a banana-caturra registrou valorização, impulsionada pela menor oferta decorrente de geadas e irregularidade climática, alcançando preços significativamente superiores aos de 2023. Já a banana-prata apresentou desvalorização no período, afetada pelo aumento da oferta e problemas fitossanitários que comprometeram a qualidade. No comércio exterior, apesar da recuperação pontual das vendas no terceiro trimestre, as exportações brasileiras acumulavam queda em relação a 2023 até outubro de 2024. Santa Catarina manteve papel de destaque, concentrando quase metade do valor exportado, com Uruguai e Argentina como principais destinos. A partir de janeiro de 2025, a banana-caturra sofreu forte desvalorização no primeiro bimestre, reflexo do aumento da oferta, maturação acelerada pelo calor e redução da qualidade. A banana-prata apresentou leve valorização sazonal, mas também permaneceu abaixo dos níveis do ano anterior. Nos principais entrepostos atacadistas, registrou-se retração nos preços e no volume comercializado. Entre abril e junho de 2025, consolidou-se um cenário de excesso de oferta e queda expressiva das cotações para ambas as variedades. No acumulado do primeiro semestre, os preços médios ficaram significativamente abaixo dos observados em 2024. Fatores climáticos (altas temperaturas, chuvas e geadas localizadas), aumento da produção nacional e concorrência com frutas da estação intensificaram a pressão sobre o mercado. No

mercado externo, entretanto, o primeiro semestre de 2025 apresentou recuperação nas exportações brasileiras, com crescimento relevante nos volumes embarcados por Santa Catarina, contribuindo para amenizar parcialmente o impacto da maior oferta interna. O final da safra consolidou expansão produtiva, com aumento de 17,5% na produção total e crescimento tanto da banana-caturra quanto da prata. A ampliação da área plantada e da produtividade reforçou o ambiente de maior disponibilidade ao longo do ciclo. A safra 2024/2025 de banana foi marcada por três movimentos principais: valorização no final de 2024 devido a restrições climáticas; forte desvalorização no início de 2025 com o avanço da oferta; e pressão prolongada sobre os preços no primeiro semestre, apesar da melhora nas exportações. A expansão da produção foi determinante para o ajuste de mercado, deslocando o cenário de escassez para um ambiente de maior oferta e competitividade. Ao final do período, os sinais de estabilização indicavam possível recuperação gradual das cotações, condicionada ao comportamento climático, à qualidade da fruta e à capacidade de absorção do mercado interno e externo.

Palavras-Chaves: Economia agrícola, Mercado agrícola, Preços agrícolas, Fruticultura, Socioeconomia

EVOLUÇÃO DO MERCADO DA MALEICULTURA EM SANTA CATARINA NA SAFRA 2024/25

Rogério Goulart-Junior (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI) - rgoulartjr@gmail.com
[ORCID: 0000-0002-4200-9500](https://orcid.org/0000-0002-4200-9500)

A safra 2024/2025 de maçã em Santa Catarina foi marcada por um movimento de transição entre dois cenários distintos: o impacto da forte quebra produtiva de 2023/24, que sustentou preços elevados no segundo semestre de 2024, e a recuperação da produção ao longo de 2025, que promoveu ajuste nas cotações e reequilíbrio gradual do mercado. O período analisado evidencia a forte relação entre oferta interna, dinâmica das importações e desempenho das exportações na formação de preços. No segundo semestre de 2024, o mercado ainda refletia a quebra de 23,7% na produção da safra anterior. A menor disponibilidade manteve os preços elevados no mercado interno, com valorização expressiva no terceiro trimestre. Mesmo com leve retração entre outubro e novembro, as cotações permaneceram acima das registradas em 2023, sustentadas por estoques reduzidos. No comércio exterior, a restrição de oferta provocou queda acentuada das exportações brasileiras em 2024 (-72% até novembro), enquanto as importações cresceram 37,7% para suprir o mercado doméstico, com destaque para o Chile como principal fornecedor. A presença de fruta importada, a preços competitivos, contribuiu para limitar novas altas no final do ano. Com a entrada da safra 2024/25, observou-se recuperação produtiva estimada de 50%, totalizando cerca de 481 mil toneladas nas principais regiões produtoras. As variedades de maçãs Fuji e Gala apresentaram crescimento expressivo, embora o volume total ainda tenha permanecido abaixo da média histórica estadual. O aumento da oferta no primeiro semestre de 2025 resultou em desvalorização no atacado. Entre abril e maio, os preços recuaram tanto no mercado catarinense quanto nos principais entrepostos nacionais. Ainda assim, as cotações mantiveram-se superiores às de 2023, indicando que o ajuste ocorreu sobre uma base historicamente elevada. No mercado externo, houve recuperação parcial das exportações

brasileiras nos primeiros meses de 2025, com crescimento significativo dos embarques catarinenses em relação ao ano anterior, embora os volumes ainda estivessem abaixo de 2023. A partir de julho de 2025, com a redução gradual da oferta e avanço da entressafra, verificou-se leve valorização no atacado, sinalizando início de estabilização. A expectativa para o segundo semestre era de manutenção desse movimento, condicionada ao comportamento dos estoques. A safra 2024/2025 consolidou um ciclo de normalização após a forte restrição produtiva do ano anterior. O período iniciou com preços elevados, sustentados por baixa oferta e aumento das importações, evoluiu para um cenário de recuperação produtiva e ajuste nas cotações ao longo do primeiro semestre de 2025, e apresentou sinais de estabilização na entressafra. Em síntese, o mercado da maçã em 2024/25 caracterizou-se por recomposição gradual da oferta, redução das pressões inflacionárias observadas em 2024 e retomada parcial das exportações. O desempenho da próxima safra dependerá das condições climáticas e da capacidade do setor em administrar volumes e estoques, evitando novos ciclos de excesso de oferta e volatilidade de preços.

Palavras-Chaves: Economia agrícola, Mercado agrícola, Preços agrícolas, Fruticultura, Socioeconomia

Evolução e dinâmica do crédito rural em Santa Catarina no período 2013/2025

Alexandre Luís Giehl (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) - *alexandregiehl@epagri.sc.gov.br*

[ORCID: 0000-0002-3897-7007](#)

Lillian Bastian (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) - *lillianbastian@epagri.sc.gov.br*

[ORCID: 0000-0002-2290-5922](#)

Lilian de Pellegrini Elias (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) - *lilianelias@epagri.sc.gov.br*

[ORCID: 0000-0001-8549-4182](#)

O crédito rural é fundamental para a produção agropecuária, sendo um dos principais instrumentos de política agrícola e desenvolvimento rural. Santa Catarina tem na agropecuária uma das bases de sua economia, tornando relevante analisar a implementação dessa política e sua relação com as transformações na agricultura estadual. Este estudo analisa a evolução do crédito rural em Santa Catarina entre 2013 e 2025, utilizando dados do Banco Central corrigidos pelo IGP-DI. A análise centra-se nos seguintes parâmetros: contratos, total financiado e valor médio por contrato, além de segmentação por atividade agrícola e pecuária e por programa. Considerando os totais, observa-se queda de 38,4% no número de contratos (de 214.705 para 132.294) entre 2013 e 2025, enquanto o valor financiado cresceu 7,2% (de R\$20,7 bilhões para R\$22,2 bilhões). Esse movimento antagônico é explicado pela evolução do valor médio dos contratos, que aumentou 74,0% no período. A redução no número de contratos concentrou-se no segmento agrícola, que passou de 148.404 em 2013 para 56.459 em 2025 (-62,0%). Em contrapartida, o valor financiado nesse segmento apresentou estabilidade, oscilando de R\$10,2 bilhões para R\$10,1 bilhões, o que resultou num aumento de 161,3% no valor médio dos contratos, sugerindo uma concentração em

operações de maior porte. Na pecuária, a dinâmica foi distinta. O número de contratos cresceu 14,4% (de 66.301 para 75.835), enquanto o valor financiado aumentou 14,7%, saltando de R\$10,5 bilhões para R\$12,0 bilhões. O valor médio dos contratos permaneceu estável (0,3%), indicando que a expansão do crédito para o setor se deu pelo aumento da base de tomadores, mantendo-se o porte médio das operações. Com tais mudanças, a participação da pecuária no total de contratos passou de 30,9%, para 57,3% entre 2013 e 2025. Quanto aos recursos financeiros, houve mudança menos expressiva, com a pecuária saindo de 50,8% para 54,3% do total. Ao comparar esses dados com o Valor da Produção (VPA), verifica-se que, no período analisado, o VPA estadual aumentou 53,6% em termos reais, com variação maior na produção animal (59,8%), enquanto a produção vegetal cresceu 44,9%. Assim, houve leve alta na participação da produção animal no VPA total (de 58,4% para 60,7%). Também analisou-se a evolução do crédito por programa, verificando-se que, em 2013, o Pronaf respondeu por 65,8% dos contratos e 26,7% dos recursos, enquanto em 2025, esses índices aumentaram para 77,1% e 42,1%, respectivamente. Conclui-se que o crédito rural em Santa Catarina passou por significativa transformação estrutural, com redução substancial no número de contratos na atividade agrícola, acompanhada de aumento do valor médio financiado, indicando movimento de concentração. A pecuária demonstrou maior capilaridade, com expansão do número de contratos e estabilidade no valor médio. Essas transformações alinham-se à evolução do VPA, refletindo a consolidação da pecuária na economia estadual, além de sinalizar mudanças no perfil do produtor que acessa crédito e na composição do financiamento, sugerindo modernização do setor e possível redução da inclusão dos produtores menos capitalizados, não obstante maior demanda pelo Pronaf, demandando investigações adicionais.

Palavras-Chaves: Crédito rural, , Financiamento, , Pronaf, , Política pública,

FINANCISTAS PERIFÉRICOS EN AMÉRICA LATINA: LA ACTUACIÓN DE BUSCHENTAL Y GOSLING EN LOS MÁRGENES DEL CAPITALISMO (1848-1917)

José Augusto Ribas Miranda (Universidad Austral de Chile) - jose.miranda@uach.cl
Talita Alves de Messias (Universidade Federal Fluminense) - talita-alves@hotmail.com

El texto analiza la figura del financista periférico en América Latina durante el largo siglo XIX y comienzos del XX, proponiéndolo como un actor múltiple, cambiante y controvertido, cuya acción se sitúa entre el Estado, los mercados financieros y las redes de sociabilidad. A partir de una revisión historiográfica y de un enfoque conceptual, el artículo sostiene que el financista no se reduce al banquero o al corredor, sino que actúa principalmente como intermediario especializado en contextos de fuerte urgencia fiscal, inestabilidad política y mercados poco desarrollados. En escenarios periféricos del capitalismo global, marcados por asimetrías de información, los financistas operaron como “tercer elemento”, conectando gobiernos necesitados de recursos con capitales privados y obteniendo beneficios a partir de esa intermediación. El análisis se apoya en dos estudios de caso: la trayectoria de José Buschenthal en la cuenca del Río de la Plata a mediados del siglo XIX y las actuaciones de Alfred y Edward Gosling en el mercado de deudas subnacionales del Brasil republicano. Ambos casos muestran cómo el poder de

estos financistas se basó menos en capital propio que en el uso estratégico de redes sociales, reputación y conocimiento técnico.

Palavras-Chaves: financistas periféricos, Estado, redes de sociabilidade

FURTOS E TRÁFICO DE ENTORPECENTES NO RIO GRANDE DO SUL: UMA ANÁLISE ESPACIAL NOS PERÍODOS PRÉ E PÓS-PANDEMIA

Fernanda Bueno Farias; (Universidade Federal de Santa Maria) - fernanda07farias@gmail.com

César Augusto Pereira dos Santos (César Augusto Pereira dos Santos) - cesar.santos@ufsm.br

Jéssica de Lima da Vida Pellenz (Universidade Federal de Santa Maria) - jessica.pellenz@ufsm.br

João Davi Drum (Universidade Federal de Santa Maria) - joaodavitm@gmail.com

O presente estudo teve como propósito analisar a criminalidade no estado do Rio Grande do Sul no período anterior e posterior à pandemia de COVID-19, tendo como base interpretativa a Teoria das Atividades Rotineiras. Essa abordagem teórica sustenta que a ocorrência de crimes está relacionada à convergência de três elementos principais: a presença de um infrator motivado, a existência de um alvo adequado e a ausência de mecanismos eficazes de vigilância ou controle social. A partir dessa perspectiva, buscou-se compreender de que maneira as mudanças nas rotinas sociais provocadas pela pandemia podem ter influenciado a dinâmica espacial da criminalidade no estado. Para alcançar esse objetivo, foi aplicada a metodologia de Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), que possibilita identificar padrões espaciais, dependência espacial e possíveis aglomerações territoriais de determinado fenômeno. Essa abordagem permitiu visualizar e descrever a distribuição espacial dos crimes analisados, bem como identificar a formação de agrupamentos locais por meio dos Indicadores Locais de Associação Espacial (LISA). A análise foi realizada considerando os anos de 2018, 2020 e 2021, escolhidos por representarem, respectivamente, um período anterior à pandemia, o momento inicial da crise sanitária e o período posterior às principais medidas de restrição social.

As análises concentraram-se especificamente nas ocorrências de furto e de tráfico de entorpecentes, crimes que apresentam significativa incidência nos municípios gaúchos e que podem ser sensíveis a alterações nas rotinas sociais e econômicas da população. Os resultados obtidos apontaram para a presença de autocorrelação espacial significativa, evidenciando a formação de agrupamentos de municípios vizinhos que apresentam níveis semelhantes de incidência desses delitos. Conclui-se que, no Rio Grande do Sul, ao menos nos anos analisados, a concentração das ocorrências criminais tende a ser maior em municípios caracterizados por menores índices de desenvolvimento humano e por um Produto Interno Bruto (PIB) relativamente mais baixo. Além disso, observou-se que essas localidades frequentemente apresentam maiores densidades populacionais e elevados níveis de urbanização, fatores que podem contribuir para a intensificação das oportunidades para a prática de determinados crimes. Esses resultados reforçam a

importância de considerar fatores socioeconômicos e espaciais na formulação de políticas públicas voltadas à prevenção e ao combate à criminalidade.

Palavras-Chaves: Atividades rotineiras, Espacialidade, Clusters, Pandemia

GOVERNANÇA CLIMÁTICA TRANSFORMADORA: DESAFIOS INSTITUCIONAIS PARA A AÇÃO CLIMÁTICA NOS MUNICÍPIOS

Albino Lutiani da Costa Brito (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - albino.brito@unesc.net

[ORCID: 0000-0002-2410-2840](#)

Silvio Parodi Oliveira Camilo (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - parodi@unesc.net

[ORCID: 0000-0001-5917-1283](#)

Melissa Watanabe (Universidade Federal do Paraná) - melissawatanabe@ufpr.br

[ORCID: 0000-0003-2205-6235](#)

Mudanças climáticas têm se consolidado como um dos principais desafios contemporâneos para o desenvolvimento socioeconômico e para a gestão pública, especialmente no contexto urbano. Eventos climáticos extremos, como enchentes, secas prolongadas, ondas de calor e deslizamentos, têm provocado impactos crescentes sobre a infraestrutura urbana, a atividade econômica e as condições de bem-estar da população. Nesse cenário, governos municipais assumem papel estratégico na formulação e implementação de políticas de mitigação e adaptação climática, uma vez que é no território local que os efeitos das mudanças do clima se manifestam de forma mais direta e imediata, logo, são mais bem pronunciados. A literatura recente tem enfatizado que a resposta institucional às mudanças climáticas exige novos arranjos de governança capazes de articular múltiplos atores, escalas e instrumentos de política pública. A governança climática refere-se, nesse sentido, ao conjunto de instituições, regras e processos que orientam a coordenação entre governos, organizações da sociedade civil, setor privado e instituições científicas na construção de respostas coletivas à crise climática. Entretanto, apesar do avanço de marcos institucionais e instrumentos de política climática, diversos estudos apontam que as respostas locais permanecem frequentemente fragmentadas e limitadas por restrições institucionais, baixa integração entre políticas setoriais e limitada coordenação entre níveis de governo. Tais limitações tendem a comprometer a capacidade das cidades de incorporar os riscos climáticos em suas estratégias de desenvolvimento territorial. Nesse contexto, tem emergido na literatura o conceito de governança climática transformadora, que busca compreender como instituições públicas podem desenvolver capacidades para promover mudanças estruturais nos sistemas de governança e nas práticas de gestão pública frente aos desafios climáticos. Diferentemente de abordagens incrementais, a governança transformadora enfatiza processos de inovação institucional, aprendizado organizacional e construção de redes colaborativas capazes de reconfigurar os modos de formulação e implementação de políticas públicas. Este estudo discute, a partir de uma abordagem teórica, os principais desafios institucionais associados à consolidação da governança climática transformadora no nível municipal. Argumenta-se que o fortalecimento da ação climática local depende da institucionalização da agenda climática nas estruturas administrativas municipais, da ampliação da coordenação intergovernamental e intersetorial, do desenvolvimento de

capacidades técnicas e administrativas e da construção de redes colaborativas entre governo, sociedade civil e instituições de pesquisa. Conclui-se que a consolidação de uma governança climática transformadora constitui elemento fundamental para ampliar a capacidade de resposta das cidades frente aos riscos climáticos e para fortalecer estratégias de desenvolvimento urbano resiliente.

Palavras-Chaves: Mudanças climáticas, governança transformadora, gestão pública municipal, adaptação climática, políticas públicas.

GOVERNANÇA TERRITORIAL NA SERRA CATARINENSE: O DESCOMPASSO ENTRE INSTITUCIONALIDADE FORMAL E LEGITIMIDADE SOCIAL NA CESTA DE BENS E SERVIÇOS

Sérgio Marian (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC) - sergio.marian@udesc.br

[ORCID:](#) [0000-0003-3307-6290](#)

Marcia Fernanda Pereira (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC) - marcia.br.amaral@gmail.com

[ORCID:](#) [0000-0003-2900-7882](#)

Valério Alecio Turnes (Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC) - valerio.turnes@yahoo.com.br

[ORCID:](#) [0000-0002-2923-341X](#)

Moises Savian (Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA) - moisessavian@gmail.com

A Serra Catarinense reúne um conjunto de produtos e serviços com forte vínculo territorial, grande parte assentado em pequenas propriedades e trabalho da agricultura familiar. Entre esses recursos destacam-se produtos com Indicação Geográfica - IG, como o Queijo Artesanal Serrano (Campos de Cima da Serra), o Mel de Melato de Bracatinga (Planalto Sul Brasileiro) e a Maçã Fuji (Região de São Joaquim), além do turismo e de bens associados à sociobiodiversidade, como o pinhão. Nesse contexto, a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais - CBST oferece um referencial para compreender como a combinação entre produtos/serviços privados de qualidade, atributos naturais e culturais do território e um sistema de governança territorial engendrado por múltiplos atores pode gerar renda de qualidade territorial e reforçar estratégias de desenvolvimento territorial. O artigo analisa, a partir de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, em que medida os arranjos institucionais e as redes intersetoriais observadas na Serra Catarinense incorporam princípios de boa governança. Utilizaram-se análise documental, observação e entrevistas semiestruturadas aplicados a atores dos segmentos público, privado, associativo e de apoio/suporte. A análise foi orientada pelos sete princípios de boa governança de Lockwood (2010), a saber: legitimidade, transparência, responsabilidade, inclusão, justiça, conectividade e resiliência, e por técnicas de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam um ecossistema de atores robusto atuado em diversas áreas e potencialidades relevantes: base legal e institucional forte, com a presença de associações gestoras de IG e densidade de instituições de apoio/suporte (extensão, pesquisa e capacitação). Contudo, também se observam fragilidades que limitam a consolidação do “efeito cesta”: legitimidade social frágil (descompasso entre norma e adesão), conectividade horizontal insuficiente entre produtos e serviços,

transparência limitada em devolutivas e indicadores, e dependência de lideranças e rotinas pouco institucionalizadas, reduzindo resiliência organizacional. Conclui-se que a CBST, articulada às IGs, tem potencial como estratégia de desenvolvimento territorial baseado na agricultura familiar, desde que o fortalecimento da governança territorial priorize mecanismos de participação qualificada, coordenação intersetorial e inclusão distributiva dos benefícios.

Palavras-Chaves: Cesta de Bens e Serviços Territoriais - CBST, Indicações Geográficas – IGs, Desenvolvimento regional, Serra Catarinense.

INCLUSÃO PRODUTIVA E DIAGNÓSTICO TARDIO DE AUTISMO EM MULHERES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO EM SANTA CATARINA

Bárbara de Souza Manoel (Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina) - barbaracsmanoel@gmail.com

Roberto Carlos Grillo Ragagnin (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - ragagningr@gmail.com

O presente estudo aborda o desenvolvimento socioeconômico catarinense a partir da realidade de mulheres com diagnóstico tardio de autismo e sua inserção no mercado de trabalho. Com base em relatos locais, observou-se que o diagnóstico na vida adulta produz efeitos ambivalentes: ao mesmo tempo em que oferece alívio e legitimação da identidade, também evidencia trajetórias marcadas pela ausência de suporte adequado. Trata-se de estudo qualitativo, fundamentado em relatos de mulheres com diagnóstico tardio de Transtorno do Espectro Autista (TEA) residentes em Santa Catarina, a partir de experiências na escola. Foram analisados os depoimentos de quatro mulheres diagnosticadas na vida adulta, utilizando categorias temáticas relacionadas à trajetória de autodescoberta, barreiras no mercado de trabalho e estratégias de adaptação. As conversas revelaram dificuldades históricas de socialização, sobrecarga sensorial em ambientes laborais e a necessidade de adaptações para o desempenho profissional. O diagnóstico tardio revelou-se um marco para o estabelecimento de limites e o acesso a direitos, como atendimento prioritário e adequações no trabalho. Conclui-se que a inclusão produtiva dessas mulheres constitui elemento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico catarinense, exigindo políticas públicas, capacitação de empregadores, flexibilização de rotinas e reconhecimento da neurodiversidade como valor institucional. A metodologia baseou-se na análise qualitativa de depoimentos de mulheres catarinenses diagnosticadas na vida adulta.

Palavras-Chaves: Diagnóstico tardio, Transtorno do Espectro Autista, Inclusão produtiva, Mercado de trabalho, mulheres

INFLUÊNCIA DAS EXPORTAÇÕES NO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES

Fernando Gabriel Santin (UNOCHAPECO) - fernando.santin@unochapeco.edu.br
Robinson Mattos Neto (UNOCHAPECO) - robinsonm.neto@unochapeco.edu.br
[ORCID: 0000-0002-3754-1797](#)
Wéilton Mesacasa (UNOCHAPECO) - weliton1004@unochapeco.edu.br
[ORCID: 0009-0004-2125-1770](#)

O objetivo do presente estudo é analisar a influência das exportações no crescimento e desenvolvimento econômico dos municípios catarinenses fundamentando-se na Teoria da Base Exportadora de North. Para tanto, foram estimados modelos de efeitos fixos, abrangendo 293 municípios do estado no período entre 2010 a 2022. A pesquisa estruturou-se em quatro modelos estatísticos distintos: dois dedicados à variável dependente PIB per capita (indicador de crescimento econômico) e dois voltados ao Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal — IFDM (indicador de desenvolvimento socioeconômico). Além da variável de interesse, as exportações per capita, o modelo incorporou variáveis de controle como ocupação, renda, educação e uma variável *dummy* para captar os efeitos da pandemia de COVID-19. O achado mais significativo deste estudo é a robustez da variável Exportação per capita que se mostrou estatisticamente significativa e positiva tanto para os modelos de crescimento (PIB) quanto para os de desenvolvimento (IFDM). Os resultados das variáveis independentes e de controle mostraram-se consistentes com as teorias apresentadas. Por fim, esse artigo, fornece informações valiosas explicando diferentes variáveis e sua relação na explicação da influência da exportação no crescimento econômico, através de modelos estatísticos. Essa convergência entre os dados empíricos observados em Santa Catarina e os pressupostos teóricos reforça a premissa de que o dinamismo econômico local não é um fenômeno isolado, mas sim o reflexo de uma estrutura produtiva voltada ao mercado externo. Dessa forma, a aplicação do modelo de North aos municípios catarinenses não apenas valida a relevância histórica da Teoria da Base Exportadora, como também reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à diversificação produtiva e ao fortalecimento institucional para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento regional no longo prazo.

Palavras-Chaves: Exportações, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Econômico

INFLUÊNCIA DOS CHOQUES MACROECONÔMICOS SOBRE O SETOR INDUSTRIAL CATARINENSE

Vinicius Camillo Bahú (Unochapecó) - vinibahu@hotmail.com
[ORCID: 0009-0007-2755-8468](#)
Robinson Mattos Neto (Unochapecó) - robinsonm.neto@unochapeco.edu.br
[ORCID: 0000-0002-3754-1797](#)

O presente estudo tem como objetivo analisar a influência dos choques macroeconômicos sobre o desempenho do setor industrial catarinense no período de 2002 a 2024. Consideram-se como principais choques a taxa de juros nominal, a taxa de câmbio real, o preço internacional do petróleo e o choque externo decorrente da pandemia de Covid-19. Para a realização da análise, foram coletados dados mensais do Produto Industrial de Santa Catarina, provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como das variáveis macroeconômicas obtidas junto ao Banco Central do Brasil

(BCB) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A metodologia adotada baseia-se na modelagem de Vetores Autorregressivos (VAR) com Vetor de Correção de Erros (VECM), permitindo captar tanto as relações dinâmicas de curto prazo quanto os vínculos de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis analisadas. Os resultados evidenciam que elevações na taxa Selic exercem efeitos contracionistas sobre a produção industrial, ao aumentar o custo do capital e reduzir os investimentos produtivos. Em contrapartida, a desvalorização cambial, bem como o aumento do preço do petróleo apresentaram efeitos expansionistas sobre a atividade industrial no período analisado. No que se refere ao choque da pandemia de Covid-19, identificou-se impacto negativo inicial significativo sobre a produção industrial, sobretudo nos primeiros meses da crise sanitária, porém com breve recuperação dos indicadores. As análises de longo prazo confirmaram a existência de relações estruturais entre as variáveis macroeconômicas e o desempenho industrial catarinense. Dessa forma, o estudo contribui para a compreensão dos mecanismos de transmissão dos choques macroeconômicos no contexto regional.

Palavras-Chaves: Indústria, choques macroeconômicos, Santa Catarina.

INSTITUIÇÕES, ESTRUTURA PRODUTIVA E SOCIEDADE CIVIL: UM ESTUDO ANALÍTICO DA PARTICIPAÇÃO CÍVICA NO BRASIL (2003–2023)

Thiago Rocha Fabris (UNESC) - thiagorfabris@unesc.net
[ORCID: 0000-0002-0138-7863](https://orcid.org/0000-0002-0138-7863)

Marco Felipe Zanchetta Moreno Guidio Biondo (UNESC) - marco.felipe@unesc.net
[ORCID: 0009-0005-9272-5328](https://orcid.org/0009-0005-9272-5328)

Jaime Dagostim Picolo (UNESC) - jdp@unesc.net
[ORCID: 0000-0002-0527-5172](https://orcid.org/0000-0002-0527-5172)

A compreensão da dinâmica contemporânea do desenvolvimento econômico exige a incorporação de fatores institucionais e sociais, para além das variáveis macroeconômicas tradicionais. Nesse contexto, a Nova Economia Institucional e a sociologia dos mercados oferecem arcabouço teórico relevante ao conceber as instituições como “regras do jogo” que estruturam incentivos e moldam o comportamento dos agentes econômicos (NORTH, 1990; FLIGSTEIN; DAUTER, 2012). À luz dessas abordagens, este estudo analisa a relação entre qualidade institucional, estrutura produtiva e participação da sociedade civil no Brasil, no período de 2003 a 2023. O objetivo central é investigar de que forma variáveis institucionais e econômicas setoriais influenciam a dinâmica da participação cívica ao longo do tempo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa quantitativa baseada em dados secundários, estruturada a partir de séries temporais anuais. Utiliza-se um modelo econométrico autorregressivo com médias móveis e variáveis exógenas (ARMAX), adequado para captar dependência temporal e efeitos dinâmicos entre as variáveis. Os dados foram obtidos de bases institucionais internacionais, como o Banco Mundial e o CIVICUS, contemplando indicadores de participação da sociedade civil, qualidade institucional e composição setorial da economia, com destaque para os setores de serviços, comércio e atividades agropecuárias extrativas vegetais. Os resultados indicam elevada persistência temporal da participação da sociedade civil, evidenciando a presença de memória econômica e path dependence institucional. Em termos setoriais, verifica-se que a expansão do setor de serviços e das atividades agropecuárias extrativas

vegetais apresenta impacto positivo e estatisticamente significativo sobre a participação cívica, sugerindo que estruturas produtivas territorializadas e formas organizativas coletivas contribuem para o fortalecimento do capital social, em consonância com a literatura sobre economia solidária e cooperativismo (SINGER, 2002; ESTEVAM; MIOR, 2014). Por outro lado, a expansão do setor de comércio apresenta efeito negativo, indicando que processos de intensificação comercial, quando não acompanhados por mecanismos institucionais inclusivos, podem reduzir os níveis de mobilização social. No que se refere às variáveis institucionais, observa-se impacto negativo no curto prazo, o que pode ser interpretado como evidência de um efeito de substituição institucional, conforme discutido por Dinda (2018), no qual melhorias institucionais formais podem, em determinados contextos, reduzir a necessidade de mobilização da sociedade civil. Conclui-se que a participação da sociedade civil constitui um elemento estruturante do desenvolvimento econômico, sendo condicionada pela interação dinâmica entre instituições, estrutura produtiva e formas coletivas de organização social.

Palavras-Chaves: Sociedade civil, , Instituições, , Economia solidária, , Comércio, , Desenvolvimento econômico.

MAPEAMENTO E ANÁLISE DAS LEIS MUNICIPAIS DE INOVAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA ENTRE INSTRUMENTOS QUANTITATIVOS E FATORES QUALITATIVOS EM MUNICÍPIOS DE DIFERENTES PORTES.

Severino Luis De Déa (UnoChapecó - Universidade Comunitária da Região de Chapecó)
- seve.jba@gmail.com

[ORCID: 0009-0000-0087-1146](#)

Rodrigo Barichello (UnoChapecó - Universidade Comunitária da Região de Chapecó) -
Rodrigo.b@unochapeco.edu.br

[ORCID: 0000-0002-0358-1467](#)

Este estudo apresenta uma análise integrada das leis municipais de inovação do Estado de Santa Catarina, combinando abordagens quantitativas e qualitativas para compreender os padrões de adoção de instrumentos de políticas públicas de inovação em municípios de diferentes portes populacionais. Através de análise sistemática de documentos legais e processamento de dados, identificamos que 43 municípios catarinenses (14,5%) possuem legislação específica sobre inovação, implementando sete instrumentos principais: fundos municipais de inovação, conselhos de inovação, incentivos fiscais, apoio a incubadoras, apoio a universidades, apoio a parques tecnológicos e compras públicas de inovação. Os resultados quantitativos revelam que 90,7% dos municípios estabeleceram conselhos de inovação e 81,4% apoio a incubadoras, enquanto 72,1% criaram fundos municipais de inovação. A análise de combinações demonstra que 30,2% dos municípios implementam simultaneamente todos os sete instrumentos, indicando uma tendência de abordagem integrada para políticas de inovação. Municípios de maior porte populacional apresentam maior propensão à adoção de instrumentos fiscais, enquanto o apoio a parques é mais prevalente em centros urbanos maiores. A análise qualitativa específica dez municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes) revela que a adoção de leis de inovação é motivada por fatores como presença de atores

mobilizadores, estratégias de atração de recursos e investimentos, influência de lideranças políticas locais engajadas e replicação de modelos bem-sucedidos de outras localidades. O estudo contribui para o entendimento das políticas públicas de inovação em nível municipal, fornecendo um *framework* integrado que combina análise instrumental com fatores contextuais, e oferece subsídios para o desenvolvimento de estratégias mais efetivas de governança adaptadas às especificidades territoriais.

Palavras-Chaves: Leis de inovação, Políticas Públicas, Santa Catarina

MEMÓRIA LONGA NA INFLAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS

Wagner Oliveira Monteiro (ALESC) - wagner.monteiro@alesc.sc.gov.br
[ORCID: 0000-0002-5286-1406](https://orcid.org/0000-0002-5286-1406)

Este artigo investiga a presença de memória longa na inflação de Florianópolis/SC, utilizando o Índice de Custo de Vida (ICV), e a compara com a persistência do IPCA nacional. A análise emprega múltiplos estimadores do parâmetro fracionário d (GPH, Local Whittle, Exact Local Whittle e ARFIMA) aplicados a dados mensais de janeiro de 1999 a janeiro de 2026 (325 observações), correspondendo ao período pós-regime de metas de inflação e câmbio flutuante. Os resultados indicam que ambas as séries apresentam memória longa estacionária, porém com graus de persistência distintos: a estimativa consensual é 0,26 para o ICV Geral e 0,42 para o IPCA Geral, sugerindo que a inflação local de Florianópolis reverte à média mais rapidamente que a nacional. Testes de quebra estrutural (Bai-Perron e Zivot-Andrews) identificam uma mudança de nível em abril–maio de 2003, associada à consolidação da política monetária pós-crise de confiança de 2002. Após remoção das quebras (Granger & Hyung, 2004), a memória longa persiste, embora com magnitude reduzida, indicando que parte da persistência estimada é espúria, mas não toda. O teste ARCH-LM detecta heteroscedasticidade condicional nos resíduos do ICV Geral, motivando a estimação de um modelo ARFIMA-FIGARCH, cujo parâmetro fracionário da variância revela memória longa também na volatilidade da inflação local. Os resultados têm implicações para a condução da política monetária e para a compreensão das dinâmicas regionais de preços no Brasil.

Palavras-Chaves: memória longa, inflação, ICV, ARFIMA, FIGARCH

MERCADO AÉREO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS 2000 A 2010 DESAFIOS E TRAJETÓRIA DAS COMPANHIAS AÉREAS.

Samuel Henrique Colombo da Luz (UNESC) - samuelhcolombo@gmail.com
Walter Arthur Fensterseifer Antunes (EPAGRI) - walterarthur.fa@gmail.com

Este artigo oferece uma visão do setor de transporte aéreo no Brasil no século XXI, destacando os eventos mais importantes, as companhias aéreas nacionais e as políticas públicas que afetam essa área. No início dos anos 2000, é importante notar a evolução da aviação, que incluiu a liberalização dos preços, a queda de companhias tradicionais como Varig, Transbrasil e Vasp, e a ascensão de empresas de baixo custo, como a Gol Linhas

Aéreas. Entre 2006 e 2007, o setor viveu a crise do "apagão aéreo", que foi provocada por acidentes e greves de controladores de tráfego. De 2007 a 2013, houve um aumento no transporte de passageiros e alterações estruturais, como a fusão da TAM com a LAN, resultando na criação da LATAM Airlines. O intervalo de 2014 a 2019 foi caracterizado por expectativas relacionadas à Copa do Mundo, mas também por dificuldades financeiras enfrentadas pelas companhias aéreas. A partir de 2020, a pandemia de Covid-19 prejudicou significativamente o setor, levando à diminuição drástica do número de voos, à adoção de uma malha aérea mínima e à implementação de medidas emergenciais, como a Lei nº 14.034/2020. O texto também menciona a atuação de empresas como Gol, Azul e LATAM, além da Política Nacional de Aviação Civil (PNAC), que se concentra em segurança, infraestrutura e eficiência deste setor. Em suma, a aviação comercial no Brasil passou por importantes reestruturações, influenciadas por políticas públicas, crises, fusões e transformações econômicas.

Palavras-Chaves: Aviação comercial brasileira, Regulação aérea, Companhias aéreas, aviação civil, transporte aéreo.

Metodologias Ativas na Educação Profissionalizante: Contribuições para o Desenvolvimento Socioeconômico e Inserção no Mercado de Trabalho

Roberto Carlos Grillo Ragagnin (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - ragagninr@gmail.com

[ORCID: 0009-0009-6696-0841](#)

Lilian Manente Milanez (Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina) - lilianmilanez@gmail.com

[ORCID: 0009-0007-8012-0860](#)

O presente estudo aborda a importância das metodologias ativas na educação profissionalizante como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico e a inserção qualificada dos alunos no mercado de trabalho. A partir da análise de experiências pedagógicas, observou-se que metodologias como aprendizagem baseada em projetos, estudo de caso e sala de aula invertida promovem maior protagonismo discente, estimulando autonomia, pensamento crítico e capacidade de resolução de problemas. Essas abordagens aproximam a formação das demandas reais do setor produtivo, favorecendo o desenvolvimento de competências técnicas alinhadas às necessidades do mercado, ao mesmo tempo em que consolidam habilidades socioemocionais fundamentais para a empregabilidade, como colaboração, comunicação eficaz e gestão do tempo. As conversas revelaram que os alunos se sentem mais preparados e seguros para enfrentar desafios profissionais, evidenciando maior retenção de conhecimento e capacidade de transferência do aprendizado para situações concretas de trabalho. Empregadores, por sua vez, reconhecem maior capacidade de adaptação, proatividade e inovação entre os egressos de cursos que utilizam essas práticas, destacando-se em processos seletivos e no desempenho organizacional. A pesquisa aponta ainda que a adoção de metodologias ativas contribui para a redução da evasão escolar e para a formação de profissionais mais alinhados às transformações tecnológicas e às demandas contemporâneas do mundo do trabalho. Conclui-se que a adoção de metodologias ativas na educação profissionalizante constitui elemento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico, exigindo investimento em formação docente continuada, infraestrutura

pedagógica adequada e políticas públicas que incentivem a inovação no ensino, de modo a consolidar uma formação profissional mais integrada, crítica e transformadora.

Palavras-Chaves: Metodologias ativas, Educação profissionalizante, Desenvolvimento socioeconômico, Mercado de trabalho

MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE CORPORATIVO: O EFEITO DA GAMIFICAÇÃO E DAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO

Bryan Galani (USP/Esalq) - bryansgalanip@gmail.com
Ariana Cericatto da Silva (UNIOESTE) - arianacericatto@gmail.com
[ORCID: 0000-0002-4737-3600](https://orcid.org/0000-0002-4737-3600)

A motivação dos colaboradores tem sido amplamente discutida na literatura organizacional como um fator essencial para o aumento da produtividade, do engajamento e da satisfação no ambiente de trabalho. Em um cenário corporativo cada vez mais orientado por resultados e pela gestão estratégica de pessoas, compreender quais iniciativas podem contribuir para elevar o nível de motivação dos funcionários torna-se fundamental para o sucesso das organizações. Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo analisar o impacto de iniciativas corporativas de comunicação e gamificação na motivação de funcionários de uma empresa do setor de energia. A gamificação é compreendida neste estudo como a aplicação estratégica de elementos e conceitos típicos de jogos em contextos que não estão originalmente relacionados a jogos, com o propósito de estimular comportamentos desejados, aumentar o engajamento e tornar processos organizacionais mais atrativos para os colaboradores. Para a realização da pesquisa, foi aplicado um questionário estruturado com colaboradores da organização, contendo questões voltadas à percepção sobre comunicação interna, engajamento e motivação no ambiente de trabalho. Além disso, foram conduzidos testes A/B com o objetivo de avaliar possíveis mudanças na percepção dos funcionários após a exposição a diferentes formatos de comunicação e abordagens baseadas em gamificação. Como complemento metodológico, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com funcionários selecionados, buscando compreender de forma mais aprofundada as percepções individuais sobre o uso de técnicas de gamificação em conversas de desempenho e processos de feedback. Os resultados obtidos indicaram que, após a implementação das iniciativas de gamificação, o grupo exposto apresentou níveis mais elevados de engajamento, maior percepção positiva sobre o ambiente organizacional e melhor alinhamento com os objetivos estratégicos da empresa. Dessa forma, conclui-se que ações estruturadas de comunicação associadas a práticas de gamificação podem contribuir de maneira significativa para o aumento da motivação dos funcionários, especialmente quando essas iniciativas estão alinhadas à cultura organizacional e às necessidades do público interno.

Palavras-Chaves: Comportamento Organizacional, Motivação no trabalho, Técnicas de Gamificação

MULHERES NA VIDA POLÍTICA: UMA ANÁLISE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO DE 2010 a 2022

Andréia do Prado Bueno (Universidade do Oeste de Santa Catarina) - andreia.dopbueno@gmail.com

[ORCID: 0000-0002-5037-8365](#)

Rógis Juarez Bernardy (Universidade do Oeste de Santa Catarina) - rogis.bernardy@unoesc.edu.br

[ORCID: 0000-0002-2214-5783](#)

Kelly Cristina Benetti Tonani Tosta (Universidade Federal da Fronteira Sul) - kellytosta@uffs.edu.br

[ORCID: 0000-0003-0531-5282](#)

O sufrágio universal é um dos maiores marcos da história. No Brasil, ele só veio, efetivamente, com a Constituição Federal de 1988, a qual incluiu os analfabetos como eleitores e antes disso, em 1932, ano em que as mulheres passaram a fazer parte dos cidadãos aptos a eleger seus representantes. Entretanto, passados quase cem anos dessa conquista, a política brasileira mantém o seu *status quo*, elegendo massivamente homens, brancos e na sua maioria sucessores de pais ou familiares políticos. O presente estudo analisou a composição do legislativo brasileiro na última década (2010-2022), considerando o primeiro pleito imediatamente posterior à promulgação da exigência de cotas de gênero nas candidaturas, ocorrida em 2009. A pesquisa possui caráter quantitativo, de ordem descritiva, apresentando informações estatísticas a partir da base de dados publicizada pelo TSE e disponibilizada pela plataforma Base dos Dados. Os resultados evidenciam que as candidaturas femininas nos últimos dois processos eleitorais (2018 e 2022) atingiram mais de 30% do total, contemplando o disposto na legislação. Contudo, as mulheres eleitas representavam apenas 17,7% dos assentos parlamentares no país, considerando o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais, embora sejam mais escolarizadas do que eles. Ainda que o foco desta pesquisa esteja ambientado no cenário político brasileiro, há potencial para debates de ordem econômica, sobretudo com relação aos aspectos demográficos e de ambiente do trabalho, onde a desigualdade de gênero persiste, com mulheres subrepresentadas em espaços de decisão e poder, a exemplo da política, como mostra a discussão desta pesquisa. Diante do exposto, a temática é emergente e constituiu campo fértil para proposições políticas e pesquisas interdisciplinares.

Palavras-Chaves: Mulheres na política, , Diversidade na política, , Desigualdade de Gênero,

O FUNDO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA DO TRABALHADOR RURAL (FUNRURAL): FUNÇÃO SOCIAL DA ATIVIDADE ECONÔMICA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Danieli Cristina de Souza Muzeka (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - dcs@unesoc.net

[ORCID: 0000-0003-2185-7823](#)

Dimas de Oliveira Estevam (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - doe@unesc.net

[ORCID: 0000-0002-8116-2209](#)

Caroline da Graça Jacques (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - carolinejacques@unesc.net

[ORCID: 0000-0001-7377-3782](#)

O estudo examina o processo histórico de construção da proteção social rural no Brasil a partir da trajetória do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). A pesquisa possui natureza qualitativa, com abordagem histórico-documental da legislação previdenciária brasileira, articulada a referencial teórico sobre proteção social rural da economia familiar e do trabalho associado. Cujo objetivo é compreender como o FUNRURAL se estruturou historicamente e de que modo sua configuração atual integra o sistema de seguridade social nos empreendimentos de economia solidária. A abordagem justifica-se na discussão de como o cerne das políticas previdenciárias de seguridade social para o campo ao se manifestarem em impactos diretos sobre a renda, a permanência no campo e a redução das desigualdades territoriais são capazes de sustentar e (in)viabilizar formas alternativas de organização econômica. O transcurso das décadas de 1970 e 1980, revela que o FUNRURAL contribuiu para a redução da vulnerabilidade social no meio rural, especialmente no que se refere ao acesso à saúde. Com a promulgação da Lei Complementar nº 11/1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), ampliou-se os benefícios vinculados à proteção social, embora ainda sob uma lógica diferenciada e restritiva, inferior àquela assegurada aos trabalhadores urbanos. A transição de um modelo assistencial e excludente para um regime jurídico integrado e universalizado ocorre após a Constituição Federal de 1988, que equiparou os direitos entre trabalhadores urbanos e rurais e instituiu o segurado especial. A partir desse marco, o antigo FUNRURAL deixou de existir como regime isolado e foi incorporado ao Regime Geral da Previdência Social, posteriormente regulamentado pelas Lei nº 8.212 de 1991 e Lei nº 8.213 de 1991. A vigência da contribuição popularmente denominada “FUNRURAL” integra o financiamento geral da seguridade social e incide sobre a receita bruta da comercialização da produção rural. Tal sistemática busca compatibilizar o custeio as características da atividade rural, marcada pela sazonalidade e pela predominância do trabalho familiar. No âmbito da economia solidária, a retenção na fonte, amplia acesso de comercialização, simplifica a arrecadação e garante inclusão previdenciária conjuntamente a adesão de segurado especial, contudo, exige cautela quanto a decorrência dos mecanismos de pagamento e retenção escolhido (subrogação ou ato cooperativo). Os resultados evidenciam que a criação do segurado especial representou avanço na inclusão previdenciária da agricultura familiar, mas ao dar-se-á a estabilidade normativa ao modelo de financiamento da proteção social rural sobre a comercialização, revela tensão entre lógica solidária e racionalidade fiscal. O FUNRURAL, nesse sentido, expressa simultaneamente mecanismo de inclusão social e instrumento de disputa arrecadatória, frequentemente tensionado por controvérsias legislativas e judiciais. Assim, a trajetória do FUNRURAL evidencia a passagem de um modelo assistencial limitado para um elemento estruturante da seguridade social brasileira. Dessa forma, a previdência rural não deve ser compreendida como política meramente compensatória. De igual modo, a atual contribuição do produtor rural ultrapassa a dimensão de simples obrigação tributária, devendo ser visualizada e tratada como expressão de pacto social que reconhece as especificidades e limites – produtivos e territoriais - do trabalho no campo.

Palavras-Chaves: FUNRURAL, Proteção Social Rural, Trabalho Decente, Economia Solidária.

O IMPACTO DA INCUBADORA GTEC NA GERAÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS E INOVAÇÃO NO ALTO VALE DO ITAJAÍ ENTRE OS ANOS DE 2022 E 2025

Sthefany Carolini da Silva (Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí) - sthefany.silva@unidavi.edu.br

Tatiane Thaís Lasta (Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí) - tatiane.lasta@unidavi.edu.br

Daniel Rodrigo Strelow (Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí) - danielstrelow@unidavi.edu.br

Anielle Gonçalves de Oliveira (Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí) - anielleg20@unidavi.edu.br

O presente artigo analisa a contribuição do Núcleo Gerador de Empresas de Desenvolvimento Integrado e Incubação (GTEC), vinculado ao Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), para o desenvolvimento regional, com ênfase na geração de novos negócios e na promoção da inovação entre os anos de 2022 e 2025. A pesquisa parte da premissa de que ambientes institucionais voltados ao apoio ao empreendedorismo desempenham papel relevante na dinamização econômica local, sobretudo em regiões que buscam fortalecer seu ecossistema de inovação e diversificar sua matriz produtiva. Nesse contexto, as incubadoras universitárias assumem papel estratégico ao conectar conhecimento acadêmico, iniciativas empreendedoras e demandas do território. Metodologicamente, trata-se de pesquisa de abordagem mista, desenvolvida por meio de estudo de caso no GTEC, com análise documental, aplicação de questionário às empresas incubadas e entrevista com os gestores da incubadora. A amostra compreendeu sete empresas participantes do programa de incubação, sendo cinco incubadas e duas graduadas. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e interpretação qualitativa das percepções dos empreendedores. Os resultados indicam que o GTEC se consolidou como agente relevante no fortalecimento do empreendedorismo regional. As empresas analisadas apresentaram crescimento no faturamento e no número de funcionários, sugerindo impacto positivo na geração de emprego e renda. Os empreendedores destacaram como principais benefícios do processo de incubação o acesso a mentorias, redes de relacionamento e apoio à gestão estratégica, com destaque para a metodologia MIDIHUB/MIDITEC. Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à dependência de recursos públicos e à ampliação das fontes de financiamento. Conclui-se que o GTEC contribuiu para o fortalecimento do ecossistema regional de inovação.

Palavras-Chaves: Incubadoras de empresas, Desenvolvimento Regional, Inovação

O IMPACTO DA REGULARIZAÇÃO MIGRATÓRIA NA INSERÇÃO DO MIGRANTE NO MERCADO DE TRABALHO DE CHAPECÓ/SC

Ana Julia Guerini (UNOCHAPECÓ) - anajuliaguerini6@gmail.com
Julia Nery de Melo (UNOCHAPECÓ) - julia.melo@unochapeco.edu.br
João Pedro Moraes (UNOCHAPECÓ) - Moraes.joao@unochapeco.edu.br
ALICIA CECHIN (UNOCHAPECÓ) - alicia_cechin@hotmail.com

Os fluxos migratórios têm se intensificado nos últimos anos, principalmente no Brasil, considerado atrativo para a população migrante e refugiada devido a sua legislação, além disso o estado de Santa Catarina se consolidou como um importante destino para migrantes no país. Nesse contexto, analisa-se a maior cidade do centro-oeste do estado, Chapecó, que ocupa a primeira posição estadual de migrantes registrados. O presente artigo tem como escopo analisar o impacto da regularização migratória na inserção do migrante no mercado de trabalho de Chapecó/SC por meio da utilização de dados quantitativos fornecidos pelo Conare, CAGED, OBMigra, conciliando delineamentos de pesquisas descritivas, qualitativas e empíricas, além disso, a pesquisa também é embasada em um questionário realizado com trabalhadores e não trabalhadores migrantes da cidade. O estudo investiga como a população migrante é impactada diariamente no mercado de trabalho devido à falta e/ou demora da regularização migratória, expondo possíveis formas de vulnerabilidade laboral. Na análise de dados fornecidos pela Prefeitura de Chapecó pode-se perceber que a cidade obteve um aumento no fluxo migratório nos últimos anos. Um dos motivos é, por exemplo, o destaque nas oportunidades laborais no setor alimentício da cidade. Também se descreve os tipos de situações migratórias, as políticas de contratação laboral brasileiras e cita as possíveis políticas internas de empresas contratantes, demonstrando a dificuldade de inserção laboral que esses migrantes podem enfrentar. Além disso, o questionário mostra um aumento da migração feminina nos últimos anos, relacionando com a maternidade e a dupla jornada de trabalho. Posteriormente, problematiza-se a sobrecarga dos sistemas públicos da cidade, como a Polícia Federal, encarregada da emissão e/ou renovação dos documentos migratórios e que lida diariamente com falta de pessoal e verba. Por fim, conclui-se que a regularização migratória se torna um fator estruturante para a inserção dos migrantes no mercado de trabalho formal na cidade de Chapecó, e, que embora, a legislação brasileira assegure direitos iguais, as barreiras burocráticas acabam se tornando um empecilho para migrantes que buscam o emprego formal. O estudo aponta a necessidade de políticas públicas que agilizem o processo ampliando o suporte a toda população migrante.

Palavras-Chaves: migração, mercado de trabalho, regularização migratória, vulnerabilidade laboral

O PAPEL DA EMPRESA BRASILEIRA DE INOVAÇÃO INDUSTRIAL (EMBRAPII) NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC): CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE INOVAÇÃO

Cristina Missao Borille Kuba (Universidade Federal de Santa Catarina) - cristina.kuba@ifsc.edu.br

ORCID: [0000-0001-6600-087X](https://orcid.org/0000-0001-6600-087X)

Silvio Antônio Ferraz Cário (Universidade Federal de Santa Catarina) - fecario@yahoo.com.br

ORCID: [0000-0002-7839-7680](https://orcid.org/0000-0002-7839-7680)

O objetivo deste trabalho é compreender o papel das Unidades Embrapii no desenvolvimento de atividades inovativas na UFSC. Nesse sentido, busca-se, inicialmente, identificar e caracterizar as Unidades Embrapii sediadas em Santa Catarina e examinar as evidências e os resultados apresentados pelas Unidades Embrapii inoVARE e Move na referida universidade. A abordagem deste trabalho é qualitativa e como procedimentos metodológicos foram adotadas as seguintes estratégias: a) estudo de caso; b) pesquisa documental em manuais, documentos, *sites* e no painel de dados da EMBRAPII (<https://embrapii.org.br/power-bi/>); c) entrevista por formulário; d) análise de conteúdo para interpretação dos dados coletados. As evidências em termos de resultados apontam que há convergência com os estudos teóricos, pois as atividades inovativas desenvolvidas na UFSC, por meio das suas Unidades Embrapii, criam novas capacidades produtivas; inserem novos produtos no mercado por meio da execução dos projetos PD&I; entre outros. As evidências também apresentaram alguns desafios, como a necessidade de recursos para melhorias na infraestrutura das instituições. A contribuição deste trabalho reforça a relevância do papel dos grupos de pesquisa, com competências específicas, e o papel das instituições, no conjunto de seus laboratórios, na produção de soluções tecnológicas às demandas das empresas, principalmente no Estado de Santa Catarina, que possui Unidades Embrapii com áreas de competências distintas. As soluções tecnológicas inovadoras é a contribuição científica da UFSC na relação com empresas, por intermédio da EMBRAPII, dentro do seu modelo de gestão, bem como do aprendizado e do conhecimento que as instituições adquirem acerca de um modelo de negócios para a gestão de projetos de PD&I ao se credenciarem como Unidades Embrapii, principalmente quanto às questões de fomento, operacionais, administrativas e voltadas à prospecção de projetos.

Palavras-Chaves: EMBRAPII, INOVAÇÃO INDUSTRIAL, SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO

Os impactos da mudança climática no crescimento econômico dos municípios catarinenses de 1999 a 2021

Kauê Soares Alexandre (Universidade Federal de Santa Catarina) - ksalexandre.itj@hotmail.com

Mariah Leal (Universidade Federal de Santa Catarina) - mariahleal.fisk@gmail.com

Guilherme de Oliveira Worm (Universidade Federal de Santa Catarina) - oliveira.guilherme@ufsc.br

ORCID: [0000-0002-6061-8211](https://orcid.org/0000-0002-6061-8211)

Evandro Figueiredo de Lima (Universidade Federal de Santa Catarina) - evandro.figueiredo.lima@gmail.com

Este artigo investiga o efeito das mudanças climáticas sobre o crescimento econômico dos municípios de Santa Catarina no período de 1999 a 2021. Utilizamos dados diários de temperatura e precipitação derivados de sensoriamento remoto, totalizando mais de 2,4 milhões de observações, o que permite captar a incidência de eventos climáticos ao longo do tempo e entre municípios. Em vez de médias agregadas, construímos medidas baseadas no número de dias em diferentes faixas de temperatura e precipitação, distinguindo entre condições moderadas e extremas. A estratégia empírica baseia-se em um modelo de diferenças longas, adequado para identificar efeitos persistentes e reduzir a influência de flutuações transitórias. Os resultados indicam que o aumento de dias com temperatura acima do conforto térmico está associado a efeitos positivos sobre o crescimento, enquanto dias dentro da zona de conforto apresentam impacto menor. Para a precipitação, encontramos uma relação não linear: níveis moderados têm efeito positivo, enquanto eventos extremos impactam negativamente o crescimento econômico.

Palavras-Chaves: Mudança Climática, Crescimento Econômico, Municípios Catarinenses.

PEDAGOGIA, INOVAÇÃO E ECONOMIA NO TERRITÓRIO: UMA ABORDAGEM INTEGRADA PARA SUSTENTAR O DESENVOLVIMENTO

Ivoneti da Silva Ramos (Universidade do Estado de Santa Catarina) - voneramos@gmail.com

Valério Alécio Turnes (Universidade do Estado de Santa Catarina) - valerio.turnes@udesc.br

Carmen Maria Cipriani Pandini (Universidade do Estado de Santa Catarina) - carmen.pandini@udesc.br

Hiago Cassiano Miguel Pereira (Universidade do Estado de Santa Catarina) - hm.udesc@gmail.com

O debate sobre desenvolvimento territorial sustentável (DTS) tem apresentado o território não apenas para suporte físico das atividades econômicas, mas como espaço de construção social, resultante da articulação entre saberes, práticas e relações. E neste sentido, este trabalho propõe articular pedagogia, economia, inovação e território em prol da sustentabilidade de estratégias de desenvolvimento territorial integrando diferentes dimensões e atores. A abordagem adotada dialoga com o campo do DTS ao enfatizar a valorização de recursos específicos e a capacidade dos atores locais de produzir inovação a partir de suas próprias dinâmicas e realidade cultural. Ao mesmo tempo, aproxima-se de perspectivas pedagógicas críticas, como as de Paulo Freire (2017), que compreendem o conhecimento como um processo coletivo, dialógico e situado. Assim, a aprendizagem é entendida como elemento central na ativação de recursos territoriais e na construção de estratégias de desenvolvimento. Destaca-se, ainda, que, conforme Pandini (2022), o conhecimento historicamente acumulado é sistematizado pelas instituições de ensino, contribuindo para a prática, a inovação e o desenvolvimento social. Por território, adotam-se as contribuições de Pecqueur (2001; 2006) sobre território construído a partir das interações entre atores e da mobilização de recursos específicos como saberes locais, identidades culturais e formas de organização social. A dimensão pedagógica auxilia na compreensão de como esses recursos são identificados, interpretados e ativados. Assim,

o território pode ser compreendido como espaço educativo, no qual se articulam saberes acadêmicos e populares, fortalecendo processos de aprendizagem coletiva. Do ponto da economia territorial, destacam-se as abordagens da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) e Renda de Qualidade Territorial (RQT) (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001). Essas perspectivas enfatizam a valorização de bens e serviços vinculados à identidade local, deslocando o foco da competitividade baseada em custos para estratégias centradas na qualidade, autenticidade e diferenciação. Ramos, Turnes e Pereira (2025), apresentam a necessidade de desenvolver um programa pedagógico capaz de processar a aprendizagem e os conhecimentos contextualizados como atributos específicos dos territórios, no âmbito do enfoque teórico-metodológico da CBST, conforme evidenciado em estudos realizados em diferentes regiões de Santa Catarina (Cazella et al., 2020; Turnes et al., 2022; Ramos et al., 2024; Ramos, Turnes e Cazella, 2025). A análise articula-se ainda com o campo da inovação, compreendida como processo social e coletivo, para além de sua dimensão tecnológica. Nesse campo, Benoît Lévesque (2007) ressalta o papel das redes de cooperação, da confiança e da participação dos atores locais na construção de soluções inovadoras. A inovação territorial emerge, assim, da capacidade de articulação entre diferentes agentes. Este estudo integra projeto de pesquisa e extensão em desenvolvimento e objetiva apresentar uma análise da intersecção entre pedagogia, economia, inovação e território, propondo um modelo analítico capaz de integrar essas dimensões na compreensão dos processos de desenvolvimento territorial, e capacitação para agentes territoriais, rumo à práticas sustentáveis nos territórios: a pedagogia atua como elemento mobilizador, promovendo aprendizagem e engajamento; o território fornece a base relacional e simbólica; a economia viabiliza a geração de valor; e a inovação impulsiona a transformação das dinâmicas existentes.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento territorial sustentável, Pedagogia, Território, Economia, Inovação.

PERCEPÇÃO DOS CLIENTES SOBRE A QUALIDADE DE SERVIÇOS PRESTADOS PELAS EMPRESAS DE REFRIGERAÇÃO. UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.

*Gabrieli Saretto Reza (UNOCHAPECO) - gabrieli.reza@unochapeco.edu.br
Andrezza Aparecida Saraiva Piekas (UNOCHAPECO) - andi@unochapeco.edu.br
[ORCID: 0000-0002-9268-1506](https://orcid.org/0000-0002-9268-1506)*

Consumidores cada vez mais exigentes não buscam apenas adquirir produtos ou contratar serviços, mas também vivenciar experiências satisfatórias durante todo o processo de consumo. Nesse contexto, a percepção de qualidade e o nível de satisfação tornam-se fatores determinantes para a fidelização e para a decisão de recompra. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo investigar a percepção dos consumidores do município de Quilombo/SC em relação à qualidade dos serviços prestados por empresas de ar-condicionado. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como um estudo do tipo *survey*, com abordagem quantitativa e coleta de dados primários. Para a obtenção das informações, foi aplicado um questionário estruturado elaborado com base na Escala SERVQUAL, instrumento amplamente utilizado para avaliar a qualidade percebida em serviços. O questionário foi composto por 22 questões de múltipla escolha, contemplando dimensões como tangibilidade, confiabilidade, capacidade de resposta, segurança e

empatia. Os resultados indicaram que os consumidores demonstraram satisfação geral com as empresas prestadoras de serviços, alcançando uma média de 73%, enquanto a média de insatisfeitos foi de apenas 3%. Apesar da avaliação positiva, alguns pontos de melhoria foram identificados, especialmente nas dimensões relacionadas à tangibilidade e à confiabilidade, que também apresentaram elevados índices de satisfação, evidenciando sua relevância na percepção dos consumidores. Conclui-se que o objetivo do estudo foi alcançado, permitindo compreender os fatores que influenciam a satisfação dos clientes no mercado local. Os resultados contribuem para ampliar o entendimento sobre o perfil e as percepções dos consumidores, reforçando a importância da satisfação como diferencial competitivo no setor de refrigeração.

Palavras-Chaves: ares-condicionados, consumidores, satisfação.

PLANEJAMENTO, REFORMAS AGRÁRIAS E DINÂMICAS ECONÔMICAS

Rodrigo Shiozawa Coelho (Universidade Federal de Santa Catarina) - rodrigoshiozawa@gmail.com

[ORCID: 0009-0008-4127-4039](https://orcid.org/0009-0008-4127-4039)

Este trabalho aborda as obras de Ignácio Rangel, possibilitando a análise de temas como planejamento, desenvolvimento industrial e nacional, as reformas no campo, as particularidades da URSS e das dualidades brasileiras junto dos ciclos de Kondratiev. A história do desenvolvimento econômico e tecnológico da União Soviética a partir do processo histórico russo e sua cultura política, as influências externas no desenrolar de uma visão de autonomia, na localização e tamanho do território soviético e as possibilidades de exploração de recursos econômicos, conectam-se com as pesquisas de Ignácio Rangel e suas explicações em torno do sistema financeiro, da percepção sobre oportunidades setoriais e temporais para estimular o desenvolvimento e da apreensão tecnológica. O objetivo deste texto é abordar a análise do pensador Ignácio Rangel sobre a formação econômico-social (FES) do Brasil e seus estudos sobre a dualidade brasileira e traçar paralelos com a dinâmica de desenvolvimento econômica da União Soviética. O método utilizado é o exploratório-analítico com pesquisas bibliográficas relacionadas aos estudos de Ignácio Rangel sobre a realidade histórica e econômica do Brasil. As obras completas de Rangel (2012a; 2012b) conduzem os principais temas tratados contando com noções sobre o ciclo de Kondratiev, a dualidade brasileira em sua especificidade histórica e as brechas existentes para o desenvolvimento econômico em um país periférico. Os escritos de Armen Mamigonian (1987; 1999) também se fazem presentes na medida em que auxiliam na compreensão sobre a visão de Rangel e contribuem para o entendimento em relação à dinâmica dos ciclos capitalistas e para a superação do atraso econômico em determinada formação econômico-social. Para os estudos soviéticos, é relevante a autora Sheila Fitzpatrick (2017) em **A revolução russa** e sua visão ampla da formação política e econômica dos revolucionários.

Palavras-Chaves: Dualidade, Ciclo, Industrialização

POLÍTICAS PÚBLICAS DE MITIGAÇÃO DA ESCASSEZ DE ÁGUA EM SANTA CATARINA: UMA BREVE ANÁLISE DOS ÚLTIMOS 20 ANOS

Lilian de Pellegrini Elias (Epagri/Cepa) - lilianelias@epagri.sc.gov.br

ORCID: [0000-0001-8549-4182](https://orcid.org/0000-0001-8549-4182)

Victor Roberto da Silva (UFSC) - victorrobertos98@gmail.com

Alexandre Luís Giehl (Epagri/Cepa) - alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Lillian Bastian (Epagri/Cepa) - lillianbastian@epagri.sc.gov.br

As políticas públicas que utilizam financiamento com o propósito de captação e armazenagem de água para mitigação da escassez hídrica no rural de Santa Catarina possuem mais de 20 anos. As referidas políticas buscaram inverter a lógica do gasto público no estado, de modo a prevenir a falta de água e seus efeitos, reduzindo a dependência de intervenções emergenciais ex-post. Os episódios de estiagem e seca acometem Santa Catarina, e especialmente no Oeste, de forma recorrente, gerando crescentes prejuízos socioeconômicos (Freitas; Oliveira, 2018; Epagri/Cepa, 2020). A crise hídrica dos anos 2000 é o estopim para o desenho e implementação de tais políticas, em função da fragilização da agricultura familiar e dos prejuízos socioeconômicos que acometeram o Oeste Catarinense ocasionados pela estiagem climática ocorrida naquele período (Freitas; Oliveira, 2018). O desastre ocorre não tanto pela excepcionalidade do evento climático, mas por expor a vulnerabilidade social e econômica da ausência de políticas de mitigação e de resiliência. O uso do solo sem o manejo recomendado, práticas agrícolas inadequadas e/ou inexistência ou insuficiência de mecanismos de mitigação podem, inclusive, ser responsáveis por uma estiagem ou escassez agrícola, pecuária ou socioeconômica sem a constatação de estiagem ou seca meteorológica (Wilhite; Glantz, 1985). Como já mencionado, a escassez de água ocorre em função da insuficiência e/ou inexistência de ações antecipadas da política econômica, planejamento e gestão dos recursos, a fim de evitar ou mitigar tensões entre usuários que competem pelo acesso ao recurso hídrico, excesso de extração de água e/ou contaminação do recurso disponível e fluxo insuficiente de água. “Caso identificados corretamente, muitos casos de escassez hídrica podem ser previstos, evitados ou mitigados” (tradução nossa) (FAO, 2012, p. 6). O objetivo deste resumo é revisar a trajetória das políticas voltadas para o financiamento de estratégias de mitigação de escassez hídrica em Santa Catarina de forma a indicar elementos que auxiliem no aprimoramento de políticas permanentes de segurança hídrica. Para tanto, foram identificados os principais instrumentos institucionais e regulatórios mobilizados pelo estado de Santa Catarina sobre o tema. Pretende-se discutir o histórico de políticas de financiamento das últimas duas décadas, abrangendo o Projeto Água da Chuva, Água para o Campo e o Programa Água no Campo, além de outras políticas de financiamento que atuaram paralelamente, proporcionando recursos para a mesma finalidade.

Palavras-Chaves: Santa Catarina, Política pública, Escassez hídrica, Água no Campo.

PRAXIS PEDAGÓGICAS TRANSVERSAIS CONTRIBUTIVAS A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL: UM ESTUDO PROPOSITIVO

Luciano Duarte (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - luciano_cric@yahoo.com.br

[ORCID: 0009-0004-4752-9769](#)

Silvio Parodi Oliveira Camilo (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - parodi@unescc.net

[ORCID: 0000-0001-5917-1283](#)

RESUMO

As crescentes preocupações ambientais e a urgência do desenvolvimento sustentável posicionam a educação ambiental como central na formação de cidadãos conscientes. No Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) enfatizam a integração transversal da temática ambiental no currículo escolar. Este estudo consiste em propor mecanismos educativos ambientais em escolas do ensino fundamental. Com base no levantamento de práticas pedagógicas comumente utilizadas, pretende-se identificar metodologias de ensino que possam desenvolver consciência ambiental em professores e estudantes. Quanto a metodologia o trabalho empregará a abordagem qualitativa, objetivos descritivos, estratégia de levantamento e documental, técnicas de entrevistas e análise de conteúdo. A partir do estado da arte serão levantadas as categorias de análise e elaborados os questionários semiestruturados, a serem aplicados, inicialmente, em professores e, posteriormente, em estudantes. Como unidades de análise o estudo será aplicado em algumas escolas municipais do estado de Santa Catarina. A escolha das unidades de ensino será por acessibilidade. Considerando que este é um estudo propositivo, a seção de Análise e Discussão dos Resultados será desenvolvida após a implementação das intervenções educativas e a coleta e análise dos dados. No entanto, espera-se que os resultados demonstrem lacunas e possibilidades de aplicações de práticas pedagógicas transversais, no sentido de desenvolver consciência ambiental em alunos e professores de escolas do ensino fundamental. O estado da arte possibilitará a identificação de práticas experimentadas e funcionais de outros contextos. A discussão abordará como as metodologias aplicadas impactaram a mudança de atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente, identificando relações entre as práticas pedagógicas e o engajamento dos alunos. Ao mapear as práticas pedagógicas atuais e identificar as áreas que necessitam de melhorias, espera-se promover uma abordagem mais integrada e participativa na educação ambiental. Além disso, a troca de experiências entre professores e alunos pode gerar novas ideias e estratégias inovadoras para enfrentar os desafios ambientais. Dessa forma, o estudo não apenas beneficiará a comunidade escolar local, mas também poderá servir como referência para outras regiões interessadas em aprimorar suas práticas de educação ambiental.

Palavras-Chaves: Educação ambiental, Práticas pedagógicas, Consciência ambiental.

PREVISÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA DE SANTA CATARINA

Wagner Oliveira Monteiro (ALESC/NED) - wagner.monteiro@alesc.sc.gov.br

[ORCID: 0000-0002-5286-1406](#)

Este estudo compara sistematicamente 30 modelos de previsão para a receita mensal de ICMS do estado de Santa Catarina, abrangendo métodos estatísticos clássicos (SARIMA, ETS, TBATS, Theta, BSTS, Prophet), algoritmos de machine learning (Random Forest, XGBoost, Elastic Net) e redes neurais profundas (LSTM, N-BEATS), além de combinações de previsões. A avaliação fora da amostra utiliza o procedimento de *expanding window* com treino inicial de janeiro de 2009 a dezembro de 2019 e período de teste a partir de janeiro de 2020, cobrindo o choque da COVID-19, a recuperação econômica e o período pós-pandemia. São avaliados quatro horizontes de previsão (1, 3, 6 e 12 meses à frente) com métricas pontuais (RMSE, MAE, MAPE, MASE) e probabilísticas (cobertura empírica, CRPS). O desenho fatorial com três níveis por classe de modelo — versão pura, com dummies de intervenção COVID, e com dummies mais variáveis exógenas econômica, permite decompor a contribuição de cada tipo de informação adicional. Os testes de Model Confidence Set (MCS), Diebold-Mariano com correção Harvey-Leybourne-Newbold e Giacomini-White fornecem inferência formal sobre a superioridade relativa dos modelos. Os resultados indicam que: (i) modelos estatísticos clássicos (Prophet e SARIMA) dominam consistentemente os modelos de machine learning e redes neurais em todos os horizontes; (ii) as dummies de intervenção COVID são dispensáveis para previsão de curto prazo ($h=1$), mas essenciais para horizontes médios e longos; (iii) as variáveis exógenas de atividade econômica de Santa Catarina melhoram a previsão de curto prazo, mas degradam horizontes mais longos quando projetadas via random walk, exceto em modelos com seleção automática de variáveis.

Palavras-Chaves: previsão de receita tributária, ICMS, Santa Catarina, machine learning

PROTÓTIPO DE APLICAÇÃO WEB PARA ANÁLISE DO MANEJO DE ADUBAÇÃO EM PLANTAS DE LAVOURA SUBMETIDAS AO SISTEMA AGROBIOLÓGICO

Lucas Antunes da Rocha Volfe (Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)) - *lucas.volfe@unochapeco.edu.br*

[ORCID: 0009-0007-6117-0563](#)

Sandro Silva de Oliveira (Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)) - *silva@unochapeco.edu.br*

[ORCID: 0000-0002-9638-5149](#)

Cristiano Reschke Lajús (Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)) - *clajus@unochapeco.edu.br*

[ORCID: 0000-0003-3847-9793](#)

Éttore Guilherme Poletto Diel (Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)) - *ettorepoletto77@gmail.com*

[ORCID: 0009-0001-7107-7537](#)

Uma das estratégias utilizadas para aprimorar a produção agrícola é a Agricultura de Precisão – AP (Precision Agriculture) que favorece na tomada de decisões, analisando dados de diferentes fontes espacial e temporal. Este trabalho tem como objetivo desenvolver um protótipo web para interpretação de resultados de análises químicas e orgânicas do solo, associando a tabelas interpretativas para sugerir doses corretivas de bioinsumos, auxiliando produtores na correção nutricional do solo antes e depois de uma

safrá. Buscou-se compreender métodos de melhorias em procedimentos agrícolas, meios de estimativas com a menor margem de erro e tecnologias para relacionar amostras do solo com indicadores de qualidade química e biológica. A recomendação de adubação é feita através de tabelas de interpretação fundamentadas por especialistas da região avaliada, no Manual de calagem e adubação para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, encontra-se as variáveis e fluxos para o desenvolvimento da modelagem do protótipo, para isso foi utilizado recursos da engenharia de software, como a Linguagem de Modelagem Unificada (UML) na construção dos modelos de contexto, classe e domínio. A implementação foi feita com o uso do framework Django, desenvolvido em python orientado a objetos, que possui suporte ao mapeamento objetorelacional para o banco de dados, a aplicação web utiliza a biblioteca React para desenvolver os componentes necessários. Ao utilizar o protótipo, o usuário possui um meio de interpretação e sugestão de correção do solo baseado nos indicadores analisados, a dosagem correta de cada substância evita uma saturação do solo e o controle do material necessário para desenvolver o cultivo.

Palavras-Chaves: Agricultura de precisão, Adubação, Tecnologia web.

PROTÓTIPO DE SOFTWARE DE ANÁLISE COMO INSTRUMENTO DE VIABILIZAÇÃO FINANCEIRA DE SAFRAS AGRÍCOLAS

Lucas Dal Piva Tafarel (Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)) - *tafarel@unochapeco.edu.br*

[ORCID: 0009-0000-0315-2104](#)

Sandro Silva de Oliveira (Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)) - *silva@unochapeco.edu.br*

[ORCID: 0000-0002-9638-5149](#)

Éttore Guilherme Poletto Diel (Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)) - *ettorepoletto77@gmail.com*

[ORCID: 0009-0001-7107-7537](#)

Lucas Antunes da Rocha Volfe (Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ)) - *lucas.volfe@unochapeco.edu.br*

[ORCID: 0009-0007-6117-0563](#)

O presente estudo tem como principal foco abordar os processos financeiros na agricultura brasileira, destacando a importância da utilização de ferramentas tecnológicas para melhorar a gestão e a tomada de decisões no setor agrícola. O trabalho tem como objetivo desenvolver um protótipo de software de análise voltado à viabilização financeira da produção agrícola, integrando informações relacionadas ao manejo agrônômico, à gestão de insumos e ao controle financeiro das atividades produtivas. A identificação das principais necessidades financeiras enfrentadas na produção agrícola constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento de um sistema capaz de auxiliar produtores rurais e gestores na organização e no planejamento das atividades produtivas. Nesse contexto, o protótipo proposto busca realizar recomendações de dosagens de insumos em diferentes etapas da safra, visando otimizar o desempenho técnico e financeiro da produção. Além disso, o sistema também permite o gerenciamento das movimentações financeiras, o controle de estoque de insumos e o registro das operações realizadas durante o ciclo produtivo, possibilitando a geração de indicadores

que auxiliam na análise do impacto econômico das decisões adotadas na lavoura. A metodologia do estudo baseou-se no levantamento e na análise de informações relacionadas à gestão agrícola, ao desenvolvimento de sistemas de informação e às práticas de manejo de insumos utilizadas na produção agrícola. A partir dessas informações, foi possível estruturar um modelo de sistema que integra dados agronômicos e financeiros, permitindo uma visão mais ampla da atividade produtiva. Os resultados indicam que a utilização de ferramentas tecnológicas aplicadas à gestão agrícola pode contribuir significativamente para o aumento da eficiência produtiva e financeira das propriedades rurais. Dessa forma, o protótipo desenvolvido apresenta-se como uma solução promissora para apoiar a tomada de decisões no contexto da produção agrícola, fornecendo análises financeiras detalhadas e recomendações técnicas relacionadas ao uso adequado de insumos em cada fase da safra.

Palavras-Chaves: Agricultura, Análise Econômica, Tecnologia.

RECUPERAÇÃO E TROCA DE SEMENTES COMO ESTRATÉGIA SOCIOTÉCNICA DE MULHERES CAMPONESAS

Arlene Anelia Renk (Universidade Comunitária da Região de Chapecó) - arlene@unochapeco.edu.br

ORCID: [0000-0002-3524-0739](https://orcid.org/0000-0002-3524-0739)

José Jacir Victovoski (Universidade Comunitária da Região de Chapecó) - victovoski@unochapeco.edu.br

ORCID: [0009-0006-2354-5144](https://orcid.org/0009-0006-2354-5144)

Rafael Terras (Universidade Comunitária da Região de Chapecó) - orafael@unochapeco.edu.br

ORCID: [0000-0002-5435-9209](https://orcid.org/0000-0002-5435-9209)

Silvana Terezinha Winckler (Universidade Comunitária da Região de Chapecó) - silvanaw@unochapeco.edu.br

ORCID: [0000-0003-2980-2288](https://orcid.org/0000-0003-2980-2288)

A Revolução Verde, que prometia combater a fome por meio do aumento da produtividade, alterou a sociobiodiversidade ao privilegiar cultivares padronizados e organismos geneticamente modificados em detrimento das variedades tradicionais. Essa transição obrigou os agricultores a comprar sementes a cada plantio e interrompeu os circuitos costumeiros de troca de sementes. O Movimento de Mulheres Camponesas concentra-se na recuperação de sementes ancestrais de variedades alimentares. A reposição e reprodução dessas sementes e cultivares exigiram a qualificação de seus quadros; assim, houve um processo de aprendizagem e um novo letramento entre as mulheres do movimento. No contexto da bioeconomia, da luta contra a fome e da defesa da soberania alimentar, consolidou-se a prática de recuperação e salvaguarda de sementes crioulas. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender esse processo de aprendizagem e a classificação nativa das sementes, por meio da comparação entre etnoclassificação e taxonomia institucionalizada, da identificação de suas propriedades e peculiaridades e da avaliação de sua contribuição para a segurança alimentar e nutricional. Trata-se de uma prática que pode ser caracterizada como tecnologia social, com impactos científicos, econômicos, sociais e ambientais: Do ponto de vista científico, constitui-se em etnociência em diálogo com a ciência formal. No plano econômico, reforça a

autonomia camponesa face às indústrias monopolistas de sementes modificadas. Agregase a possibilidade de geração de renda às famílias que aderem a essa perspectiva, tal como nos circuitos curtos de abastecimento, com a presença em mercados e feiras locais. Na dimensão social, manifesta-se na organização popular e no compartilhamento de saberes e experiências. Ainda, a transferência de uma tecnologia social que tem potencial de modificar a forma de produção agrícola, como estratégia de enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional e de garantia da soberania alimentar camponesa. Em termos ambientais, promove a recuperação da biodiversidade, tema de preocupação internacional expresso na Convenção sobre Diversidade Biológica. A pesquisa insere-se nos Objetivos 1, 2, 5 e 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Palavras-Chaves: Agricultura familiar, bioeconomia, Movimento de Mulheres Camponesas, soberania alimentar, troca de sementes

RELAÇÃO ENTRE O CRÉDITO RURAL E O VALOR ADICIONADO BRUTO DA AGROPECUÁRIA NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA NO PERÍODO DE 2013 A 2021

Thaline Pasqualotto (UNOCHAPECÓ) - thalinespasqualotto15@gmail.com
Alicia Cechin (UNOCHAPECÓ) - alicia_cechin@hotmail.com

O setor agropecuário é essencial para a economia brasileira e catarinense, e há muitos anos é fortemente impulsionado pela política de crédito rural, especialmente o Pronaf. Autores como Schumpeter (1997) veem o crédito como elemento importante para o crescimento econômico, já que possibilita o investimento e a inovação. Considerando isso, este estudo teve como objetivo analisar a relação entre o crédito rural e o valor adicionado bruto da produção agropecuária na região Oeste de Santa Catarina, para o período de 2013 a 2021, utilizando da estimação de um modelo econométrico de dados em painel. A equação foi formada pela variável dependente valor adicionado bruto da agropecuária e pelas variáveis explicativas crédito rural, área colhida, preço das commodities, câmbio e taxa Selic. O modelo estimado por efeitos fixos indicou que a variável crédito rural apresentou o sinal esperado, porém não se mostrou estatisticamente significativa, sugerindo ausência de evidência empírica robusta de relação entre o crédito rural e o valor adicionado bruto da produção agropecuária no período analisado.

Palavras-Chaves: Crédito rural, agropecuária, dados em painel, crescimento econômico

RETRATO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ESTADO DE SANTA CATARINA

Julie Rossato Fagundes (Universidade Federal da Fronteira Sul) - julierfagundes@gmail.com

ORCID: [0000-0002-8590-4580](https://orcid.org/0000-0002-8590-4580)

Silvio Antonio Ferraz Cario (Universidade Federal de Santa Catarina) -

fecario@yahoo.com.br

[ORCID: 0000-0002-0601-5663](https://orcid.org/0000-0002-0601-5663)

O sistema orgânico propõe o uso racional dos recursos naturais, com emprego de métodos tradicionais de cultivo e tecnologias recentes para a produção de alimentos livres de contaminantes químicos e agrotóxicos, benéficos para o consumo humano. O estado de Santa Catarina tem destaque na produção animal e vegetal, com uma agricultura familiar altamente produtiva e inserida no agronegócio, tendo 78% das propriedades rurais neste modelo, 2,45 milhões de hectares cultivados e ocupando 364 mil pessoas. Concomitante à expressividade da produção agropecuária e agroexportadora, o estado possui um conjunto de produtores que optam por um modo de produção de menor impacto ambiental, como o orgânico. Cerca de 21,5% do total de estabelecimentos sob o sistema orgânico de produção na região Sul estão no estado catarinense, constituídos por agricultores familiares que buscam mercados e arranjos organizacionais que permitam manter condições sociais, econômicas e políticas de sobrevivência. Na atualidade, é o quinto estado brasileiro com mais produtores registrados no cadastro nacional de orgânicos. A população deste estudo foram os produtores orgânicos certificados das seis mesorregiões de Santa Catarina, selecionados atendendo a critérios de conveniência, intencionalidade e acessibilidade. Este Estudo de Caso buscou identificar quem são estes sujeitos e quais são as condutas produtiva e comercial por eles adotadas, a partir da base de dados do CNPO e de pesquisa de campo. A análise teve suporte do *software* Taguette para a compreensão do objeto estudado. Os resultados revelaram que a ação coletiva e a estrutura institucional contribuem para a consolidação ou modificação destas condutas.

Palavras-Chaves: Agricultura Familiar, Produção Orgânica, Santa Catarina

REVOLTA NO NORDESTE BRASILEIRO: ENSAIO INSPIRADO EM ALBERT CAMUS

Hoyêdo Nunes Lins (UFSC) - hoyedo.lins@ufsc.br
[ORCID: 0000-0001-7438-2951](https://orcid.org/0000-0001-7438-2951)

Albert Camus, autor franco-argelino com produção diversificada sobretudo quanto aos gêneros explorados, vencedor do prêmio Nobel de literatura em 1957, escreveu que a revolta é um elemento constitutivo da condição humana, representando-lhe uma dimensão básica. A circunstância da revolta refere-se geralmente, para ele, ao caráter absurdo da vida, que é incompreensível ao homem e suscita indagações sempre frustradas. Revoltar-se é dizer não ao abuso, ao absurdo da opressão, por exemplo, e, ao mesmo tempo, dizer sim à defesa de valores e direitos que se julga imprescindível preservar e dos quais não se abre mão. No presente artigo utilizam-se essas ideias para falar, tentativa e experimentalmente, do Nordeste brasileiro, objetivando interpretar algumas reações e ocorrências na forma de revolta à opressão amargada pela população rural. Especificamente aborda-se, com base em pesquisa bibliográfica, a problemática das populações que vivenciam situações não raro aviltantes da condição humana no meio rural nordestino. Examina-se o que se considera ser opressão longamente exercitada contra esses contingentes ao longo da história regional - cujo pilar econômico básico é o tripé açúcar-pecuária-algodão - por conta das condutas das elites latifundiárias, agentes de uma dominação socioeconômica e política na qual contam, inclusive, com o frequente

recurso à violência e o apoio do Estado. A opressão e a violência recaíram notadamente sobre os escravos, fonte de trabalho de utilização multissecular - sem paralelo em duração - na parte brasileira da América do Sul, mas também sobre a massa rural, de uma maneira ampla. Reações houve, na forma de revoltas contra o absurdo daquela existência cativa e oprimida ao extremo, antes e depois da extinção formal do trabalho cativo, adentrando o século XX. As Ligas Camponesas, protagonizando agitação social e reivindicações de reforma agrária radical, em embates com o latifúndio e seus representantes na estrutura do Estado, constituíram, talvez, o tipo de manifestação mais evidente e combativo nessa conjuntura. O golpe militar de 1964 sepultou a(s) correspondente(s) experiência(s), mas um grão de insurgência foi plantado e germinou em terras nordestinas.

Palavras-Chaves: Nordeste, Revolta, Meio rural, Ligas Camponesas

REX-EXE-LEX, ESTADO-MINOTAURO (I)

PEDRO PATEL COAN (Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC) - drpedrocoan@gmail.com

[ORCID: 0009-0008-7883-1142](https://orcid.org/0009-0008-7883-1142)

O texto analisa a criação simbólica do Estado no Ocidente a partir do imaginário mítico greco-cretense, especialmente das figuras de Minos e do Minotauro, interpretadas como alegorias da origem divina do poder e da violência presente no mito de criação do Estado minoico. Essa continuidade histórico-cultural encontra reflexos na arquitetura, na cultura política e nas teorias sociais, que revelam a relação entre o Estado e o povo. A partir desse referencial, propõe-se compreender a burocracia racional-legal como tecnologia contemporânea de exercício do poder estatal. Sustenta-se a hipótese de que a burocracia, em seu complexo sistema normativo e procedimental, molda o espaço e condiciona o desenvolvimento regional. A pesquisa adota perspectiva interdisciplinar, articulando Direito, História, Geografia e Economia, para demonstrar que o caráter técnico-administrativo constitui prática capaz de moldar o espaço e condicionar o desenvolvimento regional. Delimita-se, assim, como objeto de estudo a tecnologia burocrática das desapropriações na região sul de Santa Catarina e seus impactos socioeconômicos e territoriais.

Palavras-Chaves: Direito, Estado, Poder., SC

RISCO DE CRÉDITO EM UMA COOPERATIVA: Fatores Condicionantes da Inadimplência

Silvia Natali Gabin (UNOCHAPECÓ) - silviagabin3007@gmail.com
Tatiane Salete Mattei (UNOCHAPECÓ) - Tatiane.mattei@unochapeco.edu.br

[ORCID: 0000-0003-1652-0695](https://orcid.org/0000-0003-1652-0695)

No contexto da intermediação financeira, em que as instituições assumem o risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplência por parte dos tomadores, torna-se fundamental compreender os fatores que influenciam a ocorrência da inadimplência nas

operações concedidas. Este trabalho busca analisar de que maneira as características dos tomadores de crédito e as especificidades das operações impactam o risco de inadimplência em uma cooperativa de crédito do Oeste Catarinense. A análise utilizou dados de cooperados e das operações de crédito contratadas entre os anos de 2022 e 2024, considerando apenas tomadores pessoa física. Foi estimada uma regressão de resposta binária (logit) além da análise descritiva das variáveis, permitindo avaliar a razão de chance de a operação tornar-se inadimplente. Entre as variáveis analisadas, destacam-se a renda, em que valores mais altos reduzem a chance de inadimplir; a maior escolaridade reduz a chance de inadimplência, com destaque para os pós graduados; o estado civil também impacta na redução da inadimplência, principalmente indivíduos casados ou com união estável, separados ou viúvos; quanto a modalidade de crédito, o crédito consignado destacou-se por possuir a menor razão de chance entre as modalidades; além disso, a presença de garantia nas operações contribuem para a redução do risco de crédito, com a razão de chance negativa. Esses resultados evidenciam que as características dos associados e das concessões influenciam diretamente o risco de crédito, reforçando a necessidade de as instituições financeiras considerarem essas informações ou análises similares ao desenvolver seus mecanismos internos voltados para diminuir a inadimplência e consequentemente melhorar sua gestão e alcançar a sustentabilidade financeira.

Palavras-Chaves: Inadimplência, Regressão, Crédito, Risco de Crédito

TERRITÓRIO, INOVAÇÃO E GERAÇÃO DE VALOR: CESTA DE BENS E SERVIÇOS NO MEIO-OESTE CATARINENSE?

Ivoneti da Silva Ramos (Universidade do Estado de Santa Catarina) - voneramos@gmail.com

Valério Alécio Turnes (Universidade do Estado de Santa Catarina) - valerio.turnes@udesc.br

Hiago Cassiano Miguel Pereira (Universidade do Estado de Santa Catarina) - contato.hcassiano@gmail.com

A Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) constitui um dos enfoques contemporâneos utilizados para compreender processos de desenvolvimento territorial (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001; Cazella et al., 2020). Diferentemente das abordagens centradas apenas em indicadores econômicos tradicionais, parte do reconhecimento de que determinados territórios possuem recursos específicos, cuja valorização conjunta pode gerar diferenciação econômica, identidade territorial e dinamização social (Cazella et al., 2019; Janin e Perron, 2020). Tem origem em estudos sobre desenvolvimento territorial que enfatizam a articulação entre produtos, serviços, cultura, paisagem, saberes locais e instituições. Essa combinação pode envolver, por exemplo, alimentos típicos, práticas culturais, paisagens naturais, turismo de experiência, patrimônio histórico e modos de produção tradicionais. Quando esses elementos são organizados de forma integrada e reconhecidos socialmente, passam a constituir uma cesta territorial, capaz de gerar renda de qualidade territorial, fortalecer economias locais e ampliar o reconhecimento externo do território (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001; Ramos et al., 2024). No campo da pesquisa, a abordagem da cesta de bens e serviços territoriais oferece um referencial metodológico relevante para investigar como os recursos locais são

identificados, mobilizados e articulados por diferentes atores. Nesse sentido, estudos territoriais têm buscado compreender processos de governança, redes de cooperação e estratégias coletivas que permitem transformar recursos locais em oportunidades de desenvolvimento. No contexto do Meio-Oeste catarinense, essa abordagem apresenta grande potencial analítico. A região possui uma diversidade de recursos territoriais associados à agricultura familiar, à agroindústria, às paisagens rurais, às tradições culturais de diferentes matrizes étnicas e às experiências emergentes de turismo rural e de base comunitária. Esses elementos, quando analisados de forma integrada, podem revelar a existência, ou a possibilidade de construção, de uma cesta de bens e serviços territoriais capaz de fortalecer a identidade regional e diversificar as estratégias de desenvolvimento (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001; Turnes et al., 2022). Neste contexto, a pesquisa em curso nesse território tem como ponto inicial o mapeamento de recursos territoriais, identificando produtos, serviços, práticas culturais, eventos, patrimônios e iniciativas locais que expressam singularidades regionais. Em seguida, serão analisados como esses recursos se articulam em redes locais, envolvendo produtores, empreendedores, associações, cooperativas, instituições públicas e universidades e o ecossistema de inovação da região. Outro aspecto importante, serão investigados os mecanismos de valorização territorial, como certificações, rotas turísticas, circuitos curtos de comercialização e festivais culturais. Além disso, a análise considerará a forma como esses processos contribuem para a geração de renda de qualidade territorial, conceito que destaca não apenas o aumento de renda econômica, mas também os impactos positivos sobre a coesão social, a sustentabilidade ambiental e a valorização da identidade local. Assim, a aplicação do enfoque da cesta de bens e serviços territoriais no Meio-Oeste catarinense poderá contribuir para compreender as dinâmicas de valorização dos recursos locais, apoiar estratégias de inovação territorial e fortalecer iniciativas que articulam economia, cultura e sustentabilidade. Ao mesmo tempo, oferecer um referencial teórico-metodológico consistente para pesquisas que buscam analisar o desenvolvimento territorial a partir das especificidades e potencialidades dos próprios territórios.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento territorial sustentável, Cesta de bens e serviços territoriais, Renda de qualidade territorial, Atributos territoriais específicos, Meio-Oeste catarinense.

The Labour of Women in the Production of Cotton de Ruth Allen e as aproximações com John R.Commons

Roberta Machado Balbom (Universidade Federal de Santa Catarina) - machadorobertab@gmail.com

[ORCID: 0009-0003-9833-4358](#)

Solange Regina Marin (Universidade Federal de Santa Catarina) - solmarin@gmail.com

[ORCID: 0000-0002-1427-2029](#)

A economista Ruth Alice Allen (1889-1979) desenvolveu trabalhos focados em compreender como se davam as relações de trabalho, principalmente no que tange às mulheres. Sua carreira na Universidade do Texas, em uma época que o ambiente acadêmico era majoritariamente ocupado pelo público masculino, foi marcada pelas pautas raciais e de gênero. Apesar disso, destacou-se ao ministrar um dos primeiros cursos sobre a posição da mulher no trabalho (Bernasek & Kinnear, 2000). John Roger

Commons (1862-1945) expoente do institucionalismo, compreendia que a economia institucionalista era a “ação coletiva em controle da ação individual”. Para Commons (1931), o centro de investigação era voltado para o conceito de “transação” e na relação do homem para o homem. A transação não limitava-se a troca física de bens, mas estendia-se a transferência de direitos de propriedade e dependia da estruturação das “leis do trabalho”, ou seja, era regida por elementos como direitos legais, deveres e poder econômico (barganha). A obra principal de Allen foi sua monografia *The Labour of Women in the Production of Cotton* (1931); sua escolha ao investigar empiricamente a situação das trabalhadoras naquele contexto e utilizar fatos para basear sua pesquisa, demonstra a convergência com a tradição institucionalista de Commons. Allen (1931) analisou, entre outros fatores, as condições de vida, os padrões de trabalho doméstico e o trabalho produtivo no campo realizado pelas trabalhadoras. Ao incluir na análise o fator étnico das trabalhadoras, Allen conseguiu explorar com mais assertividade as condições de trabalho de mulheres brancas, afro-americanas e mexicano-americanas. Entretanto, é notável que apesar de Allen e Commons colaborarem para as análises do trabalho em suas épocas, apenas Commons foi reconhecido como “Pioneiro da Economia do Trabalho”, enquanto o trabalho de Allen não obteve o mesmo reconhecimento. Ainda que Commons fosse um dos principais economistas na Universidade de Wisconsin e tenha tido uma grande influência na legislação trabalhista e civil dos EUA no século XX (Barbash, 1989), é imprescindível compreender o cenário da época para acadêmicas mulheres e, assim, entender as instituições que exerciam influência em manter o status quo do período. Allen (1931) expõe que as trabalhadoras exerciam trabalho nos campos de algodão por conta de costumes e tradição e não pela máxima do cálculo de custo-benefício econômico. Na atualidade, o trabalho de Allen vem sendo redescoberto e ganhando maior reconhecimento por conta da expansão dos estudos feministas (Bernasek & Kinnear, 2000). Esse trabalho segue a linha da herstory (Strober, 1994; Schiebinger, 2001; Kuiper, 2022; Guizzo, 2024), dentro da visão feminista, de resgatar a contribuição das mulheres para a história do pensamento econômico, em especial para a escola institucionalista. Nesse contexto, os objetivos do artigo são: i) apresentar a autora Ruth Alice Allen e o contexto de sua época; ii) resgatar o trabalho “The Labor of Women in the Production of Cotton” e evidenciar as conclusões de Allen sobre a relação que as mulheres do estudo possuíam com o trabalho no campo e iii) compreender a influência de John R. Commons em Allen ao identificar possíveis pontos de convergência teórica e metodológica

Palavras-Chaves: Ruth Allen, John Commons, Institucionalismo, História do Pensamento Econômico, herstory

Trabalho nas pesquisas de Ruth Allen e na PNAD Contínua: instituições, gênero e serviço doméstico

Eduarda Magrinelli Susin (Universidade Federal de Santa Catarina) - eduardasusin2@gmail.com

[ORCID:](#) [0009-0002-6291-4847](#)

Solange Regina Marin (Universidade Federal de Santa Catarina) - solmarin@gmail.com

[ORCID:](#) [0000-0002-1427-2029](#)

Ruth Alice Allen (1889–1979) foi uma economista americana na área da Economia do Trabalho ligada à Universidade do Texas. Em um período em que o ambiente acadêmico

era fortemente restrito às mulheres, destacou-se como uma das únicas professoras de Economia. Reconhecendo uma Escola de Economia do Texas composta por Ayres, Montgomery, Wiley, Hale e Allen, um dos pontos em comum desses autores foi a aderência ao Pensamento Institucional. Influenciada por John R. Commons, que compreendia o trabalho como uma relação entre empregados e empregadores em meio a um ambiente de leis e costumes sociais, o interesse de Allen esteve mais voltado à situação trabalhista das mulheres. Em *O Trabalho das Mulheres na Produção de Algodão* (1931), realizou pesquisa de campo através de entrevistas às mulheres nas fazendas de algodão do Texas. Investigando as condições socioeconômicas e o padrão de vida, Allen buscou conhecer seus salários, jornadas e condições de trabalho, além de entender a relação entre o tempo dedicado à família e o trabalho fora de casa, sob a defesa de que o trabalho total feminino era mais influenciado por fatores culturais do que econômicos. Questionário semelhante é aplicado hoje no Brasil através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), na seção dedicada a coletar informações sobre o mercado de trabalho brasileiro, que apenas em 1992 passou a incorporar formas de trabalho não remuneradas, estabelecidas na subseção “outras formas de trabalho”. Allen dividiu as perguntas sobre trabalho em três categorias, duas para o trabalho não remunerado e uma para trabalho remunerado, enquanto a PNAD Contínua as separa em quatro módulos, um para pessoas ocupadas, dois para pessoas não ocupadas e um para outras formas de trabalho. Os objetivos do artigo são i) apresentar a autora Ruth Allen por meio de pesquisa bibliográfica e o questionário presente em sua obra; ii) apresentar a seção “trabalho” do questionário da PNAD Contínua, com ênfase na subseção “outras formas de trabalho” e iii) comparar as duas pesquisas, compreendendo a diferença na concepção de trabalho para Allen em 1931 daquela estabelecida hoje no Brasil. Parte-se da ideia de que a abordagem institucional é mais adequada para incluir o trabalho doméstico pois 1) entende a família como uma instituição dentro da esfera econômica; 2) evita o paradigma neoclássico que restringe o conceito de trabalho às atividades remuneradas ou voltadas ao mercado e 3) reconhece as desigualdades de gênero que desvalorizam o trabalho tradicionalmente feminino. Embora a PNAD Contínua tenha ampliado o conceito de trabalho para abarcar atividades não remuneradas, estas ainda são tratadas de forma desigual. Enquanto “ocupação” abrange a maior parte do questionário, a entrevista para “outras formas de trabalho” é realizada com uma subamostra e apenas na quinta visita ao domicílio. Quase um século antes, Allen já definia trabalho como atividade produtiva independentemente de ganho salarial. Ao contrário da separação rígida entre emprego e trabalho não remunerado, observou uma relação de complementaridade entre ambos, sendo o trabalho fora de casa possível apenas mediante o trabalho feminino dentro de casa.

Palavras-Chaves: Ruth Allen, PNAD Contínua, Trabalho doméstico, Instituições, Gênero

TRANSFORMAÇÕES RECENTES NOS PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO RURAL DE SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS

*Márcio Gasperini Gomes (Epagri/Cepa) - marciogomes@epagri.sc.gov.br
Lilian de Pellegrini Elias (Epagri/Cepa) - lilianelias@epagri.sc.gov.br
ORCID: [0000-0001-8549-4182](https://orcid.org/0000-0001-8549-4182)*

Roberta Inacia Duarte (Epagri/DERP) - robertaduarte@epagri.sc.gov.br
Alexandre Luis Giehl (Epagri/Cepa) - alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

As políticas públicas de financiamento constituem importante instrumento de apoio ao investimento produtivo e à melhoria das condições de produção no meio rural. Em Santa Catarina, para além do crédito rural federal, instrumentos de financiamento estaduais são operacionalizados pela Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária (SAPE) por meio de programas financiados com recursos do Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR), Tesouro Estadual e Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). Nos últimos anos, esses programas passaram por diferentes alterações normativas e institucionais, refletindo ajustes na governança das políticas públicas e tentativas de adaptação às transformações do meio rural catarinense. Este estudo parte da hipótese de que, embora os programas tenham mantido sua lógica geral de apoio ao desenvolvimento rural, ocorreram mudanças institucionais relevantes em termos de organização dos programas, critérios de elegibilidade e escopo das ações financiáveis. O objetivo do trabalho é analisar a evolução institucional dos programas estaduais de financiamento ao desenvolvimento rural em Santa Catarina no período entre 2020 e 2026, identificando as principais alterações introduzidas nas resoluções que regulamentam essas políticas. A pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo baseado em análise documental de resoluções e normativas que orientam os programas de financiamento vinculados ao Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural. Os resultados indicam mudanças relevantes, como a atualização do limite de renda bruta nominal anual dos beneficiários de R\$ 500 mil para R\$ 700 mil, a ampliação de investimentos elegíveis — incluindo infraestrutura básica como energia elétrica e acesso à internet — e a reorganização institucional de algumas cadeias produtivas, como a criação de programa específico para aquicultura e pesca. De modo geral, observa-se um processo de adaptação institucional gradual das políticas de financiamento rural no estado.

Palavras-Chaves: Políticas públicas rurais, Financiamento rural, Desenvolvimento rural, Santa Catarina.

TURISMO RELIGIOSO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE SOBRE AS DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS EM SANTA CATARINA

Leila de Sena Cavalcante (Universidade Regional de Blumenau (FURB)) - lscavalcante@furb.br

[ORCID: 0000-0002-1766-4255](#)

Clóvis Reis (Universidade Regional de Blumenau (FURB)) - clovis@furb.br

[ORCID: 0000-0002-8131-9229](#)

Yanet María Reimondo Barrios (Universidade Regional de Blumenau (FURB)) - ybarrios@furb.br

[ORCID: 0000-0002-3200-1345](#)

Este trabalho se insere no cenário das interações entre turismo, religião e território, e busca compreender como práticas turísticas, culturais e religiosas transformam e são transformadas pelo espaço geográfico. Em Santa Catarina, as peregrinações religiosas têm se mostrado um fenômeno que impulsiona movimentos de pessoas e recursos. Essas

peregrinações, que vão além de jornadas físicas e espirituais, geram dinâmicas socioterritoriais complexas, manifestadas na modificação de paisagens, na criação de infraestruturas, no surgimento de novas atividades econômicas e na reconfiguração das relações sociais nas comunidades receptoras, evidenciando a existência de impactos no desenvolvimento regional. Nesse sentido, a presente proposta de pesquisa tem como principal objetivo analisar e compreender as dinâmicas socioterritoriais das peregrinações religiosas em Santa Catarina e seus efeitos no desenvolvimento regional, considerando as dimensões política, econômica, social, cultural e ambiental. O arcabouço teórico, em construção, pretende articular conceitos de produção e organização do espaço, formação socioespacial e as múltiplas vivências do território. A metodologia proposta possui caráter exploratório e descritivo, com uma abordagem qualitativa e quantitativa. O delineamento da pesquisa prevê a realização de um levantamento documental e bibliográfico, além do uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) para o mapeamento e georreferenciamento das rotas de peregrinação existentes em Santa Catarina. Para a análise dos efeitos no desenvolvimento regional, planeja-se coletar dados socioeconômicos secundários em fontes oficiais, complementando-os com pesquisa de campo, a qual envolverá entrevistas semiestruturadas e observação direta junto aos diversos atores sociais do território (peregrinos, gestores, comunidades locais e lideranças religiosas). Como resultados esperados, o estudo pretende caracterizar as principais rotas de peregrinação catarinenses, identificar as transformações econômicas e sociais nas comunidades receptoras e avaliar a percepção de diferentes atores sociais envolvidos. Ao final, espera-se ainda propor diretrizes para o planejamento e a gestão das peregrinações, buscando subsidiar políticas públicas que maximizem os benefícios do desenvolvimento regional e mitiguem impactos negativos no estado.

Palavras-Chaves: Desenvolvimento regional, Turismo religioso, Dinâmicas socioterritoriais, Sustentabilidade, Santa Catarina

UM OLHAR GRAMSCIANO SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO: PERSCRUTANDO POSSIBILIDADES ANALÍTICAS

Hoyêdo Nunes Lins (UFSC) - hoyedo.lins@ufsc.br
[ORCID: 0000-0001-7438-2951](https://orcid.org/0000-0001-7438-2951)

Referência no pensamento social crítico do século XX, Antonio Gramsci introduziu conceitos e noções que ganharam destaque em diversas análises sobre a sociedade e na prática política. Seu último escrito antes da prisão pelo fascismo foi o ensaio "Alguns temas da questão meridional", em que categorias como bloco histórico e hegemonia são utilizadas em penetrante abordagem sobre o sul da Itália, historicamente empobrecido e marcado por dominação dos grandes proprietários de terra, camada que protagonizou duradoura hegemonia sobre a base social formada pela massa camponesa. Tal ensaio tornou-se paradigmático para a reflexão sobre desigualdades socioespaciais de desenvolvimento e para o vislumbre de mudanças na esteira de iniciativas de cunho político. Este estudo inspira-se nessas ideias de Gramsci em caracterização do Nordeste do Brasil e em discussão sobre a região, considerando os elementos centrais da sua base material, ligados ao açúcar, à pecuária e ao algodão. O objetivo é explorar as noções de, basicamente, bloco histórico e hegemonia. Isso ensejou construção de texto cujo início é uma síntese de elementos de "Alguns temas da questão meridional". Em seguida

descreve-se o que se pode designar formação social do Nordeste, destacando a tríade açúcar-gado-algodão, expressões da economia de tipo colonial que venceu o país mesmo após a Independência. Depois, fala-se sobre o Nordeste à luz das ideias de bloco histórico e hegemonia, assinalando que os grandes proprietários de terra (engenhos de açúcar e fazendas de gado e algodão, com suas geografias) protagonizaram durável hegemonia. Esta, contudo, traduziu-se sobretudo em dominação e coerção e se impôs sobre grandes massas de trabalhadores - majoritariamente escravos de origem ou descendência africana -, assim como sobre outros grupos presentes nas propriedades e unidades de produção, notadamente açucareiras. Embalada inclusive por alianças políticas de alcance nacional, essa dominação adentrou amplamente o século XX.

Palavras-Chaves: Nordeste, Bloco histórico, Hegemonia

UM PANORAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO OESTE DE SANTA CATARINA

Maycon Fritzen (Instituto Federal de Santa Catarina) - maycon.fritzen@ifsc.edu.br
Janilson Lotério (Instituto Federal de Santa Catarina) - janilson.loterio@ifsc.edu.br

O presente trabalho propõe-se a apresentar um panorama do contexto atual dos agentes sociais e ações de Economia Solidária presentes no território do Oeste de Santa Catarina. Nota-se que esse recorte espacial é a base de construção lutas e movimentos sociais relevantes no cenário regional e nacional, portanto, território fértil de iniciativas de defesa de direitos e de justiça social. Na realidade do Oeste Catarinense, a Economia Solidária coloca-se como uma possibilidade de geração de trabalho e renda alternativa a economia de mercado capitalista, fundamentada em várias iniciativas de empreendimentos, associações, coletivos, cooperativas e organizações, articuladas ou não ao movimento da Economia Solidária. Trata-se de um processo de reconstrução das articulações, em linha com o reestabelecimento das políticas públicas de Economia Solidária nas esferas federal e estadual, após anos de recrudescimento da atenção ao segmento e desarticulação de ações de fomento e fragmentação dos vínculos entre os agentes sociais. Atualmente, o Fórum Regional de Economia Solidária busca firmar-se como espaço de fortalecimento das redes de empreendimentos, cooperativas e associações, apoiado por iniciativas como a atuação dos agentes territoriais de Economia Solidária, projetos de ensino, pesquisa e extensão ligados aos cursos técnicos do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) câmpus Chapecó e do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Como exemplo dessa articulação, foi realizado em dezembro de 2025 o Seminário Regional de Economia Solidária e a Feira Regional de Economia Solidária, envolvendo mais de quarenta expositores entre associações, cooperativas e empreendimentos, com apoio de recursos da Política Estadual de Economia Solidária. Conclui-se que na atualidade a rede de participantes da Economia Solidária está nos primeiros movimentos de (re)articulação e fortalecimento, através de instâncias de organização coletiva e com apoio de instituições de ensino, pesquisa e extensão e aporte de recursos das políticas públicas de Economia Solidária.

Palavras-Chaves: Agentes sociais, Economia Solidária, Oeste Catarinense.

VULNERABILIDADE À FRAUDE: UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL A PARTIR DA PERCEÇÃO DE PROFISSIONAIS DO SISTEMA FINANCEIRO

Weslei Cauê de Oliveira (Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ) - weslei999@unochapeco.edu.br

Andrezza Aparecida Saraiva Piekas (Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ) - andi@unochapeco.edu.br

Este estudo investigou os principais traços e estilos comportamentais de pessoas vítimas ou suscetíveis a fraudes, sob a ótica de profissionais do sistema financeiro. A pesquisa, de caráter qualitativo e exploratório, baseou-se em entrevistas semiestruturadas com 11 colaboradores de uma cooperativa de crédito localizada no município de Chapecó (SC), incluindo assistentes, analistas, gerentes e coordenação. Os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin, permitindo identificar padrões de respostas, recorrências discursivas e categorias interpretativas relacionadas ao fenômeno da vulnerabilidade a fraudes financeiras. Os resultados indicaram que a vulnerabilidade à fraude possui caráter multidimensional, envolvendo a interação entre fatores emocionais, comportamentais e sociais. Entre os fatores emocionais mais recorrentes destacaram-se sentimentos como urgência, medo e ansiedade, frequentemente explorados por fraudadores por meio de estratégias de manipulação psicológica e engenharia social. No campo comportamental, evidenciaram-se traços como confiança excessiva, ingenuidade, impulsividade e desatenção, que podem levar indivíduos a tomar decisões precipitadas e reduzir sua capacidade de avaliação crítica diante de situações suspeitas. Já entre os fatores sociais identificados destacaram-se a autoridade percebida, a exposição no ambiente digital e a falta de informação ou de familiaridade com tecnologias financeiras. Os entrevistados também apontaram que idosos e pessoas com menor domínio tecnológico tendem a apresentar maior exposição a golpes e tentativas de fraude, embora a vulnerabilidade não esteja necessariamente restrita a um único perfil, podendo variar conforme o contexto e o estado emocional do indivíduo no momento da decisão. Conclui-se que a prevenção exige estratégias integradas que promovam a conscientização e fortaleçam a percepção de risco, envolvendo ações educativas, psicológicas e comportamentais articuladas para reduzir vulnerabilidades e estimular atitudes mais críticas e seguras diante de possíveis fraudes.

Palavras-Chaves: vulnerabilidade, fraude financeira, comportamento humano, economia comportamental

Zoneamento Industrial e Planejamento Urbano: Estratégias para o Desenvolvimento Econômico e Territorial em Criciúma

Roberto Carlos Grillo Ragagnin (Universidade do Extremo Sul Catarinense) - ragagninr@gmail.com

[ORCID: 0009-0009-6696-0841](#)

Gilberto Antonio Fiorin Filho (Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina) - gilbertoantoniofiorin@gmail.com

[ORCID: 0009-0003-3660-384X](#)

O Plano Diretor, como principal instrumento de ordenamento territorial, confere ao zoneamento industrial papel estratégico na definição da localização e viabilidade das atividades produtivas. Este estudo investiga essa relação no município de Criciúma, adotando abordagem qualitativa fundamentada na análise da legislação urbanística vigente e na avaliação de fatores locacionais críticos, como infraestrutura, logística e compatibilidade de usos. Os resultados evidenciam que um zoneamento tecnicamente fundamentado atua como vetor de desenvolvimento, promovendo organização territorial, mitigação de conflitos com áreas residenciais e potencialização da competitividade regional. Em contrapartida, restrições excessivas ou inadequações locacionais geram aumento de custos operacionais, redução da atratividade para investimentos e estagnação econômica. A principal contribuição do estudo é demonstrar que a gestão do território influencia diretamente o desenvolvimento socioeconômico em três dimensões: fiscal e competitividade, ao determinar custos de instalação e atração de investimentos; social e trabalho, ao condicionar a geração e distribuição espacial de empregos; e ambiental e qualidade de vida, ao prevenir conflitos urbanísticos. Para Santa Catarina, a reflexão oferece subsídios para políticas públicas que alinhem crescimento econômico à sustentabilidade urbana, transformando o Plano Diretor de instrumento meramente regulatório em indutor do desenvolvimento inclusivo.

Palavras-Chaves: Plano Diretor, Criciúma, Desenvolvimento Socioeconômico, Zoneamento Industrial
